CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo de um projecto de tamanha envergadura como o é a Cidade Universitária de Lisboa, nas suas componentes arquitectónica e artística, que se pretende exaustivo e simultaneamente crítico, termina naturalmente limitado por um prazo estipulado para a entrega de um trabalho académico deste âmbito. A pesquisa revelou-se, à semelhança do projecto, extensa mas aliciante, aliada à complexidade e às vicissitudes que marcaram o levantamento do núcleo inicial. Se por ora se encerra esta etapa, há plena consciência de que, apesar de se terem alcançado as metas propostas de início, outras possibilidades de análise existem – um trabalho, por mais abrangente e minucioso que seja, nunca se encontra verdadeiramente terminado, tendo em conta outros pontos de vista e, sobretudo, se novos dados documentais se descobrirem.

O último edifício projectado por Porfírio Pardal Monteiro para a Cidade Universitária, a Reitoria, foi inaugurada em 1961. Se no início da década de 70 se considerou uma revisão do anteplano do empreendimento, proposta do arquitecto Carlos Manuel Ramos que incluía a expansão das entretanto praticamente sobrelotadas Faculdades de Letras e de Direito e a inserção das restantes Faculdades no local, apenas após o movimento do 25 de Abril se vieram a erguer novos edifícios destinados às Faculdades dispersas pela cidade. Estas mais recentes edificações, imbuídas do espírito de novos tempos, pouco atenderam à questão da integração de um programa artístico – apenas as obras de ampliação da Faculdade de Direito, nos anos 90, incorporaram um enorme painel de azulejo na fachada do anexo, executado nas Galerias Ratton segundo desenho de Andreas Stöcklein, revestimento decorativo que em 2001 também foi aplicado na fachada sul do edifício original[890]. A intervenção da pintora Vieira da Silva na decoração azulejar da estação de metropolitano que dá acesso à Cidade Universitária (1988), poderá, mesmo assim, ser entendida como uma passagem para um local onde se conglomeram e vangloriam os saberes, anunciado pela coruja e pela citação de Sócrates.

[890] Trata-se de um painel de tema abstracto em tons de vermelho, pleno de motivos decorativos e frases avulsas, da autoria de Manuel Caeiro. No interior do edifício também foram incorporados diversos painéis de azulejo, de dimensões menores.

O estudo do conjunto dos três edifícios universitários do "núcleo fundador" permitiu aferir diversos aspectos relacionados com a existência física da Universidade de Lisboa na primeira metade do século transacto. A amplitude do tema, abarcando a vertente dos projectos arquitectónicos e do programa artístico integrado, levou necessariamente a uma compartimentação dos assuntos, por forma a compreender esta obra como um todo. Destacamos, então, considerações e conclusões decorrentes de uma reflexão sobre os objectivos inicialmente definidos.

Promovendo a implementação da Universidade na capital, a acção e a vontade reformadora da I República permaneceram no âmbito legislativo, concernindo sobretudo a sua organização e funcionamento interno, num plano eminentemente teórico. Intentou-se destronar a hegemonia da Universidade de Coimbra e cessar as relações centenárias com a Coroa e a Igreja, laicizando-se o ensino superior. No fundo, incorporar a Universidade no ímpeto descentralizador republicano. Para a instalação das recém-criadas Faculdades e Escolas – Faculdades de Ciências, Letras, Ciências Económicas e Políticas, Medicina e Agronomia e Escolas de Farmácia, Normal Superior e Medicina Veterinária – foram aproveitados edifícios preexistentes, extintos conventos e palacetes, onde haviam funcionado as suas antecessoras directas. A comunidade académica, englobando docentes e alunos, demonstrou continuadamente a sua preocupação e o desgosto relativamente a tal solução; reivindicaram contra as condições precárias e insuficientes em que se viam obrigados a leccionar e investigar, sem possibilidade de modernização à vista e, consequentemente, de equiparação com o desenvolvimento científico de além-fronteiras. O clima politicamente instável deste período, sucedendo-se os governos, não contribuiu para que fossem atendidas as carências da Universidade de Lisboa, que por muito tempo se debateu para ser aceite no seio da sociedade – o secular predomínio coimbrão e a implementação do Instituto Superior Técnico dificultaram o seu reconhecimento enquanto instituição essencial ao país. As diversas propostas de lei respeitantes à dispensa de verbas para construção de edifícios condignos para albergar as Faculdades em pior estado sofreram, incessantemente, obstrução: para além da questionação acerca da necessidade de várias Faculdades dedicadas à mesma área num país em que a percentagem de analfabetismo era elevada, impunham-se as vozes adeptas de um imperioso atendimento de problemas urgentes, como o equilíbrio económico. Relembremos que, apesar da tentativa de conceder bolsas de estudo a alunos carenciados, a frequência do ensino

superior restringia-se a uma diminuta elite financeiramente desafogada. Em acréscimo, pesava o facto de as propostas serem muito vagas e não serem devidamente fundamentadas, sem cálculos prévios.

Nem mesmo as diferentes comissões criadas foram capazes de dar resposta à questão; mesmo quando procuraram como autoridade figuras fora do meio universitário, por via a legitimarem as medidas desejadas – nenhuma conseguiu apresentar um projecto concreto, passível de ser aprovado, dissolvendo-se a maioria sem sequer alcançar a fase de planificação. A primeira etapa, a escolha de terrenos, parecia resolvida nos inícios da década de 1920, através da compra de antigas quintas, por parte das Faculdades de Medicina e de Farmácia, na não urbanizável zona a oeste do Campo Grande, graças a empréstimos estatais. O que poderia ter sido o motor de arranque para a edificação de uma Cidade Universitária em Lisboa representou apenas, neste momento, um investimento falhado, que teria de esperar pela sua materialização. O desejo de valorização pedagógica e cultural da I República tardou a difundir-se.

O caso foi, assim, trespassado ao regime que se seguiu. A Ditadura Militar, que derrubou o regime republicano, não se dedicou à resolução; porém, até à instituição constitucional do Estado Novo, em 1933, alguma atenção se prestou quanto à inadequação do alojamento da Universidade lisboeta. Trazendo o problema para a discussão pública, através de artigos incluídos no *Diário de Notícias*, pensou-se a localização do futuro *campus*. Se parecia prevalecer a ideia da viabilidade de permanência nos edifícios preexistentes, conglomerando as Faculdades no exíguo Campo de Santana, impôs-se a voz de uma nova geração: o avisado arquitecto Carlos Chambers Ramos avançou com a implantação do projecto ao Campo Grande, apoiando-se na posse dos terrenos por parte das Faculdades de Medicina e de Farmácia. Advogando a necessidade de ocupação de um amplo espaço desocupado, possibilitando a expansão da Universidade, seria esta proposta apoiada e reforçada pelos professores e pelo Senado Universitário. Novamente, e apesar do empenho da comunidade académica, os planos apresentados caíram por terra, bem como não teve evolução uma junta de estudo criada em 1932. O detalhado *Relatório* elaborado pelo Vice-Reitor Carneiro Pacheco, alicerçado em exemplos de *campi* estrangeiros, parece ter causado algum impacto junto do Governo, levando à autorização da construção de dois Hospitais Escolares, no Porto e em Lisboa, por demais imprescindíveis ao ensino e à sociedade.

Através da actuação empreendedora do jovem Ministro das Obras Públicas, Duarte Pacheco, animou-se o levantamento da Cidade Universitária de Lisboa nos terrenos ao Campo Grande. Para além da implementação da CANEU e da legislação expropriadora do ministro, foi decisiva a contratação de um arquitecto experiente no ramo das modernas construções destinadas ao ensino. Importava ao regime, neste momento de afirmação, demonstrar, também através da fachada que constitui a arquitectura, a sua inovação e o seu espírito de progresso em prol da Nação. Assim, foi escolhido Porfírio Pardal Monteiro para planificar os edifícios das Faculdades de Direito e de Letras e da Reitoria, a par de instalações culturais para estudantes; o arquitecto dera já provas de estar capacitado para responder às urgências de modernização da Universidade de modo compassado com as exigências do Estado. Tendo concebido o novo complexo do IST, Pardal Monteiro revelou-se como conhecedor do que no estrangeiro se erguia; a sua preocupação com a arquitectura e o seu método de trabalho, englobando o contacto directo através das viagens, valeram-lhe a apreciação superior e uma avultada lista de obras na capital.

A viagem que o arquitecto que encetou com Duarte Pacheco, visitando Roma e Paris e observando não só as suas Cidades Universitárias, mas todas as recentes soluções arquitectónicas, teve um peso considerável na concepção da Cidade Universitária de Lisboa. Dos primeiros ante-projectos de 1938 ao complexo final, é notória a influência do modelo arquitectónico que Piacentini aplicou no *campus* romano: predominam componentes classicistas como pórticos suportados por pilastras e atesta-se um desejo de imponência e de alguma monumentalidade, coadunando-se com o espírito digno que competia a uma Universidade. A própria decoração inserida nos ante-projectos do final da década de 30 revela uma apropriação do que o arquitecto italiano criara – baixos-relevos de inspiração greco-romana apostos nas fachadas, adicionando-se elementos decorativos legitimadores do regime, evocando a mitificada data celebrativa de 1940. Não obstante as diversas reformulações dos ante-projectos, somente nos anos 50 foi refeita a encomenda dos estudos a Pardal Monteiro.

A obra da Cidade Universitária de Lisboa inseriu-se nos desígnios de Duarte Pacheco de incremento do território nacional, enquadrando-se na estratégia de fomento de obras públicas que desenvolveu. A amizade e confiança que o ministro cultivou com o arquitecto foi, certamente, um factor decisivo para o empenho quanto à sua definitiva edificação. No entanto, ressalve-se que um aspecto dominou sobre este panorama construtivo: o financeiro. Havia que aplicar as verbas obtidas de forma concertada, e desde

início Pacheco advogou a necessidade de contenção de custos para este empreendimento. A remodelação dos projectos coincidiu com a II Guerra Mundial; se, no que toca ao confronto bélico, não afectou o país de forma directa dada a postura de neutralidade, naturalmente que a conjuntura internacional atingiu a vida portuguesa. Nomeadamente, quanto ao encarecimento de certos produtos, bem como à escassez de materiais, como o ferro – ora, um conjunto de edifícios cuja base construtiva é o betão armado dificilmente seria exequível nestas condições. O começo das obras do Hospital Escolar, cujo projecto já fora aprovado, foi relegado em consequência da realidade exposta; o conjunto da autoria de Pardal Monteiro, ainda sem aprovação definitiva, acabou por ser posto à margem das necessidades de um país que, no final do conflito armado, tinha de arrancar a nível industrial. Entretanto, Duarte Pacheco falecera, e antes do acidente de fora vítima a relação com Pardal Monteiro havia esmorecido. O ministro que lhe sucedeu, Cancela de Abreu, estabeleceu outras prioridades para a sua pasta, em prol da conjuntura do pós-guerra. Em adição a estes motivos para o lento avanço, acresce o fraco empenho do Presidente do Conselho: atentamente seguia as obras dos novos edifícios universitários de Coimbra, a sua *Alma Mater*, ao que para o caso lisboeta confessou não ter acompanhado a evolução do projecto e, assim, não se encontrava apto a opinar relativamente ao seu avanço. Um caso que não era encarado como prioridade – enquanto as Faculdades, nos seus velhos edifícios, se encontravam mais do que sobrelotadas e inadequadas.

O projecto estagnou, sendo apenas reconsiderado em 1952 por intervenção de José Frederico Ulrich, Ministro das Obras Públicas, que compreendeu a importância de contratar Pardal Monteiro, não só atendendo ao esforço que este dedicara ao projecto. Correspondeu o período a uma revitalização do *atelier* do arquitecto, bem como se assistiu a uma paulatina consciencialização em torno da prática arquitectónica, consequência do I Congresso Nacional de Arquitectura (1948), que deu voz a uma geração opositora dos ditames construtivos do Estado. A Cidade Universitária de Lisboa, uma obra de vulto patrocinada pelo Governo, havia que ser concluída segundo essa linha oficial, especialmente se considerarmos o relativo desinteresse de Salazar. No entanto, os equipamentos desportivos e culturais para estudantes, desde início pensados, foram acometidos a outros arquitectos. João Simões e o recém-formado Norberto Corrêa procuraram imprimir um novo carácter ao complexo universitário, patente no anteplano de urbanização que em conjunto elaboraram; porém, a integração das restantes Faculdades e

de novos Institutos, completados por edifícios diversos que conferiam ao local um verdadeiro sentido de cidade, não se concretizou.

Ultrapassando as contingências que se foram impondo ao longo dos anos, ergueram-se os edifícios encomendados a Porfírio Pardal Monteiro no final da década de 50; o sucessor de Ulrich, Eduardo Arantes e Oliveira, assumiu como compromisso a conclusão deste demorado projecto. O facto de a obra se ter definido por sucessivos adiamentos não evitou o prolongamento de uma retórica arquitectónica emergente nos anos 30. Delineada no período áureo das obras públicas sob o Estado Novo, perpetuou em parte esse espírito, embora não se deva descurar que o arquitecto, desafecto ao regime em termos de enfileiramento político, mais se interessava pelos valores da própria arquitectura e pela criação de estruturas adequadas aos seus fins pedagógicos e administrativos. A ideia inicial foi, sucessivamente e com as adequadas modificações, reaproveitada; um compromisso conforme aos desígnios de um regime que desejava fortalecer a sua legitimidade e enfatizá-la publicamente.

As obras de arte inseridas no espaço arquitectónico das duas Faculdades e da Reitoria, apesar de consideradas como componente desde os primeiros ante-projectos, somente aquando da definitiva encomenda de 1952 foram estudadas. Pardal Monteiro laborara com diversos artistas plásticos nos edifícios erguidos sob patrocínio estatal, provendo-lhes trabalho num país em que o mercado era restrito. O órgão supervisor do regime, o SPN/SNI, apresentava-se como protector das expressões artísticas e dos criadores – naturalmente, apenas nos moldes estabelecidos superiormente, transmitindo os valores e os conteúdos que ao Estado Novo interessava propagandear. Neste sentido, foram retomadas técnicas tradicionais, como o a tapeçaria, a pintura mural e os baixos-relevos, que perfeitamente se coadunavam com o intuito de integração no espaço arquitectónico e, sobretudo, com a decoração dos pavilhões expositivos dos mais diversos certames onde Portugal se apresentou. As obras públicas, ornamentadas, serviriam os mesmos propósitos.

Foi um ponto necessário no nosso trabalho compreender o modo como o Estado Novo encarou as artes, e as razões por que se relacionaram os artistas com o poder político vigente. Mais do que uma cega aceitação e um cumprimento incontestado das encomendas do Governo, os artistas foram levados por uma necessidade imperiosa de sobrevivência, dada a escassez do mercado privado. Mesmo os mais irreverentes, como Almada

Negreiros, se viram forçados a colaborar como forma de subsistência; recorde-se que os artistas não dispunham de estatuto profissional juridicamente regulamentado.

Por outro lado, no contexto das obras públicas, considerou o regime a aplicação das obras de arte plásticas enquanto artes decorativas, contribuindo para a harmonização do conjunto. Uma noção de embelezamento que, de resto, passaria também para os construtores privados. A questão da integração das "três artes" – arquitectura, escultura e pintura – suscitou veros debates, cuja breve análise se revelou muito interessante e elucidativa. O Estado Novo considerou a arquitectura como a "arte maior", elevando o seu estatuto em face das demais expressões artísticas, que serviriam funções específicas, simultaneamente ornamentais e pedagógicas. Críticos de arte como Diogo de Macedo reforçaram o dever das artes se adaptarem ao espírito arquitectónico, norteador do conjunto. Os próprios arquitectos acabaram por providenciar aos artistas o suporte – paredes e fachadas – para as suas criações. A celeuma encetada pelos artistas prendeu-se, precisamente, com a sujeição ao estipulado pelos arquitectos, reclamando uma colaboração equitativa em projectos deste tipo e promovendo um diálogo entre ambas as partes intervenientes. No entanto, nas obras do Estado, não se derrubaram os pressupostos relativos à superioridade hierárquica da arquitectura.

Planificadas numa altura em que a contestação ao regime e à sua opressão criativa, por parte dos artistas, se manifestou activamente em movimentos como o neo-realismo, as obras de arte para a Cidade Universitária conservaram, à imagem dos edifícios, um apego aos objectivos oficiais. As estátuas, os painéis cerâmicos, as tapeçarias murais, os mosaicos, os baixos-relevos, foram executados com a finalidade de nobilitar o espaço, segundo um programa superiormente estabelecido. Procurando elogiar e legitimar a Universidade de Lisboa, os temas prestam-se sobretudo à dignificação das Faculdades e da sua História, e a uma inspiração ao conhecimento. À imagem da estrutura arquitectónica, a Reitoria foi agraciada com um maior número de peças, compreendendo igualmente uma inovadora intervenção no campo da arquitectura de interiores.

Atesta-se, nesta empresa, a convivência de artistas de diferentes gerações e paladinos de distintas concepções estéticas. A par de figuras valorizadas pelo regime, como Leopoldo de Almeida, Jorge Barradas e António Duarte, trabalharam os mais jovens Rogério Ribeiro e Querubim Lapa, convidados pelo arquitecto António Pardal Monteiro; embora evidenciando nas obras criadas a sua marca pessoal e experiências plásticas díspares aos artistas da geração anterior, consubstanciaram as temáticas que lhes foram

impostas pelo Reitor, Marcello Caetano. De facto, não houve espaço para inclusão de "desvios à regra". O episódio do revestimento azulejar das fachadas é ilustrativo desta situação, atendendo ao afastamento do vencedor, Manuel Cargaleiro, por motivos que se crêem, acima de tudo, políticos; o mesmo sucedeu com as planificadas gravuras incisas do pintor Rogério Ribeiro, cujo trabalho, noutro suporte, seria relegado para a Cantina do Centro de Estudantes. Nos edifícios da traça de Pardal Monteiro predominou a noção de arquitectura enquanto suporte para obras plásticas, sobrevivendo igualmente o espírito oficial estadonovista, transversal a esta vera obra total. A apologia do erudição como mote inspirador nos "templos do Saber", perpetuando-se o entendimento da Universidade enquanto propagadora da doutrina oficial, dotada da alta função de formar e uniformizar ideologicamente as elites que, futuramente, ocupariam os cargos dirigentes do regime.

Esperamos com a presente dissertação ter contribuído para uma clarificação deste "núcleo fundador" da Cidade Universitária de Lisboa, apresentando um património arquitectónico e artístico integrado por demais descurado pela historiografia. Não é possível continuar teimando numa História de Arte que vise apenas estudar as designadas "obras primas", pois a realidade sempre se constituiu como tão mais transversal. Em paralelo, e na medida dos possíveis, desejamos alertar para a imprescindibilidade de observação e salvaguarda concertada deste conjunto cinquentenário, diariamente usufruído por uma vasta população académica que, maioritariamente, desconhece os seus significados. Caindo no risco de repetir uma verdade incontestável, reafirmamos: para enfrentar o futuro, importa olhar criteriosamente para o passado.

FONTES E BIBLIOGRAFIA[891]

A) Fontes

1. Fontes Documentais não publicadas

Ministério da Educação – Secretaria-Geral, Divisão de Documentação e do Património Cultural

Arquivo Histórico:

- JNE – 1ª Subsecção da 6ª Secção, cx. 229: Chave 49 do Lº-A-12, ano de 1956. MOP, Processo nº 49/1074, Esboceto do Painel para a Faculdade de Letras: Raul Lino, *Esboceto para um painel de cerâmica policrómica do artista Jorge Barradas, destinado a um átrio da Faculdade de Letras, em construção*, 7 de Junho de 1956.

Núcleo do Arquivo Técnico das Construções Escolares:

MOP/CANIU, CANEU, Processo nº 100 "Arquitecto Porfírio Pardal Monteiro", Pasta 1:

- Ofício de Carneiro Pacheco para Presidente da CANEU, 15 de Agosto de 1935.
- Ofício de Alexandre Alberto de Sousa Pinto para Ministro das Obras Públicas e Comunicações, 27 de Abril de 1937.
- Ofício de Alexandre de Sousa Pinto para Ministro da Educação Nacional, 17 de Maio de 1937.
- Ofício de Fernando Galvão Jácome de Castro para Porfírio Pardal Monteiro, 17 de Março de 1938.
- Ofício de Caeiro da Mata para Vice-Presidente da CANEU, 10 de Agosto de 1938.
- Cópia do Despacho de 30-V-1939 exarado pelo Ministro das Obras Públicas e Comunicações.
- Ofício de Fernando Galvão Jácome de Castro para Porfírio Pardal Monteiro, 22 de Junho de 1939.
- Despacho de Duarte Pacheco de 3-II-1940, incluído no ofício de Jácome de Castro ao Ministro das Obras Públicas, 30 de Janeiro de 1940.
- Despacho de Duarte Pacheco, 5-IX-1940.

[891] Na apresentação de Fontes e Bibliografia optou-se por não incluir certas obras e artigos apenas utilizados a título pontual ao longo da dissertação, tendo se mantido as respectivas referências bibliográficas nas oportunas notas de rodapé.

- Ofício de Porfírio Pardal Monteiro para Presidente da CANEU, 9 de Dezembro de 1940.
- Ofício de Caeiro da Mata a Jácome de Castro, 28 de Janeiro de 1941.
- Despacho de Duarte Pacheco, 30-IV-1941.
- Ofício de Eduardo Evangelista Carvalhal para Pardal Monteiro, 14 de Novembro de 1941.
- Ofício de Eduardo Evangelista Carvalhal para Pardal Monteiro, 22 de Janeiro de 1942.
- *Relatório sobre a evolução do estado actual dos trabalhos relativos aos edifícios universitários*, 29 de Janeiro de 1942 [dactilografado].
- Ofício de Porfírio Pardal Monteiro ao Vice-Presidente da CANEU, 31 de Janeiro de 1942.
- Ofício de Fernando Galvão Jácome de Castro a Porfírio Pardal Monteiro, 28 de Agosto de 1942.
- Ofício de Jácome de Castro a Pardal Monteiro, 26 de Setembro de 1942.
- *Projecto dos Edifícios da Reitoria e Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa. Peças Escritas*, Junho de 1943 [dactilografado].
- Despacho de Duarte Pacheco, 28-VIII-1943.
- Ofício de Eduardo Rodrigues Carvalho ao Vice-Presidente da CANEU, 10 de Dezembro de 1943.
- Ofício de Duarte Abecassis ao Vice-Presidente da CANEU, 17 de Novembro de 1944.
- Parecer nº 1525 da 1ª Subsecção da 4ª Secção do Conselho Superior de Obras Públicas, 2 de Novembro de 1944 [dactilografado].
- Ofício do Vice-Presidente da CANEU para o Sub-secretário de Estado das Obras Públicas, 13 de Agosto de 1945.
- Ofício do Chefe do Gabinete do MOPC ao Presidente da CANEU, 16 de Agosto de 1945.
- Ofício de Pardal Monteiro ao presidente da CANEU, 29 de Outubro de 1945.
- Ofício de Fernando Galvão Jácome de Castro a Pardal Monteiro, 2 de Novembro de 1945.
- Ofício de Pardal Monteiro ao Vice-Presidente da CANEU, 15 de Dezembro de 1945.

MOP/CANIU, CANEU, Processo nº 100 "Arquitecto Porfírio Pardal Monteiro", Pasta 2:

- Ofício de José Frederico Ulrich ao Presidente do Conselho, 10 de Setembro de 1953.

- Porfírio Pardal Monteiro, *Algumas notas acerca dos programas, estudos e projectos para os Edifícios Universitários de Lisboa*, Dezembro de 1952 [dactilografado].
- Nota manuscrita de José Frederico Ulrich para Jácome de Castro, 31 de Dezembro de 1952.
- MOP/CANEU, Contrato nº 197, 23-IX-1953.
- Ofício de Jácome de Castro ao Ministro das Obras Públicas, 2 de Julho de 1953.
- Paulo Cunha, *Algumas observações ligeiras ao programa para a construção de novos edifícios universitários em Lisboa*, 27 de Fevereiro de 1953.
- Despacho do Ministro Pires de Lima, 2-III-1953.
- Despacho do Ministro das Obras Públicas de 2-VII-1953, impresso no ofício enviado por Jácome de Castro, 29 de Junho de 1953.
- Porfírio Pardal Monteiro, *Memória Descritiva do Anteprojecto para o Edifício da Reitoria da Universidade de Lisboa*, [1954].
- *Ante-projecto para a Faculdade de Letras. Parecer da Comissão de Revisão*, 15 de Março de 1954.
- Ofício de Eduardo Evangelista Carvalhal a Porfírio Pardal Monteiro, 19 de Março de 1955.

MOP/CANIU, CANEU, Processo nº 100 "Arquitecto Porfírio Pardal Monteiro", Pasta 3:
- Ofício de Jácome de Castro ao Ministro das Obras Públicas, 26 de Novembro de 1946.
- Cópia do despacho de Oliveira Salazar, 9-I-1947.

MOP/CANIU, CANEU, Processo nº 100 "Arquitecto Porfírio Pardal Monteiro", Pasta 4:
- Ofício de Porfírio Pardal Monteiro ao Engenheiro Director da CANEU, 7 de Janeiro de 1956.
- Porfírio Pardal Monteiro, *Memória Descritiva: Projecto para o edifício da Reitoria da Universidade Clássica*, Junho de 1956.

MOP/CANIU, CANEU, Processo nº 100 "Arquitecto Porfírio Pardal Monteiro", Pasta 5:
- Ofício do Reitor para Inácio Oom do Vale, 25 de Junho de 1956.

MOP/CANEU, Pasta "Protocolos das Reuniões":
- MOP, *Reunião com o Arquitecto Pardal Monteiro em 16-VII-1956.*

- *Reunião com o Sr. Arquitecto Pardal Monteiro em 14 de Agosto de 1956*.
- *Protocolo da reunião com o Engenheiro Salvato Saraiva em 4-X-56*.
- *Protocolo da reunião com a presença do Arquitecto António Pardal Monteiro e Engenheiro Pardal Monteiro, presidida pelo Engenheiro Oom do Valle, em 9 de Outubro de 1956.*
- *Protocolo da reunião com a presença do Arquitecto António Pardal Monteiro e Engenheiro Pardal Monteiro, sob a presidência do Engenheiro Oom do Valle, em 23 de Outubro de 1956.*
- *Protocolo da reunião com a presença do Arquitecto António Pardal Monteiro presidido pelo Engenheiro Oom do Valle, 19/2/957.*

Gabinete de Estudos e Planeamento, Pasta "Processo 35-1-1: Motivos Decorativos – Generalidades":

- Despacho do Ministro das Obras Públicas, 3-XI-1969.

Instituto dos Arquivos Nacionais / Torre do Tombo

Fundo Junta Nacional da Educação

Livros de Actas das Sessões da 1ª Subsecção da 6ª Secção (Belas-Artes: Artes Plásticas, Museus e Monumentos):

- Livro 100 (14-V-1954 a 14-XII-1956) a Livro 104 (31-VII-1961 a 12-X-1962).

Fundo Arquivo Salazar

Correspondência Oficial/Educação:

- AOS/CO/ED-1, PT 2, "Precariedade das instalações da U.L.".
- AOS/CO/ED-5-13, "Comemoração do 50º aniversário da Restauração da Universidade de Lisboa. Questão surgida entre U.L. e U.C. (1960)".

Arquivo do Forte de Sacavém, Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana

Espólio Porfírio Pardal Monteiro (1922-1957): Rolo 15, Cidade Universitária de Lisboa.

Arquivo Pessoal do Arquitecto António Pardal Monteiro

António Pardal Monteiro, *Porfírio Pardal Monteiro. Notas Biográficas*, 1990 [dactilografado].

Biblioteca de Arte da Fundação Calouste Gulbenkian

Espólio Diogo de Macedo

- DM 136/102. Diogo de Macedo*, Projecto duma escultura de António Duarte, destinada ao novo edifício da Faculdade de Direito. Parecer*, 8 de Fevereiro de 1957.
- DM 242/85. Raul Lino, *O Ministério das Obras Públicas solicita parecer desta Subsecção sobre a maqueta do pintor Lino António para o fabrico de uma tapeçaria com destino ao gabinete do Director da nova Faculdade de Direito. Parecer*, 28 de Fevereiro de 1957.
- DM 242/87. Raul Lino, *A CANEU, por indicação de Sua Excelência o Ministro das Obras Públicas, solicita o parecer desta Junta sobre o cartão do artista Manuel lapa para uma tapeçaria destinada ao gabinete do Reitor da Faculdade de Letras da Cidade Universitária de Lisboa. Parecer*, 28 de Fevereiro de 1957.
- DM 136/103. Diogo de Macedo, *Escultura de António Duarte para a Faculdade de Direito. Parecer*, 6 de Abril de 1957.
- DM 073/58. Diogo de Macedo e João Couto, *Baixo-relevo da autoria de Álvaro de Brée para o novo edifício da Faculdade de Letras. Parecer*, 17 de Julho de 1957.
- DM 116/137. Diogo de Macedo, *Estátua de D. Pedro V para a Faculdade de Letras. Parecer*, 10 de Agosto de 1957.

Atelier-Museu António Duarte, Centro de Artes das Caldas da Rainha

- AMAD-CACR, AMAD/REL/XIII-16, "Relevo Faculdade de Direito, Lisboa, 1956-1957".
- AMAD-CACR, AMAD/RET/II-13, "Dr. Leite de Vasconcelos, 1959".

2. Depoimentos

Querubim Lapa, Novembro de 2009.

António Pardal Monteiro, Fevereiro de 2010.

M. Norberto Corrrêa, Março de 2010.

Manuel Cargaleiro, Agosto de 2010.

3. Legislação

- Decreto com força de lei de 22 de Março de 1911, *Diário do Governo*, nº 68, 24 de Março de 1911, pp. 1261-1262.

- Decreto com força de lei de 19 de Abril de 1911, *Diário do Governo*, nº 93, 22 de Abril de 1911, pp. 1638-1640.
- Lei Orçamental de 30 de Junho de 1913, Artigo 7º, *Diário do Governo*, nº 151, 1 de Julho de 1913, p. 2412.
- Lei nº 12 da Presidência do Ministério, *Diário do Governo*, nº 156, 7 de Julho de 1913, p. 2509.
- Decreto nº 118, *Diário do Governo*, nº 207, 4 de Setembro de 1913, p. 3339-3347.
- Proposta de lei de reorganização das Universidades, *Diário do Governo*, II série, nº 159, 10 de Julho de 1914, pp. 2503-2506.
- Lei nº 616, *Diário do Governo*, I série, nº 122, 19 de Junho de 1916, pp. 607-608.
- Portaria da Secretaria de Estado da Instrução Pública de 4 de Julho de 1918, *Diário do Governo*, II série, nº 158, 8 de Julho de 1918, pp. 2182-2183.
- Decreto nº 5558, *Diário do Governo*, I série, nº 98, 10 de Maio de 1919, pp. 808-809.
- Decreto nº 5787-JJJJ, Artigo 1º, *Diário do Governo*, I série, nº 98, 24º Suplemento, 10 de Maio de 1919, p. 1346-UUUU (distribuído a 6-VI-1919).
- Portaria 14 Maio*, Diário do Governo*, II série, nº 121, 27 de Maio de 1919, p. 1741.
- Portaria nº 2182, *Diário do Governo*, I série, nº 42, 26 de Fevereiro de 1920, p. 302.
- Decreto nº 6482, *Diário do Governo*, I série, nº 64, 29 de Março de 1920, p. 535.
- Decreto nº 21683, *Diário do Governo*, I série, nº 224, 23 de Setembro de 1932, p. 1937.
- Decreto-lei nº 22789, *Diário do Governo*, I série, nº145, 30 de Junho de 1933, pp. 1219-1256.
- Decreto-lei nº 22917, *Diário do Governo*, I série, nº 171, 31 de Julho de 1933, p. 1498.
- Decreto nº 23706, *Diário do Governo*, I série, nº 71, 27 de Março de 1934, pp. 383-385.
- Portaria de 1 de Novembro, *Diário do Governo*, II série, nº 275, 22 de Novembro de 1934, p. 5048.
- Decreto-lei nº 24776, *Diário do Governo*, I série, nº 290, 13 de Dezembro de 1934, pp. 2111-2112.
- Decreto nº 24865, *Diário do Governo*, I série, nº 6, 8 de Janeiro de 1935, pp. 37-39.
- Portaria de 9 de Janeiro, *Diário do Governo*, II série, nº 16, 19 de Janeiro de 1935, p. 266.
- Decreto-lei nº 26611, *Diário do Governo*, I série, nº 116, 19 de Maio de 1936, pp. 536-547.

- Decreto-lei nº 27262, *Diário do Governo*, I série, nº 276, 24 de Novembro de 1936, p. 1495.
- *Diário do Governo*, II série, nº 301, 28 de Dezembro de 1953, p. 8072.
- Decreto-lei nº 41173, *Diário do Governo*, I série, nº 150, 4 de Julho de 1957, p. 692.
- Decreto-lei nº 41545, *Diário do Governo*, I série, nº 42, 1 de Março de 1958.
- *Diário do Governo*, II série, nº 205, 2 de Setembro de 1960, p. 5987.
- Decreto nº 43 265, *Diário do Governo*, I série, nº 245, 21 de Outubro de 1960, p. 2302.

4. Obras Publicadas

ANDRADE, Ernesto Beleza (coord.), *Anuário da Universidade de Lisboa*, Ano Lectivo 1930-31, Lisboa, Imprensa Portugal-Brasil, 1933.

ARAÚJO, Norberto, *Peregrinações em Lisboa*, Livros IV e V, Lisboa, Parceria A. M. Pereira, [1938].

BANDEIRA, José Ramos, "Cidades Universitárias. Extracto de uma Conferência proferida no IV Curso de Férias da Escola de Farmácia da Universidade de Coimbra (5-VIII-1941)", Separata de *Notícias Farmacêuticas*, ano IX, vol. II, Alcobaça, Tip. Alcobacense, 1943, pp. 97-128.

Boletim da Universidade de Lisboa, 3º e 4º trimestres de 1960, Lisboa, 1960.

CAETANO, Marcello, *Carneiro Pacheco e a Universidade de Lisboa*, separata de *O concelho de Santo Tirso – Boletim Cultural*, vol. VII, nº 1, Porto, 1960.

Idem, *Pela Universidade de Lisboa! (1959-1962)*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1974.

CARNEIRO PACHECO, António Faria, *Relatório sobre as mais precárias instalações da Universidade de Lisboa*, Separata dos *Arquivos da Universidade de Lisboa*, Lisboa, Tipografia da Empresa Nacional da Publicidade, 1934.

Catálogo da Exposição As Artes ao serviço da Nação. 40º Aniversário da Revolução Nacional, Lisboa, Museu de Arte Popular/Oficinas Gráficas do SNI, 1966.

CORREIA, João da Silva, *A Cidade Universitária*, Separata das Conferências sobre Problemas de Urbanização realizadas no Salão Nobre dos Paços do Concelho, Nov.1934-Jan.1935, Lisboa, S. Industriais C.M.L., 1936.

COSTA, A. Celestino da, *A Universidade portuguesa e o problema da sua reforma*, conferências feitas em 19 e 22 de Abril de 1918 a convite da Federação Académica de Lisboa, Porto, Tipografia Renascença Portuguesa, 1918.

Diário da Câmara dos Deputados, 133ª sessão ordinária, 28 de Junho de 1914.

Diário da Câmara dos Deputados, Sessões nº 110 a 112, 12 a 14 de Agosto de 1925.

FERRO, António, *Entrevistas a Salazar*, Lisboa, Parceria A. M. Pereira, 2007 [1ª edição: 1933].

Idem, *Dez anos de Política do Espírito. 1933-1943*, Lisboa, Edições SPN, 1943.

Idem, *Arte Moderna*, Lisboa, Edições SNI, 1949.

Idem, *Prémios Literários (1934-1947)*, Lisboa, Edições SNI, 1950.

GARNIER, Christine, *Férias com Salazar*, Lisboa, Parceria António Maria Pereira, 1952 [edição fac-similada da 1ª edição].

LINO, Raul, "O Ex-Libris para a Universidade de Lisboa", *Arquivo da Universidade de Lisboa*, vol. 1, 1914, pp. 387-388.

MACEDO, Diogo de, "A Pintura e a Escultura nas Obras Públicas", *Quinze Anos de Obras Públicas. 1932-1947, vol. I: Livro de Ouro*, Lisboa, Comissão Executiva da Exposição de Obras Públicas /Imprensa Nacional de Lisboa, 1949, pp. 31-34.

MACHADO, António Joaquim Pereira (coord.), *Anuário da Universidade de Lisboa*, ano lectivo 1913-1914, Lisboa, Tipografia Casa Portuguesa, 1914.

Idem, *Anuário da Universidade de Lisboa*, ano lectivo 1915-1916, 1ª parte, Lisboa, Papelaria Favorita, 1916.

Idem, *Anuário da Universidade de Lisboa*, ano lectivo 1915-1916, 2ª parte, Lisboa, Imprensa Livraria Ferin, 1917.

Idem, *Anuário da Universidade de Lisboa*, ano lectivo 1916-1917, 1ª parte, Lisboa, Papelaria Favorita, 1918.

Idem, *Anuário da Universidade de Lisboa*, ano lectivo 1917-1918, 1ª parte, Lisboa, Imprensa Nacional, 1920.

Idem Anuário da Universidade de Lisboa, ano lectivo 1919-1920, Lisboa, Imprensa Nacional, 1928.

MOP, *Relatórios da Actividade do Ministério,* Lisboa: anos 1952-1962.

MOP/CANIU, *O Novo Edifício da Faculdade de Direito*, 1957.

MOP/CANIU, *O Novo Edifício da Faculdade de Letras na Cidade Universitária*, 1958.

MOP/CANIU, *O Novo Edifício da Reitoria da Universidade de Lisboa*, Lisboa, 1961.

MOP/CANIU, *Restaurante e Zona de Convívio do Centro de Estudantes da Cidade Universitária de Lisboa*, Lisboa, 1962.

SALAZAR, Oliveira, *Discursos*, vol. I – 1928-1934, Coimbra, Coimbra Editora Lda., 1935.

Idem, *Discursos e Notas Políticas,* vol. IV - *1943-1950,* Coimbra, Coimbra Editora, 1951.

4.1. Artigos e Publicações Periódicas[892]

"Universidade de Lisboa. O programa do novo reitor", *Diário de Notícias*, nº 22585, ano 64º, 11 de Dezembro de 1928, p. 1.

"Universidade de Lisboa. A instalação de suas Faculdades", *Diário de Notícias*, nº 22785, ano 65º, 5 de Julho de 1929, p. 1.

"O Bairro Universitário", *Diário de Notícias*, nº 22937, ano 65º, 6 de Dezembro de 1929, p. 1.

"A Cidade Universitária de Lisboa deve erguer-se, conforme a autorizada opinião do arquitecto Carlos Ramos, em terrenos vizinhos do Campo Grande", *Diário de Notícias*, nº 22996, ano 66º, 6 de Fevereiro de 1930, p. 1.

"A Cidade Universitária de Lisboa e o que a seu respeito nos disse o Prof. Queirós Veloso, vice-reitor da Universidade", *Diário de Notícias*, nº 23002, ano 66º, 12 de Fevereiro de 1930, p. 1.

"A Cidade Universitária de Lisboa e as considerações que a seu respeito faz o ilustre director da Faculdade de Medicina, prof. Egas Moniz", *Diário de Notícias*, nº 23004, ano 66º, 14 de Fevereiro de 1930, p. 1.

"A Cidade Universitária de Lisboa. O que a seu respeito nos disse o director da Faculdade de Sciencias, prof. Santos Lucas", *Diário de Notícias*, nº 23008, ano 66º, 18 de Fevereiro de 1930, p. 1.

"Cidade Universitária de Lisboa. Duas Entrevistas que se não fazem e uma conversa, ao longo da rua do Ouro, com o presidente da Câmara Municipal", *Diário de Notícias*, nº 23038, ano 66º, 18 de Março de 1930, p. 1.

"A Cidade Universitária", *Diário de Notícias*, nº 23017, ano 66º, 27 de Fevereiro de 1930, p. 1.

"Novos Edifícios Universitários", *Diário de Notícias*, nº 23020, ano 66º, 2 de Março de 1930, p. 1.

[892] Elencam-se os artigos conforme a sua data de publicação, estabelecendo uma ordem cronológica.

"A Cidade Universitária", *Diário de Notícias*, nº 23124, ano 66º, 16 de Junho de 1930, p. 9.

"O Bairro Universitário a construir no Campo Grande importará em 150.000 contos", *Diário de Notícias*, nº 23120, ano 66º, 12 de Junho de 1930, p. 1.

"Ao cabo de 25 anos começa a estudar-se a construção dos novos edifícios das Faculdades de Direito e de Letras", *Diário de Lisboa*, nº 4296, ano 14º, 31 de Outubro de 1934, p. 5.

Alexandre Persitz, "Cités Universitaires", *L'Architecture d'Aujourd'hui*, ano 7, nº 6, Junho de 1936, pp. 8-39.

Arquitectura. Revista de Arte e Construção: "Cidades Universitárias", ano XXVIII, 2ª série, nº 55-56, Janeiro/Fevereiro de 1956.

"Nota do dia: A Arte e o Saber", *Diário de Lisboa*, ano 36º, nº 12041, 14 de Junho de 1956, p. 9.

"A Faculdade de Direito já tem na Cidade Universitária um imponente edifício", *O Século*, ano 77º, nº 27130, 15 de Outubro de 1957, pp. 1-2.

"As novas instalações da Faculdade de Letras correspondem às aspirações de mestres e discípulos", *Diário de Lisboa*, ano 38º, nº 12878, 14 de Outubro de 1958, pp. 1 e 9.

"A Cidade Universitária é um mundo novo na fisionomia da capital", *Turismo. Revista de hotéis, viagens e actualidades*, nº1, ano XXIII, III série, Lisboa, Janeiro/Março 1959, pp. 82-85.

Nikias Skapinakis, "O sempiterno problema da conjugação das artes", *Arquitectura,* nº 67, Abril de 1960, p. 51.

António Alfredo, "A arte integrada na arquitectura e o silêncio da crítica", *Seara Nova*, nº 1376-1377, Junho-Julho de 1960, pp. 165, 167 e 172.

"Almada – do Genesis a Fernando Pessoa", Suplemento "Vida Literária" nº 157, *Diário de Lisboa*, nº 13872, ano 41º, 27 de Julho de 1961, pp. 13 e 15.

"É a maior do País. A «Sala Magna» da Reitoria da Universidade Clássica de Lisboa", *Diário de Notícias*, ano 97º, nº 34397, 1 de Dezembro de 1961, pp. 1 e 7.

"O Presidente do Conselho visitou a Reitoria da Universidade", *Diário de Lisboa*, ano 41º, nº 13998, 2 de Dezembro de 1961, pp. 1 e 8.

Binário, nº 49: "Cidade Universitária de Lisboa", Lisboa, Outubro de 1962.

B) Bibliografia

1. Obras Gerais

1.1. Dicionários

CHEVALIER, Jean, GHEERBRANT, Alain, *Dicionário dos Símbolos. Mitos, sonhos, costumes, gestos, formas, figuras, cores, números*, Lisboa, Teorema, 1994.

CRUZ, Manuel Braga da, PINTO, António Costa (dir.), *Dicionário Biográfico Parlamentar. 1935-1974*, 5 vols., Lisboa, Assembleia da República/Imprensa de Ciências Sociais, 2004.

GRIMAL, Pierre, *Dicionário da Mitologia Grega e Romana*, 4ª edição, Algés, Difel, 2004.

PAMPLONA, Fernando de, *Dicionário de pintores e escultores portugueses ou que trabalharam em Portugal*, 4ª edição, Porto, Civilização, 2000.

PEREIRA, José Fernandes (dir.), *Dicionário de Escultura Portuguesa,* Lisboa, Editorial Caminho, 2005.

ROSAS, Fernando, BRITO, J. M. Brandão de (dir.), *Dicionário de História do Estado Novo*, 2 vols., Venda Nova, Bertrand Editora, 1996.

1.2. Obras de Referência

CARVALHO, Rómulo de, *História do Ensino em Portugal*, *desde a fundação da nacionalidade até ao fim do regime de Salazar-Caetano*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1986.

FRANÇA, José-Augusto, *A Arte em Portugal no Século XX (1911-1961)*, 3ª edição, Venda Nova, Bertrand Editora, 1991.

MEDINA, João (dir.), *História de Portugal dos tempos pré-históricos aos nossos dias*, *vol. XII – "O «Estado Novo». I – O ditador e a ditadura"*, Alfragide, Ediclube, [1993].

Idem, *História de Portugal dos tempos pré-históricos aos nossos dias*, *vol. XIII – "O «Estado Novo». II – Opressão e Resistência"*, Alfragide, Ediclube, [1993].

PEREIRA, Paulo (coord.), *História da Arte Portuguesa*, vol. III, Lisboa, Temas e Debates, 1997.

SERRÃO, Joel, OLIVEIRA MARQUES, A. H., *Nova História de Portugal*, *vol. XI - Portugal da Monarquia para a República*, Lisboa, Presença, 1991.

2. Obras Específicas

Cidades Universitárias em Portugal

COSTA, Sandra Vaz, *A Cidade Universitária de Coimbra. Um Projecto de Modernização Cultural. Utopia e Realidade,* 3 vols., Dissertação de Mestrado em História da Arte Contemporânea, FCSH-UNL, 1998.

MATOS, Maria Madalena A. da Cunha, *As Cidades e os Campi. Contributos para o estudo dos territórios universitários em Portugal*, Dissertação para obtenção do Grau de Doutor em Engenharia do Território, UTL-IST, 1999.

PEDROSA, Patrícia Santos, *Cidade Universitária de Lisboa (1911-1950): génese de uma difícil territorialização*, Tese de Mestrado em História da Arte/Arquitectura, FCSH-UNL, 2007.

ROSMANINHO, Nuno, *O Poder da Arte. O Estado Novo e a Cidade Universitária de Coimbra*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 2006.

A Universidade e o Poder Político

FARIA, Cristina, *As Lutas Estudantis contra a Ditadura Militar (1926-1932),* Lisboa, Edições Colibri, 2000.

TORGAL, Luís Reis, *A Universidade e o Estado Novo. O Caso de Coimbra. 1926-1961*, Coimbra, Livraria Minerva Editora, 1999.

Sobre Arquitectura e Urbanismo no século XX

BECKER, Anette, TOSTÕES, Ana, WANG, Wilfried (org.), *Arquitectura do Século XX. Portugal*, Lisboa, Prestel-DAM, 1998.

FRAMPTON, Kenneth, *Modern Architecture. A Critical History*, 3ª edição, Londres, Thames&Hudson, 1992.

IPPAR (ed. lit.), *Arquitectura Moderna Portuguesa. 1920-1970*, Lisboa, IPPAR, 2004.

LÔBO, Margarida Souza, *Planos de Urbanização: a época de Duarte Pacheco*, 2ª edição, Porto, FAUP Publicações, 1995.

PORTAS, Nuno, *A Arquitectura para Hoje seguido de Evolução da Arquitectura Moderna em Portugal,* 2ª edição, Lisboa, Livros Horizonte, 2008.

TOSTÕES, Ana, *Os Verdes Anos na Arquitectura Portuguesa dos anos 50*, 2ª edição, Porto, FAUP, 1997.

Estudos sobre Arte Portuguesa no século XX

BURLAMAQUI, Suraya, *Cerâmica mural portuguesa contemporânea. Azulejos, placas e relevos*, Lisboa, Quetzal Editores, 1996.

FRANÇA, José Augusto, *O Modernismo na Arte Portuguesa*, 3ª edição, Lisboa, ICALP, 1991.

MATOS, Lúcia Almeida, *Escultura em Portugal no século XX (1910-1969)*, Lisboa, FCG/FCT, 2007.

ROSMANINHO, Nuno, "As múltiplas facetas da arte nacional", António Pedro Pita, Luís Trindade (coord.), *Transformações Estruturais do Campo Cultural Português. 1900-1950*, Coimbra, Ariadne Editora/Ceis20, 2005, pp. 375-400.

O fomento das artes plásticas e da arquitectura pelo Estado Novo

ACCIAIUOLI, Margarida, *Os anos 40 em Portugal. O País, o Regime e as Artes. "Restauração" e "Celebração"*, 2 vols., Dissertação de Doutoramento em História da Arte Contemporânea, FCSH-UNL, 1991.

Idem, "O duplo jogo da arte e do poder", Margarida Acciaiuoli *et al*. (coord.), *Arte & Poder*, Lisboa, IHA-UNL/Estudos de Arte Contemporânea, 2008, pp. 13-24.

BRITES, Joana da Costa, *Caixa Geral de Depósitos, Crédito e Previdência: Modelos e programas arquitectónicos na construção do Estado Novo (1929-1970)*, Dissertação de Mestrado em História da Arte, FLUC, 2007.

CALADO, Margarida, "Perspectivas de uma teoria da arte sob o Estado Novo. Reflexões em torno da relação entre a arte e o poder na Europa das ditaduras", Pedro Gomes Barbosa (coord.), *Arte, História e Arqueologia. Pretérito (sempre) presente. Estudos em homenagem a Jorge H. Pais da Silva*, Lisboa, Ésquilo, 2006, pp. 263-275.

COSTA, Sandra Vaz, *O País a Régua e Esquadro. Urbanismo, Arquitectura e Memória na Obra Pública de Duarte Pacheco,* Dissertação de Doutoramento em História, especialidade em Arte, Património e Restauro, FLUL, 2009.

DUARTE, Marco Daniel, *Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra: ícone do poder. Ensaio iconológico da imagética do Estado Novo*, Coimbra, Câmara Municipal, 2003.

ELIAS, Helena Lebre, *Arte Pública e Instituições do Estado Novo. Arte Pública das Administrações Central e Local do Estado Novo em Lisboa: Sistemas de encomenda da CML e do MOPC/MOP (1938-1960)*, Tese de Doutoramento em Espaço Público e Regeneração Urbana: Arte e Sociedade, Facultat de Belles Arts - Universitat de Barcelona, 2006.

NUNES, António Manuel, *Arte, memória e ideologia. Espaços e imagens da justiça no Estado Novo. (Elementos para uma análise da arte judiciária)*, Dissertação de Mestrado em História das Instituições e Cultura Moderna e Contemporânea, Dep. de História/Instituto de Ciências Sociais-Universidade do Minho, 1999.

Ó, Jorge Ramos do, *Os anos de Ferro. O dispositivo cultural durante a "Política do Espírito", 1933-1949. Ideologia, instituições, agentes e práticas*, Lisboa, Editorial Estampa, 1999.

PORTELA, Artur, *Salazarismo e Artes Plásticas*, 2ª edição, Lisboa, ICALP, 1987.

ROSMANINHO, Nuno, "António Ferro e a propaganda nacional antimoderna", Luís Reis Torgal, Heloísa Paulo (org.), *Estados Autoritários e Totalitários e suas representações*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2008, pp. 289-299.

O Arquitecto Porfírio Pardal Monteiro

CALDAS, João Vieira, *Porfírio Pardal Monteiro – Arquitecto*, Lisboa, Associação dos Arquitectos Portugueses, 1997.

PACHECO, Ana de Assis *Porfírio Pardal Monteiro (1897-1957): A Obra do Arquitecto*, 2 vols., Dissertação de Mestrado em História da Arte, FCSH-UNL, 1998.

TOSTÕES, Ana, *Pardal Monteiro. Fotobiografias Século XX*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2009.

Sobre os Artistas intervenientes na decoração Cidade Universitária de Lisboa

50 Anos de Tapeçaria em Portugal. Manufactura de Tapeçarias de Portalegre, Lisboa, FCG, 1996.

AAVV, *António Lino. 1914-1996*, Odivelas, Município de Odivelas /Biblioteca Municipal D. Dinis, 2000.

AAVV, *Cerâmicas. Querubim Lapa*, Lisboa, Edições Inapa, 2001.

BALTÉ, Teresa (org.), *Hein Semke. A Coragem de Ser Rosto*, 2ª edição, Lisboa, IN-CM, 2009.

FRANÇA, José-Augusto, *Almada. O Português sem Mestre*, Lisboa, Estúdios Cor, 1974.

LEANDRO, Sandra (coord.), *Lino António (1898-1974)*, Leiria, Câmara Municipal, 1998.

MARTINS, João Paulo (org.), *Daciano da Costa. Designer*, Lisboa, FCG, 2001.

RATO, Ana Glória Neves, *Daciano da Costa e a Teoria do Design Português (1959-1974)*, 2 vols., Tese de Mestrado em Teorias da Arte, FBAUL, 2002.

RODRIGUES, António, *Jorge Barradas*, Lisboa, IN-CM, 1995.

VELOSO, A. J. Barros, "Uma perspectiva da azulejaria portuguesa. A propósito dos azulejos da fachada da Reitoria", *Revista Municipal*, ano XLVIII, 2ª série, nº 21, Lisboa, 3º trimestre 1987, pp. 35-42.

ABREVIATURAS

AMAD-CACR – Atelier-Museu António Duarte, Centro de Artes das Caldas da Rainha

AML-AF – Arquivo Municipal de Lisboa, Arquivo Fotográfico

AN-TT – Instituto dos Arquivos Nacionais / Torre do Tombo

BA-FCG – Biblioteca de Arte da Fundação Calouste Gulbenkian

CANEU – Comissão Administrativa dos Novos Edifícios Universitários

CANIU – Comissão Administrativa das Novas Instalações Universitárias

CAPOCUC – Comissão Administrativa do Plano de Obras da Cidade Universitária de Coimbra

CML – Câmara Municipal de Lisboa

CSOP – Conselho Superior de Obras Públicas

CUC – Cidade Universitária de Coimbra

CUL – Cidade Universitária de Lisboa

DGCE – Direcção-Geral das Construções Escolares

DGEMN – Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais

ESBAL – Escola Superior de Belas Artes de Lisboa

IHRU – Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana

INE – Instituto Nacional de Estatística

IST – Instituto Superior Técnico

JNE – Junta Nacional da Educação

ME-AH – Ministério da Educação, Arquivo Histórico

ME-NATCE – Ministério da Educação, Núcleo do Arquivo Técnico das Construções Escolares

MNAA – Museu Nacional de Arte Antiga

MNAC – Museu Nacional de Arte Contemporânea

MOP – Ministério das Obras Públicas

MOPC – Ministério das Obras Públicas e Comunicações

SNBA – Sociedade Nacional de Belas Artes

SNI – Secretariado Nacional de Informação, Cultura Popular e Turismo

SPN – Secretariado da Propaganda Nacional

UL – Universidade de Lisboa

ANEXOS

APÊNDICE IMAGÉTICO

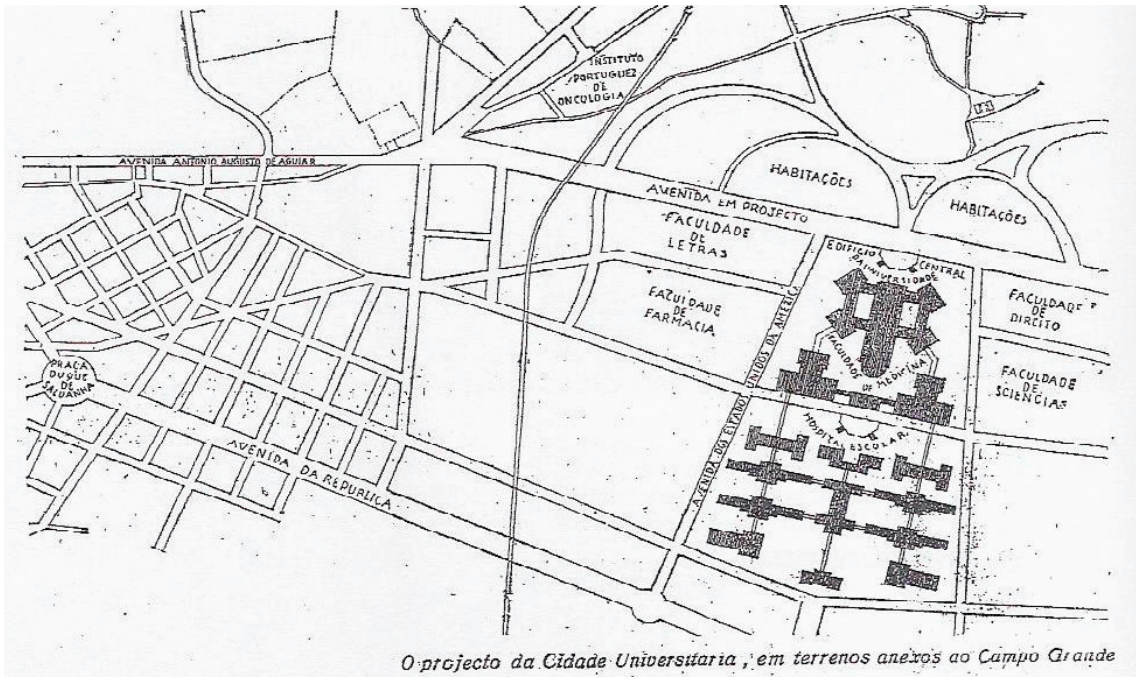


FIG.1 – Projecto da Cidade Universitária para terrenos a oeste do Campo Grande, proposto por Carlos Ramos em 1930.
FONTE: *Diário de Notícias*, nº 22996, ano 66º, 6 de Fevereiro de 1930, p. 1.

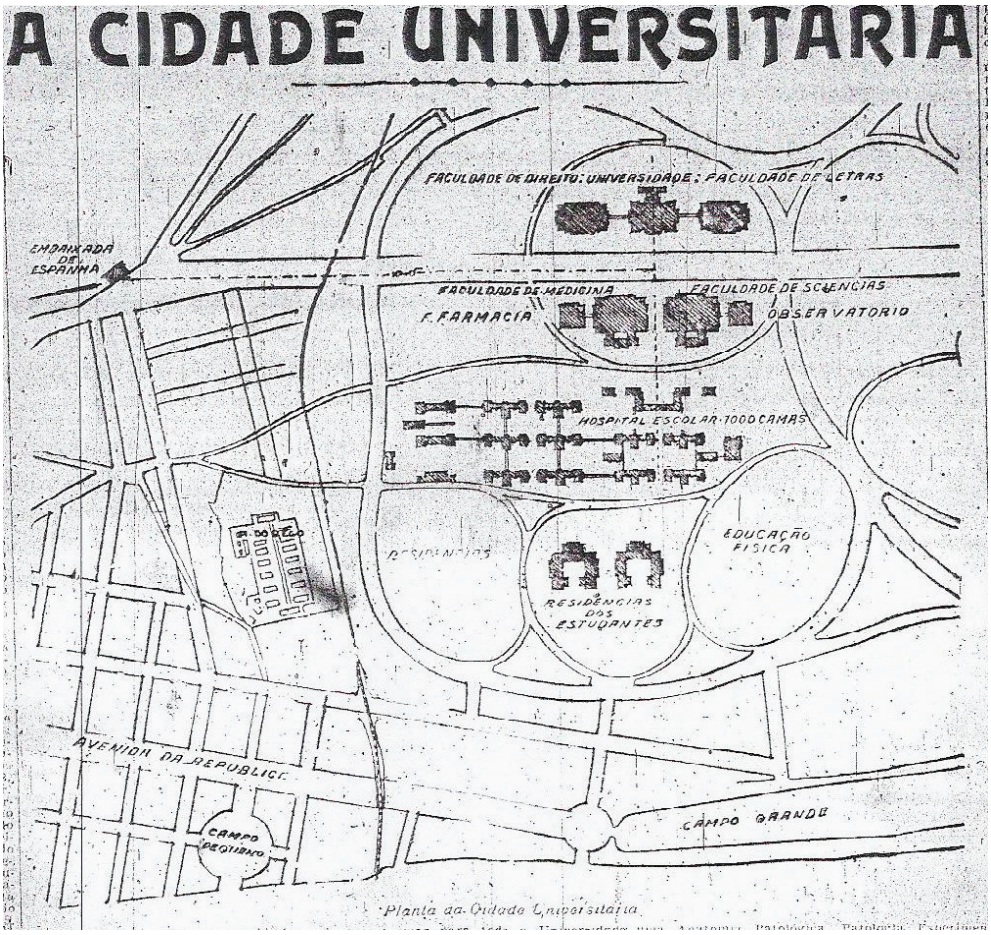


FIG.2 – Planta do projecto integral para a Cidade Universitária, concebida pela comissão instituída sob reitorado de Caeiro da Mata, 1930.
FONTE: *Diário de Notícias*, nº 23124, ano 66º, 16 de Junho de 1930, p. 9.

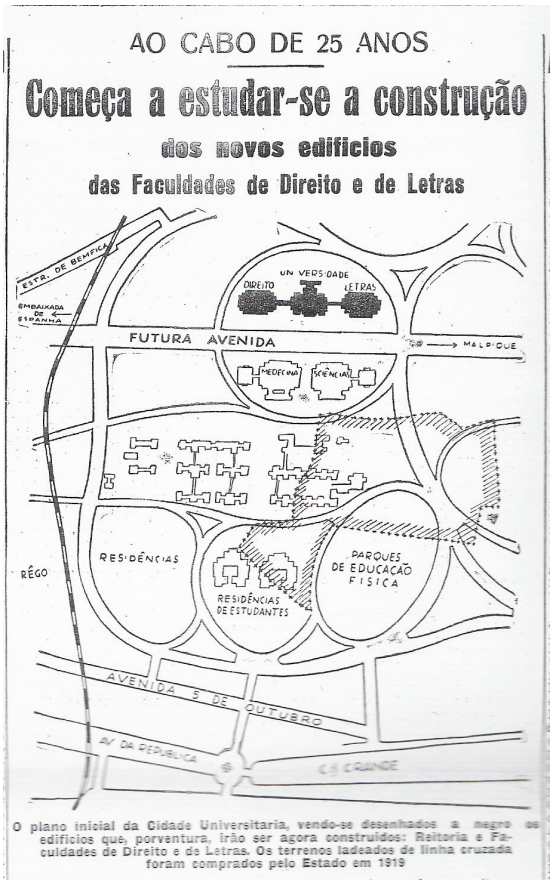


FIG.3 – Republicação do projecto proposto pela comissão de 1930, em 1934. Destacam-se a negro os edifícios cuja construção se afigurava premente: Faculdades de Direito e Letras e, ao centro, a Reitoria. A tracejado estão delineados os terrenos já pertencentes à Universidade, adquiridos pelas Faculdades de Medicina e Farmácia.
FONTE: *Diário de Lisboa*, nº 4296, ano 14º, 31 de Outubro de 1934, p. 5.

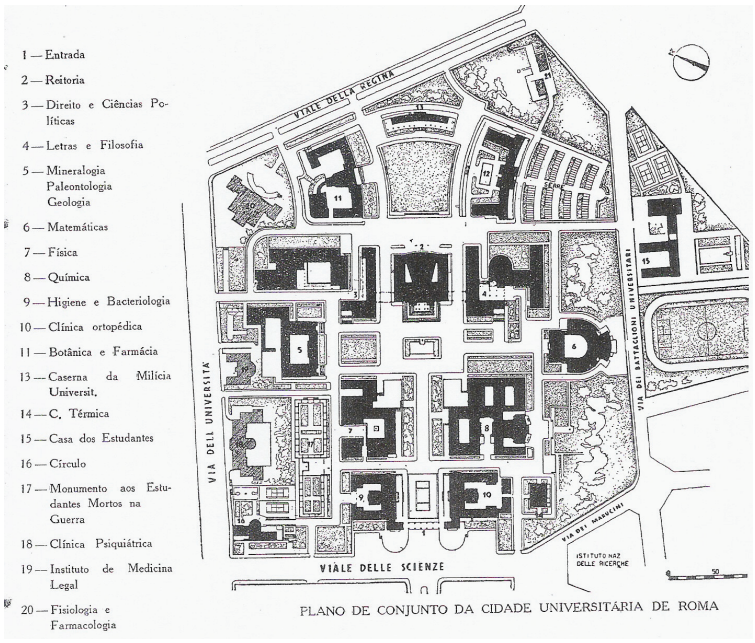


FIG.4 – Planta de conjunto da Cidade Universitária de Roma (1932-35), da traça de Marcello Piacentini.
FONTE: *Arquitectura. Revista de Arte e Construção*, nº 55-56, ano XXVIII, 2ª s., Jan./Fev. 1956.

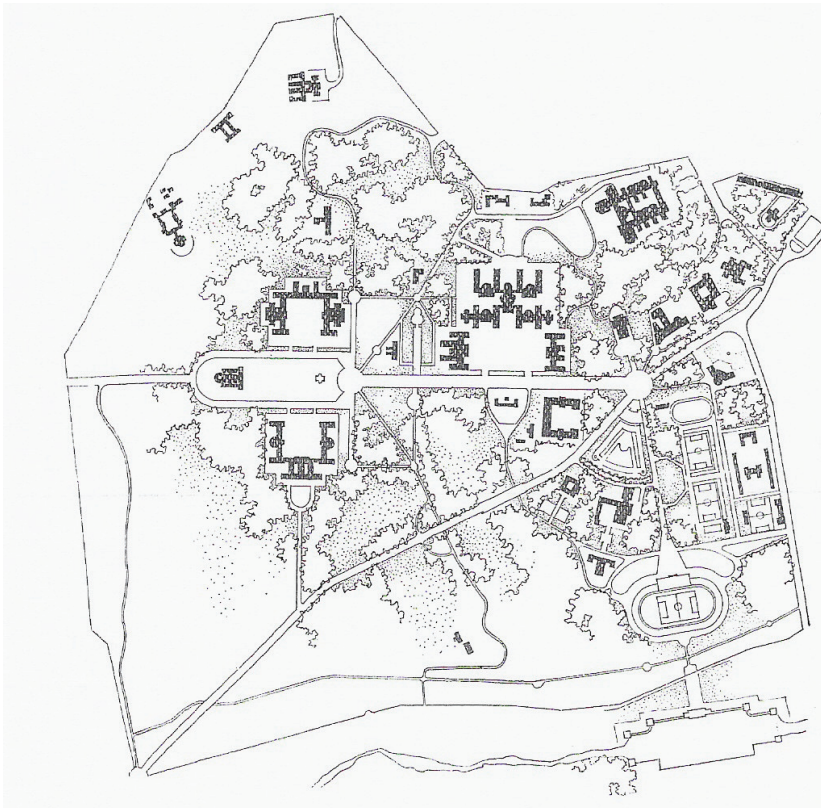


FIG.5 – Planta de conjunto da Cidade Universitária de Madrid, reconstruída na década de 40 segundo planos dos arquitectos López Otero e Pedro Murguruza.
FONTE: *Arquitectura. Revista de Arte e Construção*, nº 55-56, ano XXVIII, 2ª s., Jan./Fev. 1956.

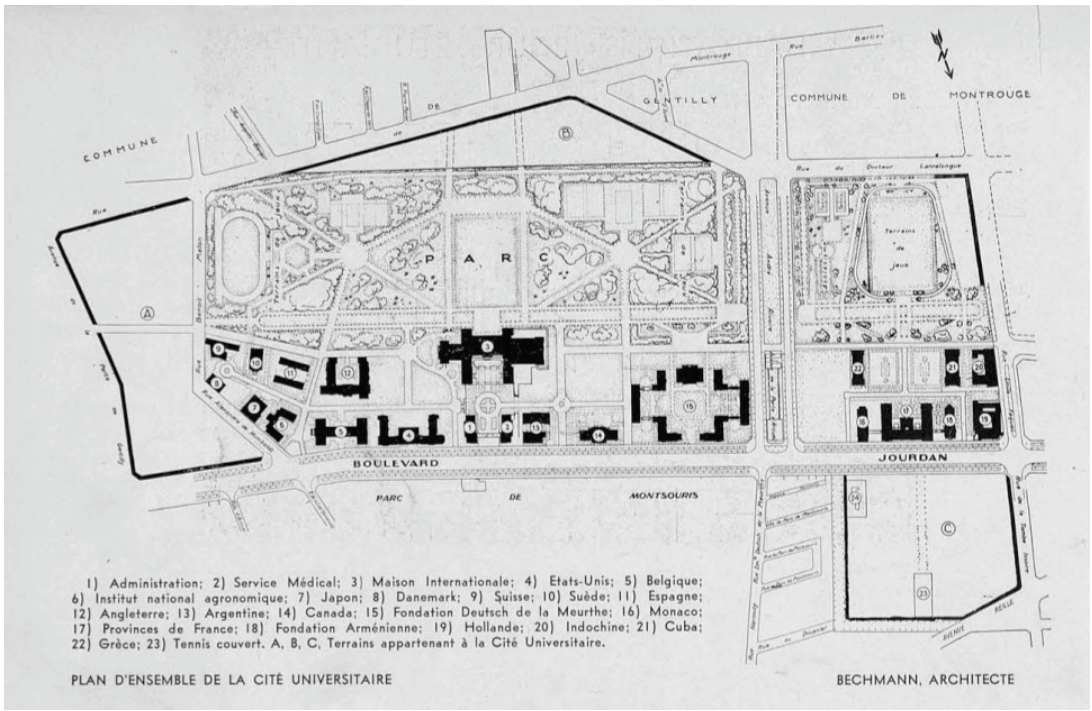


FIG.6 – Planta de conjunto da Cidade Universitária de Paris, projecto do arquitecto M. Bechmann (1923-24).
FONTE: *L'Architecture d'Aujourd'hui*, ano 7, nº 6, Junho de 1936, p. 38.

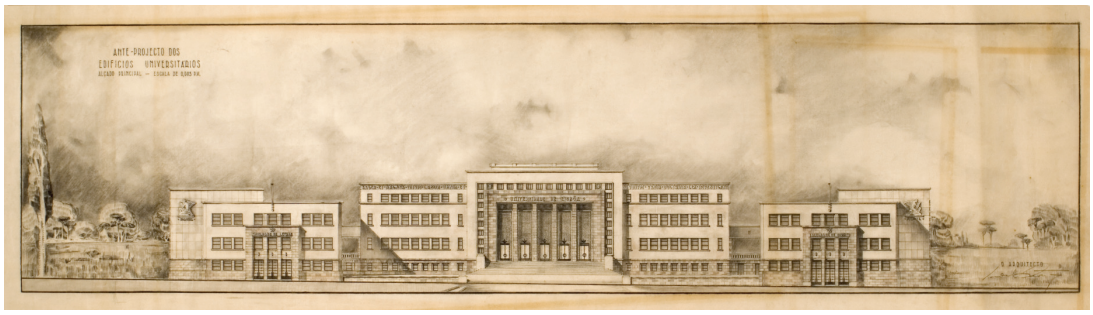


FIG.7 – Porfírio Pardal Monteiro, *Ante-projecto dos Edifícios Universitários*: Alçado principal, Dezembro de 1940.

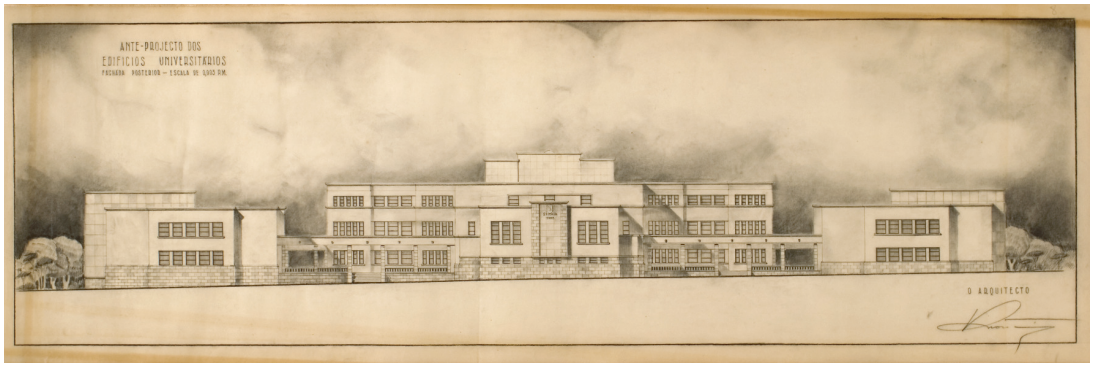


FIG.8 – Porfírio Pardal Monteiro, *Ante-projecto dos Edifícios Universitários*: Fachada Posterior, Dezembro de 1940.

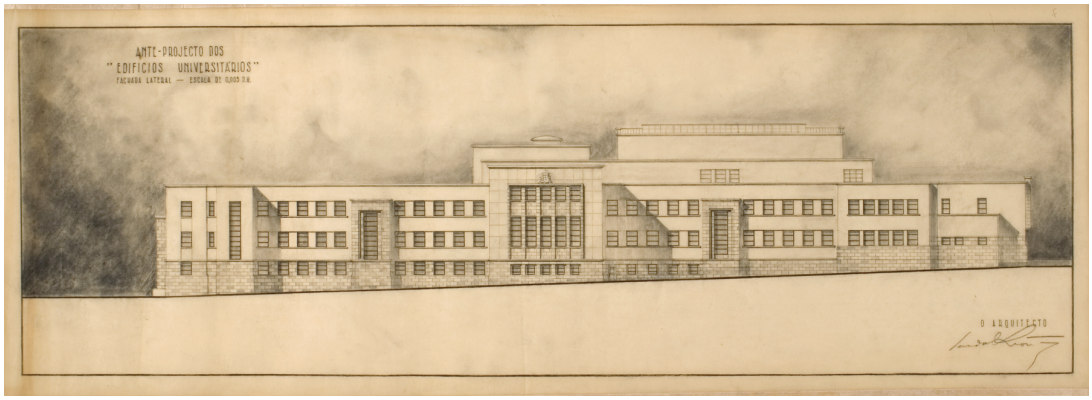


FIG.9 – Porfírio Pardal Monteiro, *Ante-projecto dos Edifícios Universitários*: Fachada lateral, Dezembro de 1940.

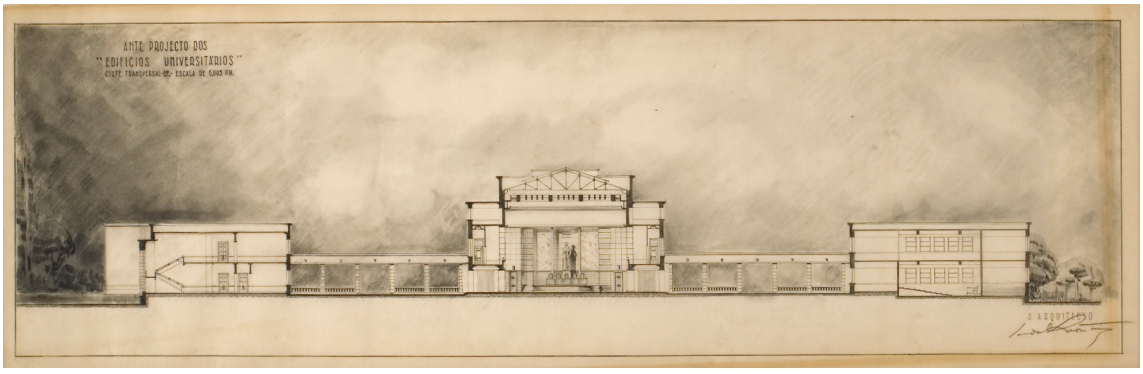


FIG.10 – Porfírio Pardal Monteiro, *Ante-projecto dos Edifícios Universitários*: Corte longitudinal C-D, Dezembro de 1940.

FONTE: Espólio Porfírio Pardal Monteiro, Rolo 15, IHRU.

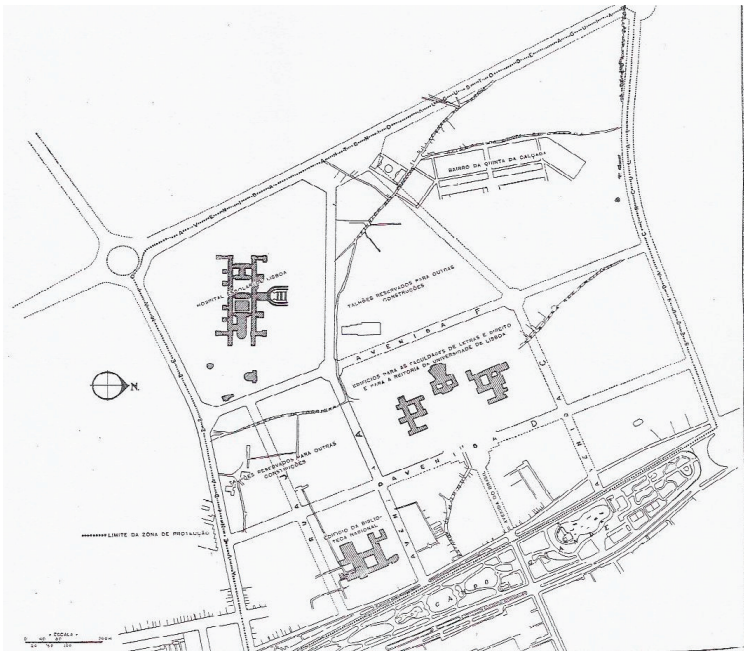


FIG.11 – Zona de protecção dos novo edifício do Hospital Escolar de Lisboa e de outros edifícios universitários. Estabelecida três meses após conclusão do Hospital e por altura do envio dos projectos de Pardal Monteiro para os três edifícios, aquando da renovada encomenda de Outubro de 1952.
FONTE: *Diário do Governo*, II série, nº 301, 28 de Dezembro de 1953, p. 8072.

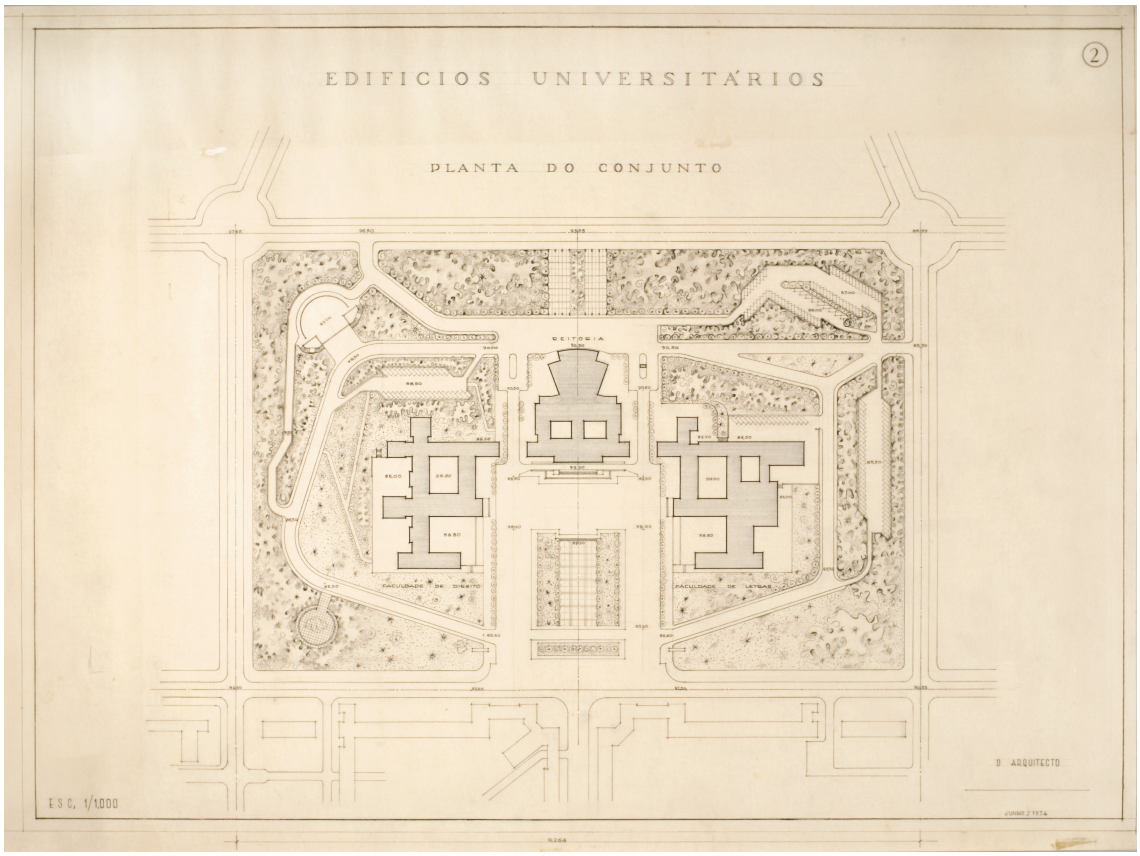


FIG.12 – Porfírio Pardal Monteiro, *Edifícios Universitários: Planta do conjunto*, Junho de 1954. Estudo na sequência das remodelações ao plano de 1953, enquadrando os edifícios na malha viária e propondo arranjos de arborização; todas as componentes surgem com indicação e medidas.
FONTE: Espólio Porfírio Pardal Monteiro, Rolo 15, IHRU.

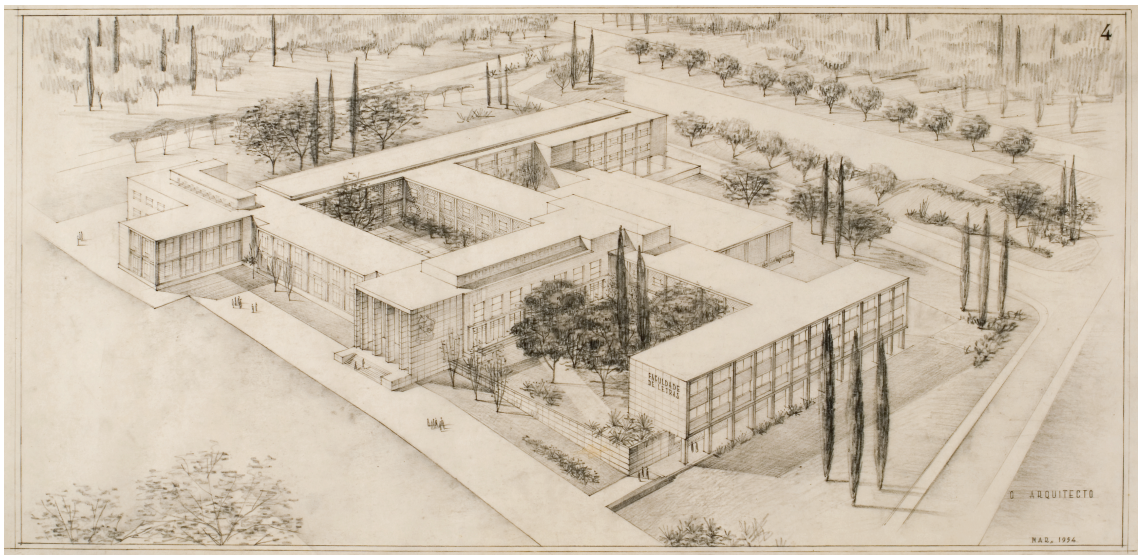


FIG.13 – Porfírio Pardal Monteiro, *Perspectiva da Faculdade de Letras*, Março de 1954.

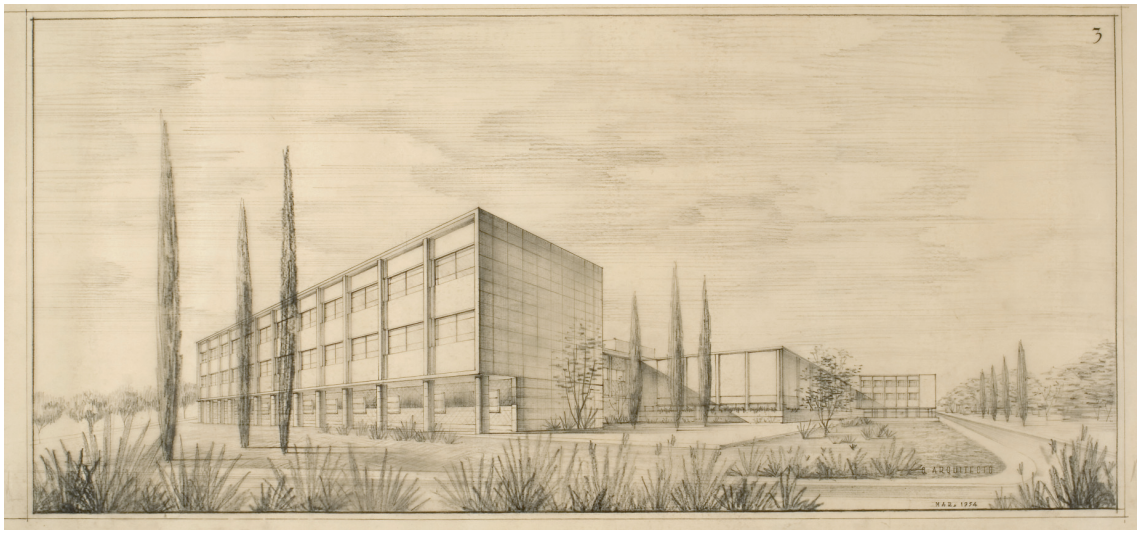


FIG.14 – Porfírio Pardal Monteiro, *Perspectiva posterior da Faculdade de Letras*, Março 1954.

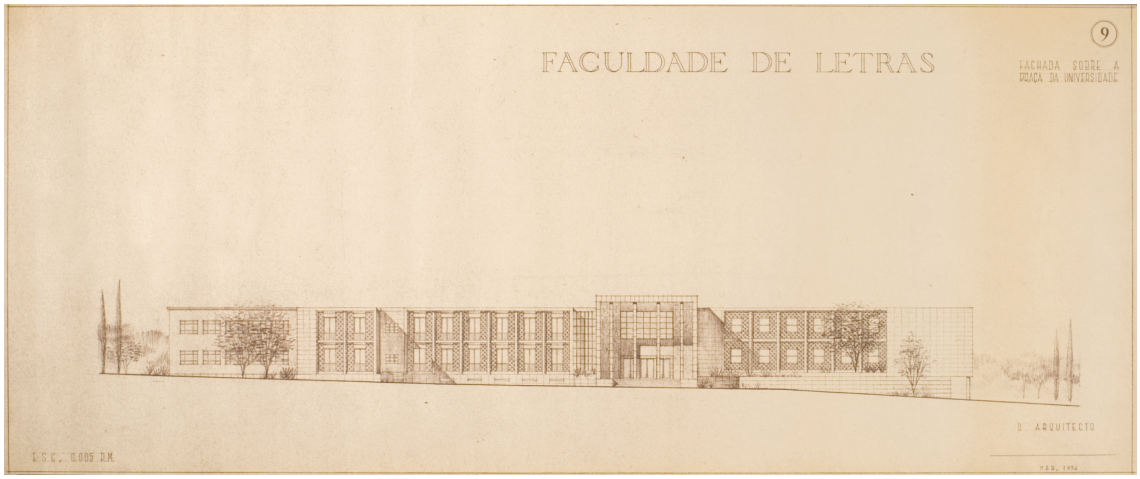


FIG.15 – Porfírio Pardal Monteiro, *Faculdade de Letras: Fachada sobre a Praça da Universidade*, Março de 1954.

FONTE: Espólio Porfírio Pardal Monteiro, Rolo 15, IHRU.



FIG.16 – João Simões e M. Norberto Corrêa, *Cidade Universitária de Lisboa – Estudo Prévio para um anteplano de urbanização: estudo do conjunto (planta geral)*, Janeiro de 1956.
FONTE: Espólio Porfírio Pardal Monteiro, Rolo 15, IHRU.

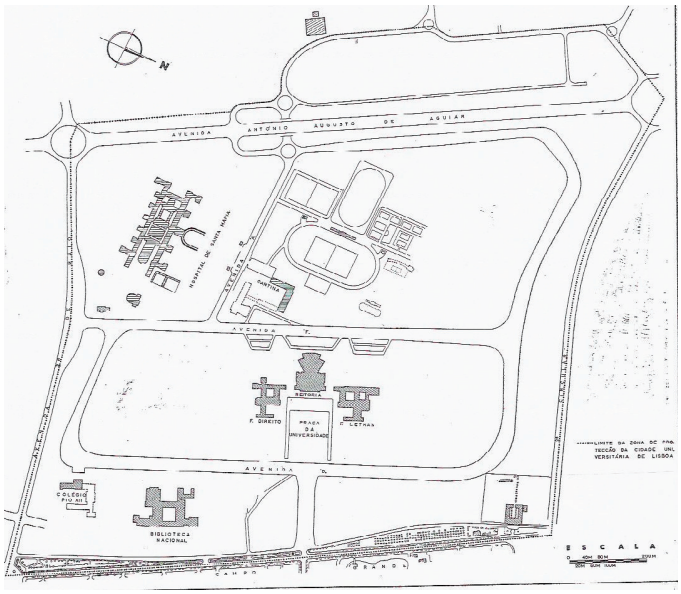


FIG.17 – Zona de protecção do Hospital de Santa Maria, dos edifícios universitários e de outras instalações integradas na Cidade Universitária de Lisboa. Em adição à versão de 1953, incluem-se o Estádio Universitário, a Cantina, a Biblioteca Nacional e o Colégio Pio XII.
FONTE: *Diário do Governo*, II série, nº 205, 2 de Setembro de 1960, p. 5987.

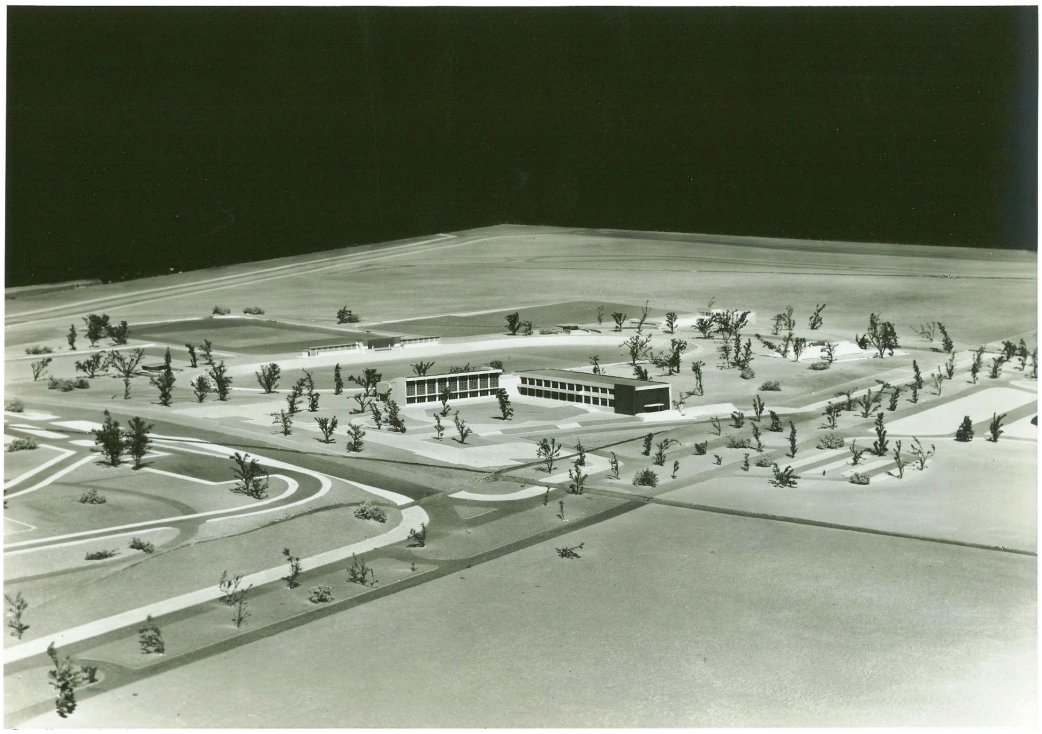


FIG.18 – Maqueta do Restaurante e Zona de Estar do Centro de Estudantes e do Estádio Universitário, do qual se vê o Estádio de Honra, com a tribuna, e os campos de jogos. Fotografia de Horácio Novais, sem data.
FONTE: Saco nº 1 "Cantina", Ministério da Educação, Núcleo do Arquivo Técnico das Construções Escolares.

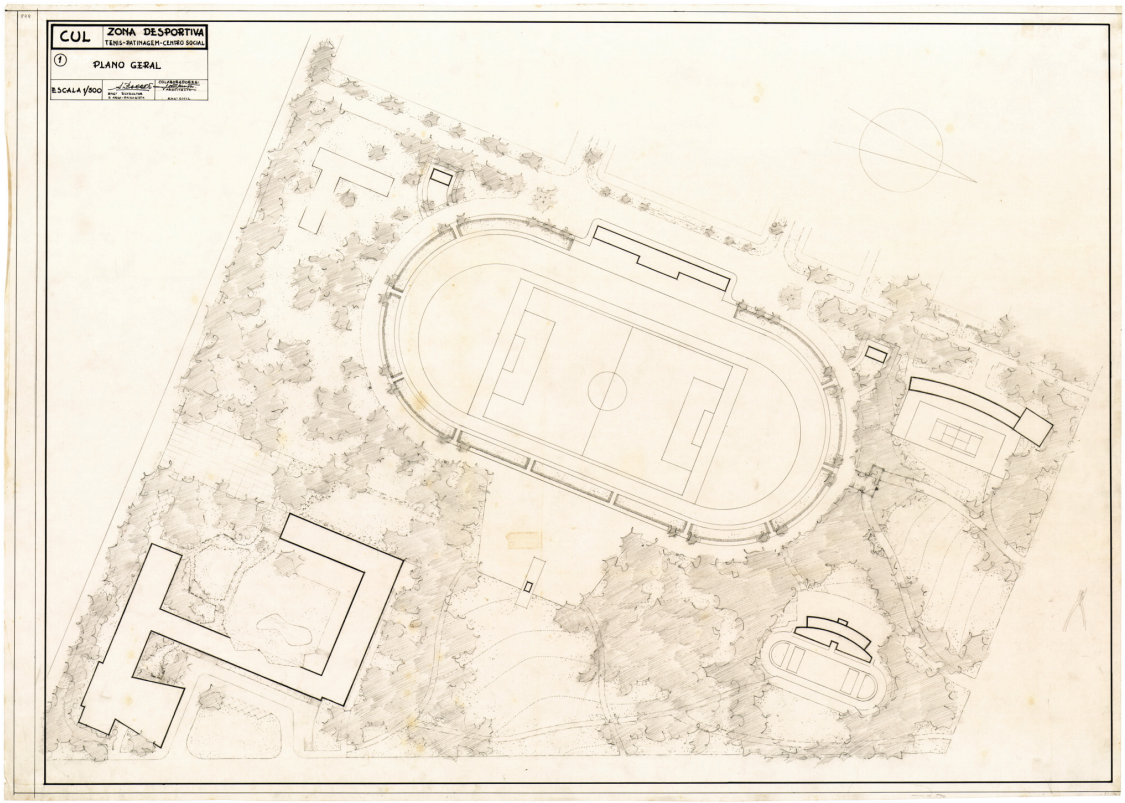


FIG.19 – António Viana Barreto e João Simões, CUL, Zona Desportiva: Ténis, Patinagem, Centro Social, [1956]. Está, igualmente, desenhado o Estádio de Honra com a sua tribuna.
FONTE: Espólio do Arquitecto Paisagista António Viana Barreto, Rolo 844, IHRU.



FIG.20 – Campo Principal do Estádio Universitário. Fotografia de Horácio Novais, sem data.
FONTE: Álbum nº 3 "Instalações Desportivas", Ministério da Educação, Núcleo do Arquivo Técnico das Construções Escolares.



FIG.21 – Edifício do Centro de Estudantes em construção, vista geral do lado nascente. Fotografia de Horácio Novais, sem data.
FONTE: Álbum nº 6 "Cantina e Salas de Convívio", Ministério da Educação, Núcleo do Arquivo Técnico das Construções Escolares.



FIG.22 – Sala de Estar do Centro de Estudantes; no piso superior, o bar. Fotografia de Horácio Novais, sem data.
FONTE: Álbum nº 6 "Cantina e Salas de Convívio", Ministério da Educação, Núcleo do Arquivo Técnico das Construções Escolares.

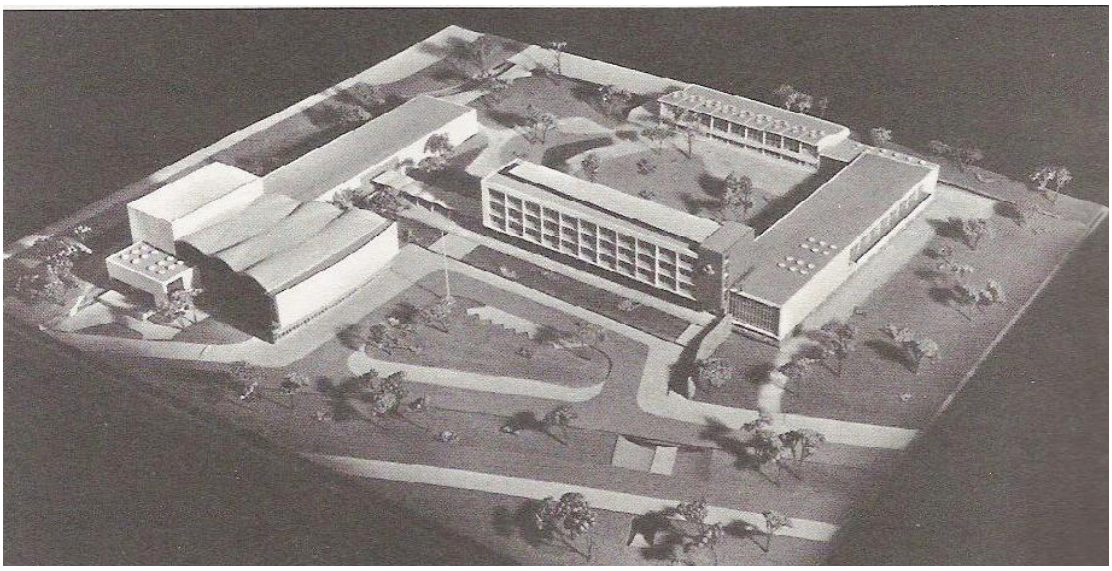


FIG.23 – Maqueta do estudo de conjunto do Centro de Estudantes, incluindo o corpo destinado às actividades culturais e recreativas, para o qual se idealizava uma sala polivalente de espectáculos para c.1000 lugares.
FONTE: MOP/CANIU, *Restaurante e Zona de convívio do Centro de Estudantes da Cidade Universitária de Lisboa*, 1962.

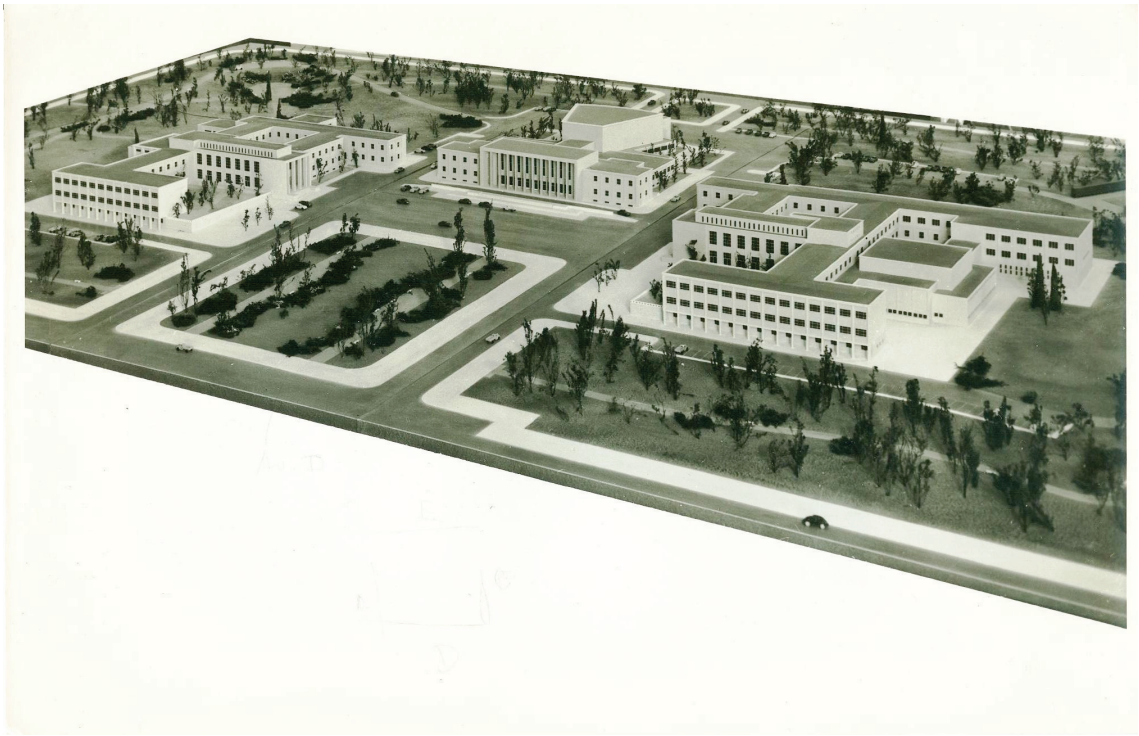


FIG.24 – Maqueta da Cidade Universitária de Lisboa: Faculdade de Direito, Reitoria, Faculdade de Letras. Fotografia de Horácio Novais.
FONTE: Saco nº 4 "Reitoria", Ministério da Educação, Núcleo do Arquivo Técnico das Construções Escolares.



FIG.25 – Visita à maqueta da CUL; ao centro, Oliveira Salazar, conversando com o Ministro das Obras Públicas, Arantes e Oliveira. Fotografia de Horácio Novais, 1956.
FONTE: Álbum nº 5 "Faculdade de Direito", Ministério da Educação, Núcleo do Arquivo Técnico das Construções Escolares.



FIG.26 – Visita às obras da Faculdade de Letras, vendo-se o edifício de Direito ao fundo. Ao centro, Prof. Leite Pinto (Ministro da Educação Nacional) e Eng. Arantes e Oliveira (Ministro das Obras Públicas e Comunicações). Fotografia de Horácio Novais, sem data.



FIG.27 – Observação de plantas durante a visita às obras da Faculdade de Letras: Teixeira da Sampaio, Leite Pinto e Arantes e Oliveira. Fotografia de Horácio Novais, sem data.

FONTE: Álbum nº 7 "Faculdade de Letras", Ministério da Educação, Núcleo do Arquivo Técnico das Construções Escolares.

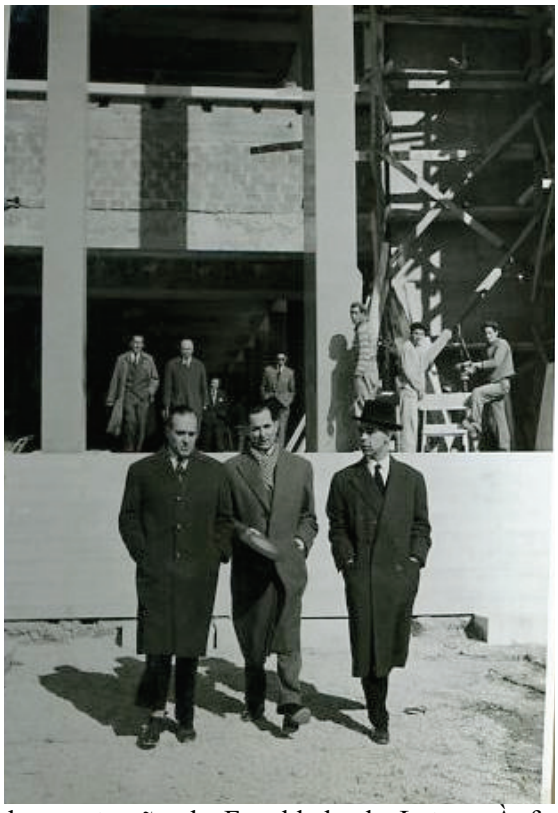


FIG.28– Visita às obras de construção da Faculdade de Letras. À frente, Prof. Pinto Barbosa (Ministro das Finanças), Prof. Leite Pinto (Ministro da Educação Nacional) e Eng. Arantes e Oliveira (Ministro das Obras Públicas e Comunicações). Fotografia de Horácio Novais.
FONTE: Álbum nº 7 "Faculdade de Letras", Ministério da Educação, Núcleo do Arquivo Técnico das Construções Escolares.



FIG.29 –Visita de Salazar ao Estádio Universitário, acompanhado por Arantes e Oliveira. Segurando o chapéu, Marcello Caetano, reitor da Universidade de Lisboa. Fotografia de António Silva Moura, Fotografias, 5 de Julho de1956.
FONTE: Álbum nº 3 "Instalações Desportivas", Ministério da Educação, Núcleo do Arquivo Técnico das Construções Escolares.



FIG.30 – O Presidente do Conselho observando o desenho de M. Norberto Corrêa para o Centro de Estudantes. Segundo relato do arquitecto, Salazar terá inquirido os presentes se o estudo representava um hangar, devido ao seu aspecto racionalista. Fotografia de António Silva Moura, Fotografias, 5 de Julho de1956.
FONTE: Álbum nº 3 "Instalações Desportivas", Ministério da Educação, Núcleo do Arquivo Técnico das Construções Escolares.



FIG.31 – Inícios da construção da Reitoria, vendo-se a Faculdade de Letras já completa. Fotografia de Horácio Novais, sem data.
FONTE: Saco nº 4 "Reitoria", Ministério da Educação, Núcleo do Arquivo Técnico das Construções Escolares.



FIG.32 – Entrada principal da Faculdade de Direito. Fotografia de Horácio Novais, sem data.
FONTE: Álbum nº 5 "Faculdade de Direito", Ministério da Educação, Núcleo do Arquivo Técnico das Construções Escolares.



FIG.33 – Fachada principal da Faculdade de Letras. Fotografia de Horácio Novais, sem data.
FONTE: Álbum nº 7 "Faculdade de Letras", Ministério da Educação, Núcleo do Arquivo Técnico das Construções Escolares.



FIG.34 – Reitoria: frente sobre a Praça da Universidade. Fotografia de Horácio Novais, sem data.
FONTE: Álbum nº 4 "Reitoria", Ministério da Educação, Núcleo do Arquivo Técnico das Construções Escolares.



FIG.35 – Faculdade de Direito: grande anfiteatro do 1º ano (andar principal). Fotografia de Horácio Novais, sem data.
FONTE: Álbum nº 5 "Faculdade de Direiti", Ministério da Educação, Núcleo do Arquivo Técnico das Construções Escolares.



Fig.36 – Faculdade de Letras: Sala de Leitura (andar superior). Fotografia de Horácio Novais, sem data.
FONTE: Álbum nº 7 "Faculdade de Letras", Ministério da Educação, Núcleo do Arquivo Técnico das Construções Escolares.



FIG.37 – Reitoria: Sala do Senado Universitário. Fotografia de Horácio Novais, sem data.
FONTE: Álbum nº 4 "Reitoria", Ministério da Educação, Núcleo do Arquivo Técnico das Construções Escolares.

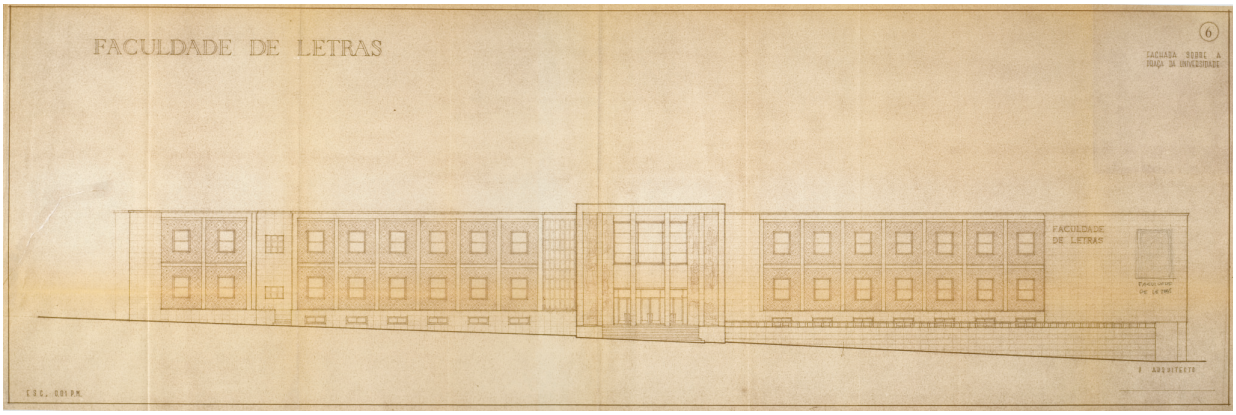


FIG.38 – Porfírio Pardal Monteiro, *Faculdade de Letras: Fachada sobre a Praça da Universidade*, s/ data. Denota-se a aplicação de azulejos nas fachadas, em torno das janelas, bem como a marcação dos locais que recebem obras de arte – estão desenhadas figuras no pórtico de entrada e está assinalado o espaço que ocupará um baixo-relevo parietal.
FONTE: Espólio Porfírio Pardal Monteiro, Rolo 15, IHRU.



FIG.39 – Porfírio Pardal Monteiro, *Perspectiva da Reitoria*, 1955. O mesmo padrão de azulejos previsto para aplicação nas Faculdade, idealizado pelo arquitecto como revestimento.
FONTE: Saco nº 4 "Reitoria", Ministério da Educação, Núcleo do Arquivo Técnico das Construções Escolares.

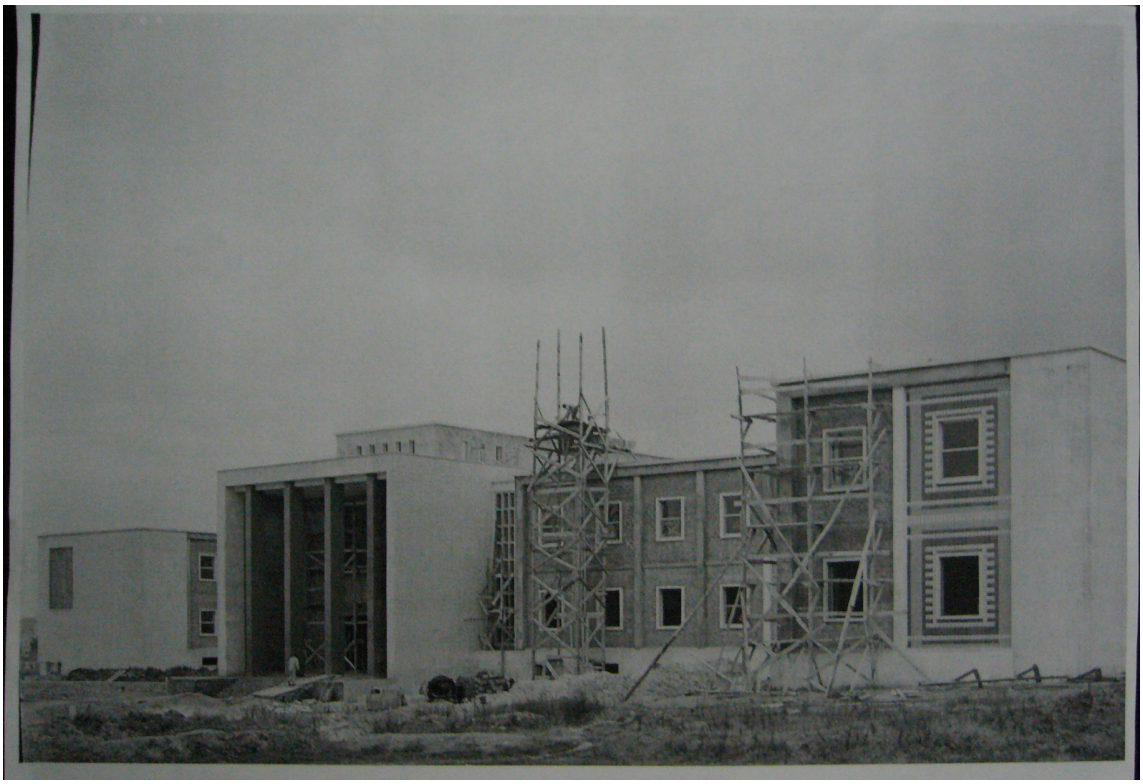


FIG.40 – A Faculdade de Direito em construção, estando colocado um dos painéis de azulejos candidato no concurso para revestimento parietal das faculdades. Desconhece-se o autor do padrão. Fotografia de Mário Novais, sem data.
FONTE: Colecção Fotográfica Estúdio Mário Novais: Arquitecto Pardal Monteiro, Material Gráfico, cota: 003.626376, Biblioteca de Arte – Fundação Calouste Gulbenkian.



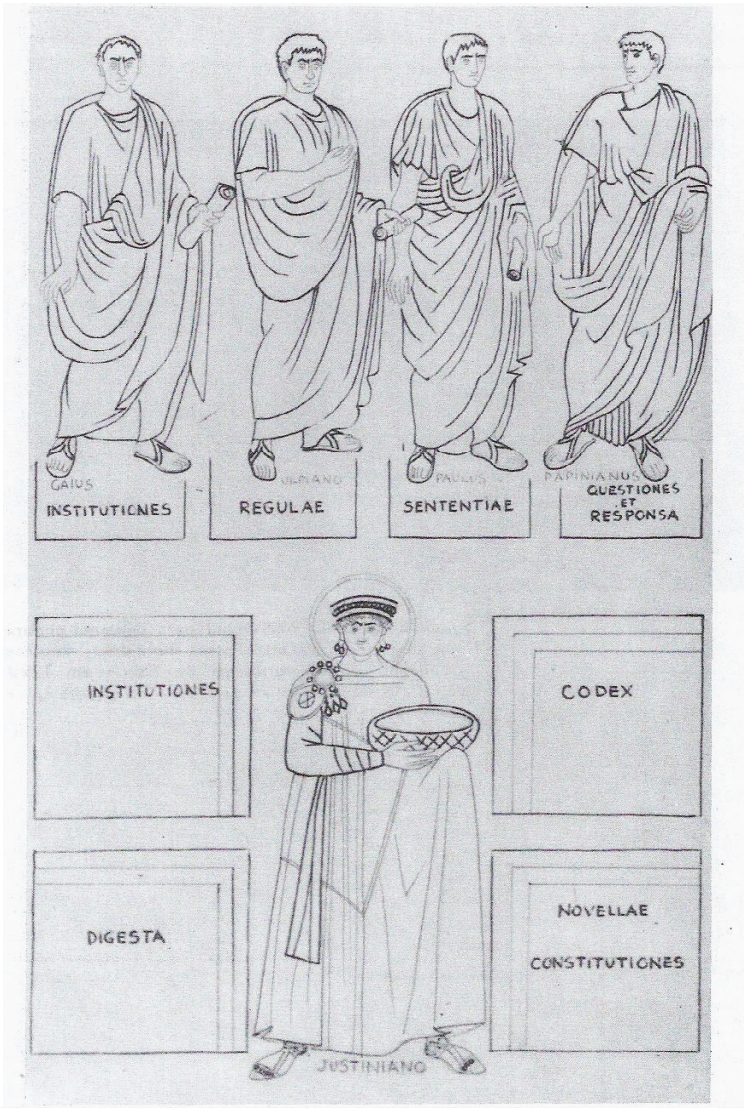
FIG.41 – Pormenor do padrão de azulejos criado por Almada Negreiros para revestir as fachadas das Faculdades, rejeitado. Tendo sido realizado na Fábrica Viúva Lamego, foi aproveitado para decorar as fachadas de uma moradia na Rua de Alcolena, nº 36, no Restelo em Lisboa.
FONTE: Fotografia da Autora, Agosto de 2010.

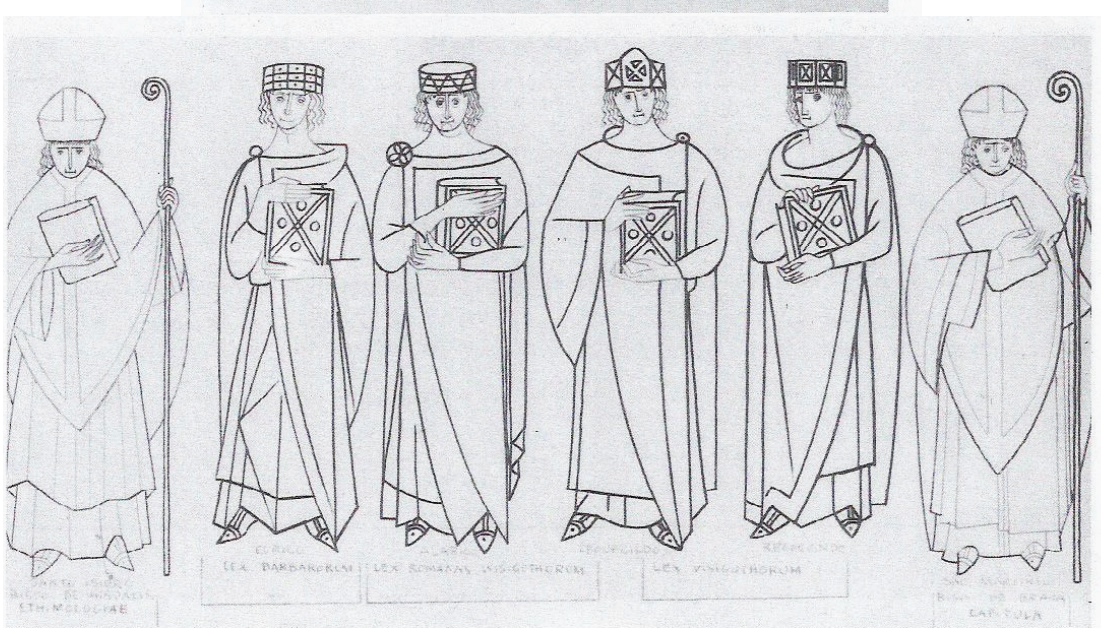


FIG.42 – Pormenor do padrão de azulejos com o qual Manuel Cargaleiro venceu o concurso para revestimento parietal das Faculdades de Direito e de Letras, em 1956. A opção acabou por ser posta de parte, tendo os azulejos executados na Fábrica Viúva Lamego sido posteriormente aplicados no edifício do centro comercial Apolo 70, ao Campo Pequeno, em Lisboa.
FONTE: Fotografia da Autora, Agosto de 2010.



FIG.43 – Pórtico de entrada da Faculdade de Direito, decorado com gravuras incisas desenhadas por Almada Negreiros subordinadas ao tema "Visão Histórica do Direito".
FONTE: Fotografia da Autora, Abril de 2010.





FIGS.44 e 45 – Esbocetos de estudo para incisão na Faculdade de Direito, desenhos de Almada Negreiros.
FONTE: MOP/CANIU, *O Novo Edifício da Faculdade de Direito*, 1957.

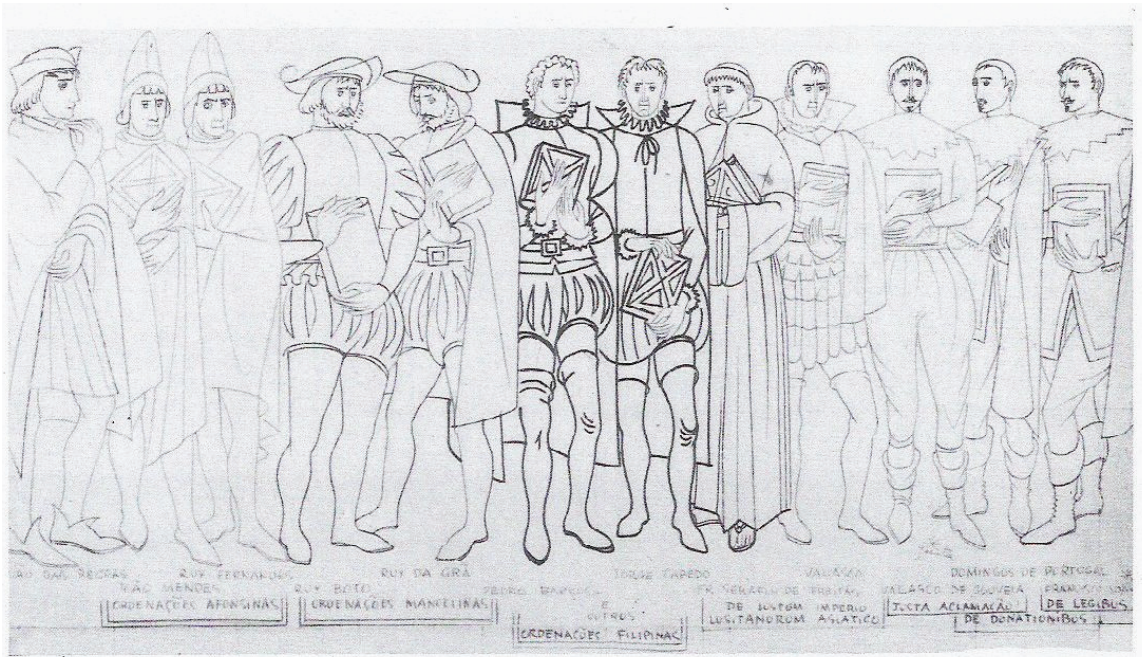


FIG.46 – Esboceto de estudo para incisão na Faculdade de Direito, desenhos de Almada Negreiros.
FONTE: MOP/CANIU, *O Novo Edifício da Faculdade de Direito*, 1957.



FIG.47 – Fachada central do pórtico de entrada da Faculdade de Direito, espaço sobranceiro à porta, na qual o artista foi impedido de concretizar a incisão das suas teorias "relação 9/10" e "pintar o sete".
FONTE: Fotografia da Autora, Fevereiro de 2010.



FIG.48 – Fachada lateral esquerda do pórtico de entrada da Faculdade de Direito: "Origens do Direito", representando o Código de Hammurabi, a fuga dos hebreus do Egipto conduzidos por Moisés, Pitágoras e Heraclito.
FONTE: Fotografia da Autora, Abril de 2010.



FIG.49 – Fachada central esquerda do pórtico de entrada da Faculdade de Direito: "Concepção Transcendente do Direito", representando *Críton*, de Platão, *Antígon*a, de Sófocles, Cícero, São Paulo e Santo Agostinho.
FONTE: Fotografia da Autora, Abril de 2010.



FIG.50 – Fachada central esquerda do pórtico de entrada da Faculdade de Direito: "Construção Romana do Direito", representando Rómulo e Remo, Sérvio Túlio, a Lei das Doze Tábuas e o primeiro *Decemviri*, os juristas Gaio, Ulpiano, Paulo, Papiniano e Modestino, o Imperador Justiniano I.
FONTE: Fotografia da Autora, Abril de 2010.



FIG.51 – Fachada lateral direita do pórtico de entrada da Faculdade de Direito: "Direito Português através de grandes figuras", representando personagens decisivas no panorama nacional desde a Idade Média até ao século XIX. A assinatura, "Almada 58", encontra-se no canto inferior direito do conjunto.
FONTE: Fotografia da Autora, Abril de 2010.



FIG.52 – Baixo-relevo na fachada do topo do corpo de aulas da Faculdade de Direito, da autoria do escultor Salvador Barata Feyo, simbolizando "Lei, Paz, Dignidade e Glória".
FONTE: Fotografia da Autora, Fevereiro de 2010.



FIG.53 – Estudos para o baixo-relevo da fachada lateral da Faculdade de Direito, desenhos de António Duarte, assinado, sem data.
FONTE: Espólio António Duarte, nº de cadastro: AD-0172, Atelier-Museu António Duarte –Centro de Artes das Caldas da Rainha.



FIG.45 – Baixo-relevo na fachada lateral da Faculdade de Direito, da autoria do escultor António Duarte, representação de "Direito Natural, Antiga Lei Escrita e Justiça". Assinado "DUARTE" no canto inferior direito da composição.
FONTE: Fotografia da Autora, Novembro de 2008.

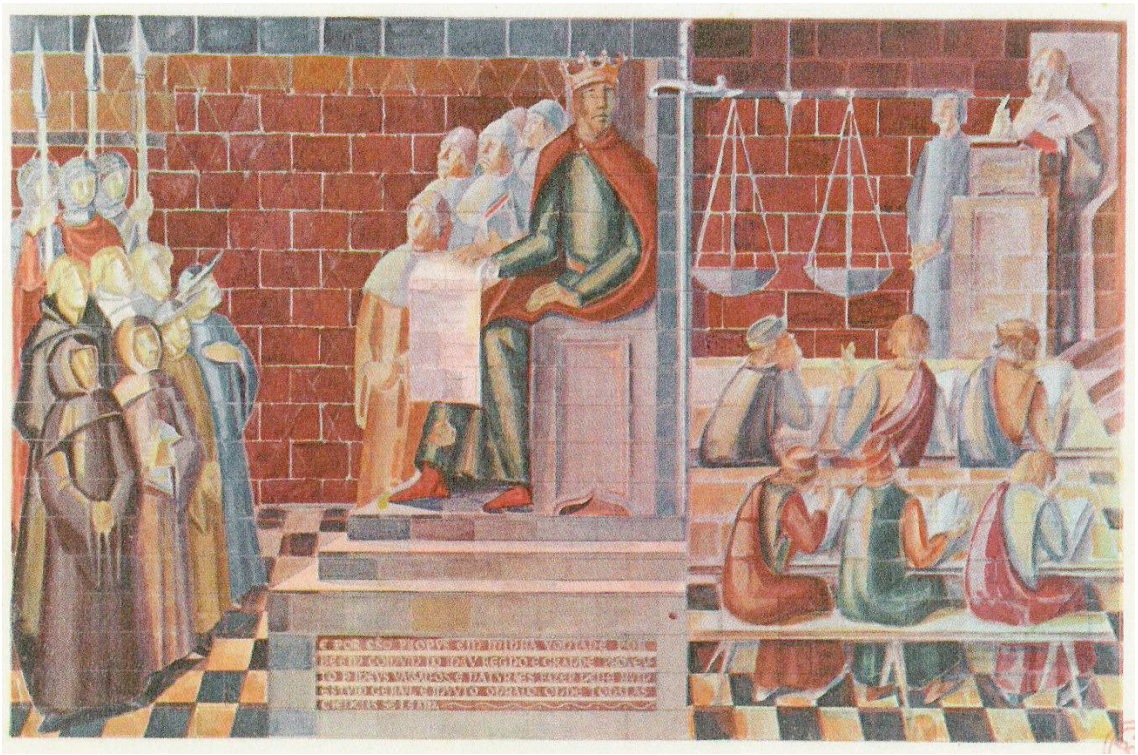


FIG.55 – Esboceto de estudo para o painel cerâmico dos Passos Perdidos da Faculdade de Direito, desenho de Lino António, sem data.
FONTE: MOP/CANIU, *O Novo Edifício da Faculdade de Direito*, 1957.



FIG.56 – Painel cerâmico no fundo dos Passos Perdidos da Faculdade de Direito, segundo desenho de Lino António, figuração de um passo da *Crónica de D. Dinis*: a fundação do Estudo Geral, acompanhada de uma aula de Direito da época. Assinado "Lino António 1957" no canto inferior direito.
FONTE: Fotografia da Autora, Fevereiro de 2010.



FIG.57 – Esboceto de estudo para a tapeçaria mural do Gabinete do Reitor da Faculdade de Direito, desenho de Lino António, sem data.
FONTE: MOP/CANIU, *O Novo Edifício da Faculdade de Direito*, 1957.



FIG.58 – Tapeçaria mural do Gabinete do Reitor da Faculdade de Direito, segundo desenho de Lino António, executada na Manufactura de Tapeçarias de Portalegre. Representa "O juramento das ordenações pelo Rei D. Manuel I". Assinado "Lino António-1957" no canto inferior direito.
FONTE: Fotografia da Autora, Fevereiro de 2010.



FIG.59 – Tapeçaria mural da Sala do Conselho Científico Dr. Armindo Monteiro da Faculdade de Direito, segundo desenho de Guilherme Camarinha, executada na Manufactura de Tapeçarias de Portalegre. Trata-se de uma alegoria à Justiça. Assinado "Camarinha 1962" no canto inferior direito.
FONTE: Fotografia da Autora, Fevereiro de 2010.



FIG.60 – Inauguração da estátua de Álvaro Pais, de Martins Correia, discursando o Presidente da Câmara Municipal de Lisboa Nuno Abecassis, 25-X-1981. Fotógrafo não identificado.
FONTE: Arquivo Municipal de Lisboa – Arquivo Fotográfico, código de referência: PT/AMLSB/AF/PEL/005/S03908, cota: A81952.



FIG.61 – Pórtico de entrada da Faculdade de Letras, decorada com gravuras incisas segundo desenho de Almada Negreiros.
FONTE: Fotografia da Autora, Agosto de 2009.



FIG.62 – Inscrição da marca de canteiro "EDGAR 21/5/58", sobre a janela central do pórtico de entrada da Faculdade de Letras.
FONTE: Fotografia da Autora, Junho de 2009.



FIG.63 – Fachada lateral direita do pórtico de entrada da Faculdade de Letras: Expulsão do Paraíso, Prometeu, Posídon e Ulisses, Palinuro.
FONTE: Fotografia da Autora, Agosto de 2009.



FIG.64 – Fachada central direita do pórtico de entrada da Faculdade de Letras: Santo António, Dante e a *Divina Comédia*, Todo-o-Mundo e Ninguém, D. Quixote e Sancho Pança.
FONTE: Fotografia da Autora, Agosto de 2009.



FIG.65 – Fachada central do pórtico de entrada da Faculdade de Direito, espaço sobranceiro à porta: Vasco da Gama e Tétis observando a Máquina do Mundo. É neste espaço que se encontra a assinatura do artista, "Almada 61", no canto inferior direito.



FIG.66 – Fachada central esquerda do pórtico de entrada da Faculdade de Letras: A Torre de Montaigne, Arichandono, Hamlet, laboratório de Dr. Fausto.
FONTE: Fotografia da Autora, Agosto de 2009.



FIG.67 – Fachada lateral esquerda do pórtico de entrada da Faculdade de Letras: Dostoiévski, Hermengarda e Eurico, Frei Dinis e Joaninha, a Virgem Santíssima, Fradique Mendes e Eça de Queirós, Heterónimos de Fernando Pessoa, "O Menino de sua Mãe".
FONTE: Fotografia da Autora, Agosto de 2009.

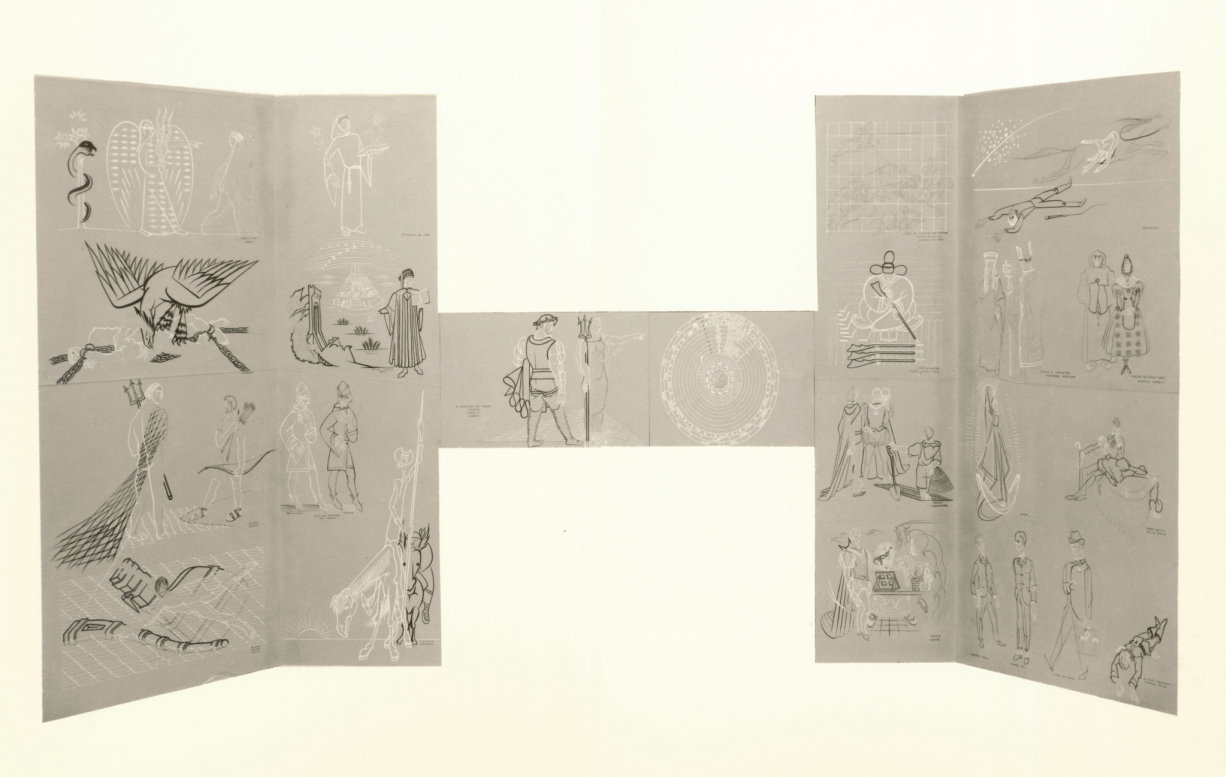


FIG.68 – Desenho de Almada Negreiros para estudo prévio das gravuras a gravar na Faculdade de Letras; as cenas surgem acompanhadas de legendas. Fotografia de Horácio Novais, sem data.
FONTE: Saco nº 2 "Faculdade de Letras", Ministério da Educação, Núcleo do Arquivo Técnico das Construções Escolares.



FIG.69 – Baixo-relevo no corpo principal da fachada lateral da Faculdade de Letras, da autoria do escultor Álvaro de Brée, figurando três Musas: Clio, Érato e Calíope. Assinado "1957 A D Brée" na base, ao centro.
FONTE: Fotografia da Autora, Novembro de 2008.



FIG.70 – Baixo-relevo no topo do corpo de aulas da Faculdade de Letras, da autoria do escultor Leopoldo de Almeida, figurando três Musas: Clio, Érato e Calíope. Assinado "Leopoldo de Almeida 1957" na base, sob a figura de Polimnia.
FONTE: Fotografia da Autora, Novembro de 2008.



FIG.71 – Maqueta para o baixo-relevo da Faculdade de Letras, gesso de Leopoldo de Almeida, assinado "LA", sem data.
FONTE: Espólio Leopoldo de Almeida, nº de cadastro: LA-0230, Centro de Artes das Caldas da Rainha.

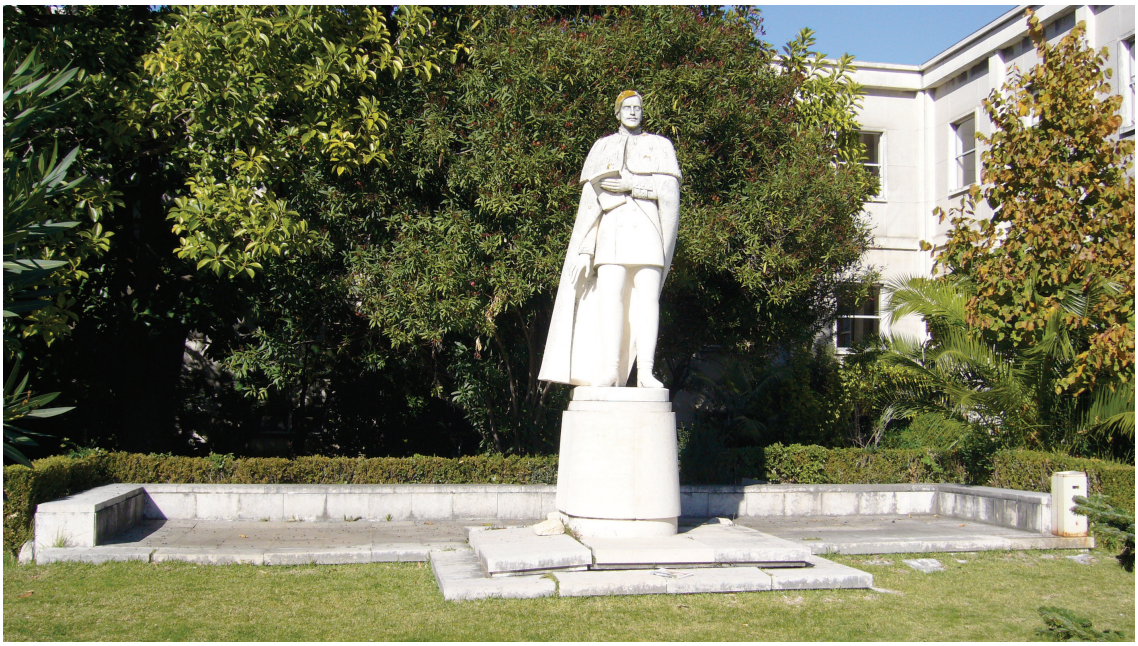


FIG.72 – Estátua de D. Pedro V, executada pelo escultor Martins Correia e colocada no centro do Pátio exterior da Faculdade de Letras.
FONTE: Fotografia da Autora, Novembro de 2008.



FIGS.73 e 74 – Estudo prévio da estátua de D. Pedro V, aquando da visita ao atelier do artista antes da passagem à pedra. Fotografia de Horácio Novais, sem data.
FONTE: Saco nº 2 "Faculdade de Letras", Ministério da Educação, Núcleo do Arquivo Técnico das Construções Escolares.

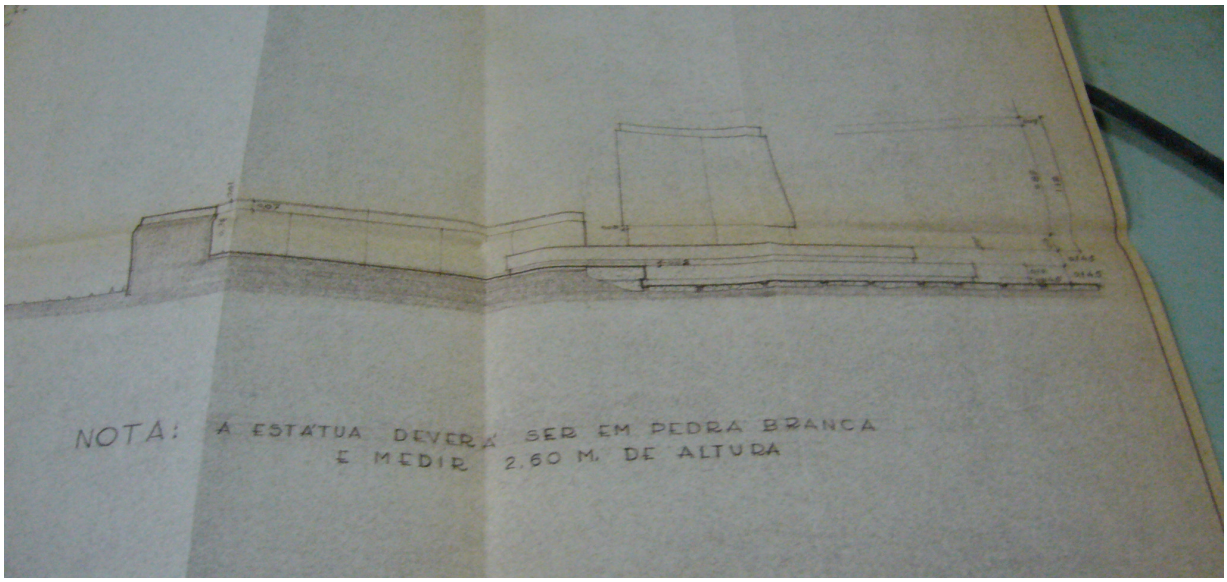
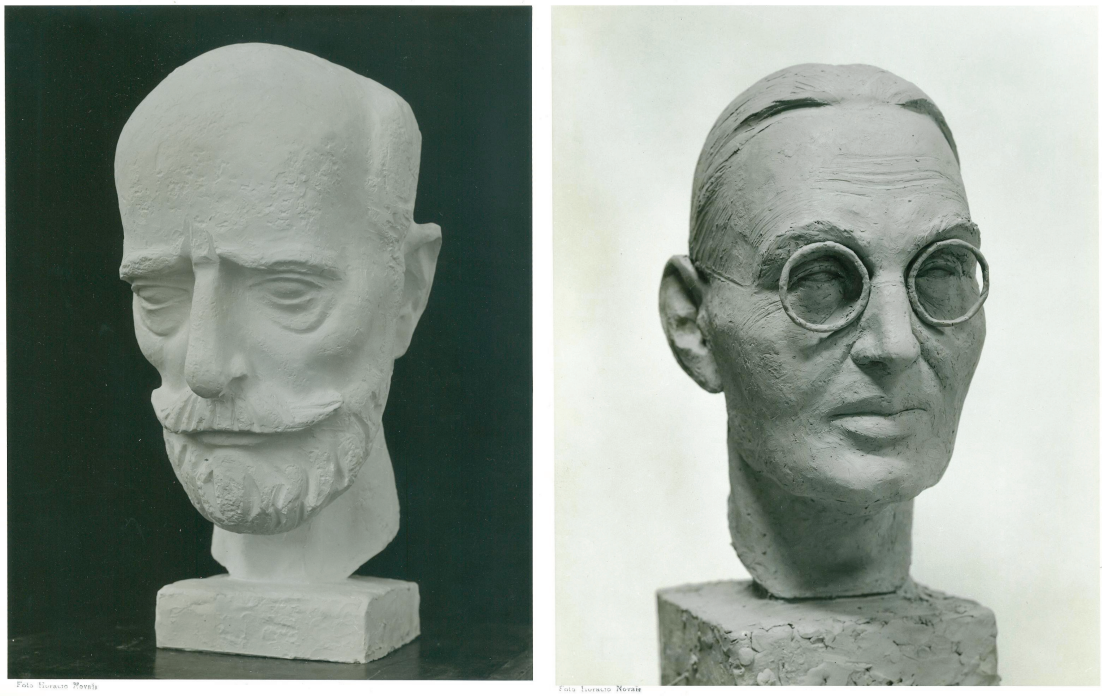


FIG.75 – António Pardal Monteiro, *Pormenor do estudo para o pedestal da estátua de D. Pedro a colocar no Pátio P1*, 18-I-1958.
FONTE: Arquivo da Divisão de Obras e Manutenção da Reitoria da Universidade de Lisboa.



FIGS.76 e 77 – Estudos para os bustos da Faculdade de Letras: gesso do Prof. Leite de Vasconcelos por António Duarte, e peça em barro do Prof. David Lopes, de José Farinha. Fotografias de Horácio Novais, sem data.
FONTE: Saco nº 4 "Reitoria", Ministério da Educação, Núcleo do Arquivo Técnico das Construções Escolares.

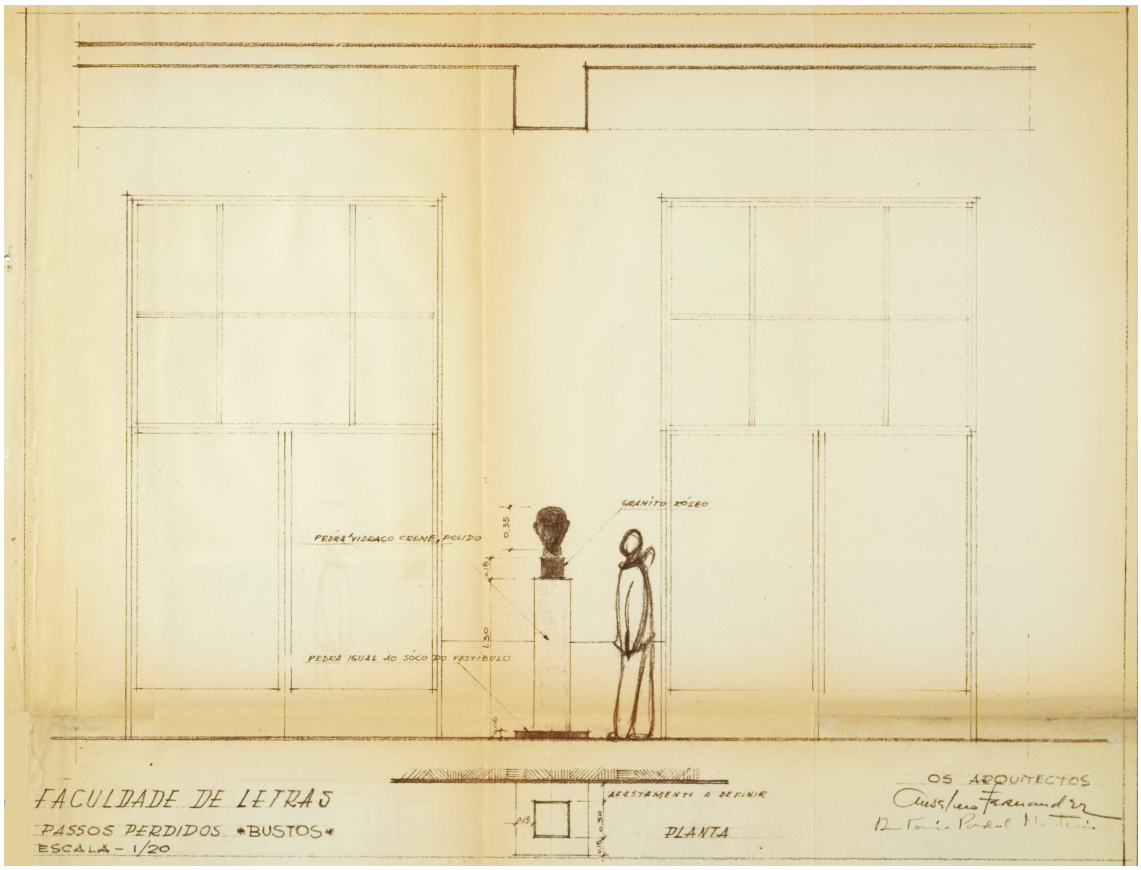


FIG.78 – Arquitectos Anselmo Fernandez e António Pardal Monteiro, Estudo para os plintos dos bustos de bronze a colocar nos Passos Perdidos da Faculdade de Letras, sem data.
FONTE: Espólio Porfírio Pardal Monteiro, Rolo 15, IHRU.



FIG.79 – Busto do Professor Manuel Oliveira Ramos da autoria do escultor Salvador Barata Feyo, assinado "FEYO".
FONTE: Fotografia da Autora, Novembro de 2008.



FIG.80 – Busto do Professor Adolfo Coelho da autoria do escultor Martins Correia, assinado "MARTINS CORREIA".



FIG.81 – Busto do Professor Teófilo Braga da autoria do escultor Euclidez Vaz, assinado "E.VAZ 1960".

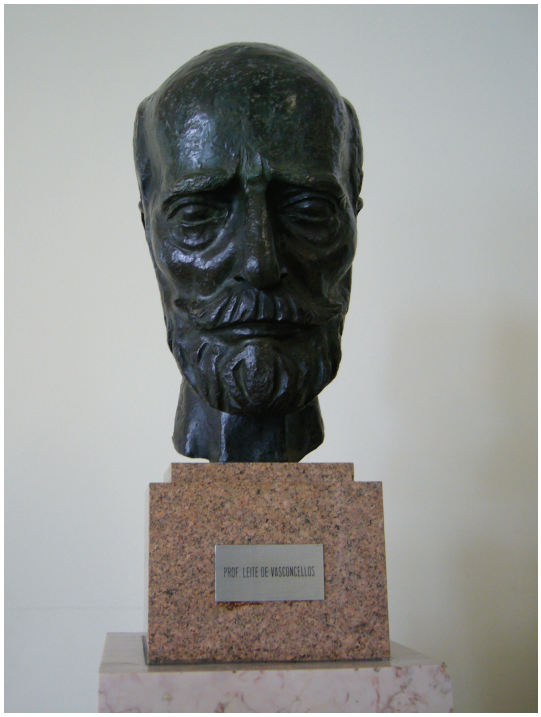


FIG.82 – Busto do Professor Leite de Vasconcellos, da autoria do escultor António Duarte, assinado "DUARTE".



FIG.83 – Busto do Professor David Lopes, da autoria do escultor José Farinha, assinado "J. FARINHA 959".

FONTE: Fotografias da Autora, Novembro de 2008.



FIG.84 – Painel cerâmico colocado no topo dos Passos Perdidos da Faculdade de Letras, da autoria de Jorge Barradas, alusão à vitória da Cultura e da Civilização sobre as trevas da ignorância. Assinado "Jorge Barradas/Inventou e fez no ano de 1957/Lisboa VL".
FONTE: Fotografia da Autora, Novembro de 2008.



FIG.85 – Tapeçaria mural do Gabinete do Director da Faculdade de Letras, executada na Manufactura de Tapeçarias de Portalegre sobre cartão de Manuel Lapa, representando a fundação do Estudo Geral pelo Rei D. Dinis, em 1290, e uma aula do mesmo à época. Assinado "M. LAPA." no canto inferior direito.
FONTE: Fotografia da Autora, Dezembro de 2008.





FIGS.86 e 87 – Vista geral do Gabinete do Director da Faculdade de Letras, observando-se na tapeçaria duas legendas distintas das que actualmente se podem ler. Fotografias de Horácio Novais, sem data.
FONTE: Álbum nº 7 "Faculdade de Letras", Ministério da Educação, Núcleo do Arquivo Técnico das Construções Escolares.



FIG.88 – Desenho para a tapeçaria do Gabinete do Director da Faculdade de Letras.
FONTE: MOP/CANIU, *O Novo Edifício da Faculdade de Letras na Cidade Universitária*, 1958.



FIG.89 – Nota de 1000$00 emitida em 1965, com inserção do desenho de Manuel Lapa para a tapeçaria da Faculdade de Letras.
FONTE: AAVV, *O Papel Moeda em Portugal*, Lisboa, Banco de Portugal, 1985.



FIGS.90 – Estudos preparatórios para incisão no pórtico dianteiro da Reitoria, desenhos da Almada Negreiros. Pertença da Reitoria da Universidade de Lisboa.
FONTE: Fotografia da Autora, Julho de 2010.

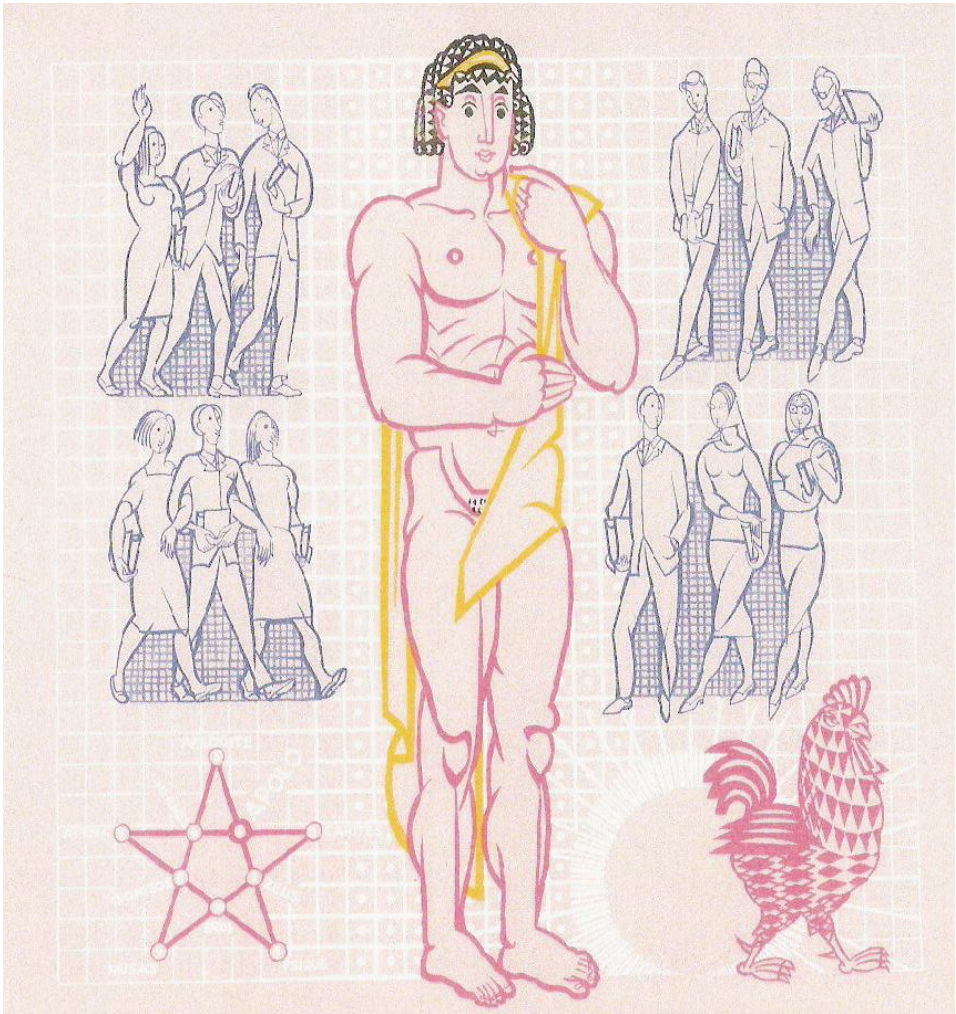


FIG.91 – Desenho para incisão no pórtico posterior da Reitoria, autoria de Almada Negreiros.
FONTE: MOP/CANIU, *O Novo Edifício da Reitoria da Universidade de Lisboa*, 1961.



FIG.92 – As quatro fachadas do pórtico de entrada da Reitoria, decorado com gravuras incisas de Almada Negreiros alusivas ao Zodíaco, incluindo no topo uma alegoria à cidade de Lisboa. A assinatura, "Almada 61", foi incisa no canto inferior da fachada lateral direita.
FONTE: Fotografia da Autora, Abril de 2010.



FIG.93 – Gravura incisa no pórtico traseiro da Reitoria com a representação de Apolo rodeado de mestres e estudantes, acompanhado do galo solar, segundo desenhos de Almada Negreiros.



FIG.94 – Gravura incisa no pórtico traseiro da Reitoria com a representação de Atena rodeada de mestres e estudantes, acompanhada da coruja, segundo desenhos de Almada Negreiros. Assinado "Almada 61" no canto inferior direito.
FONTE: Fotografias da Autora, Abril de 2010.



FIG.95 – Revestimento de painel de azulejos das fachadas dianteiras da Reitoria, sendo o padrão da autoria de Fred Kradolfer.
FONTE: Fotografia da Autora, Abril de 2010.



FIG.96 – Átrio da Reitoria, parede lateral esquerda contemplada com três painéis de mosaico da autoria de António Lino.
FONTE: Fotografia da Autora, Abril de 2010.

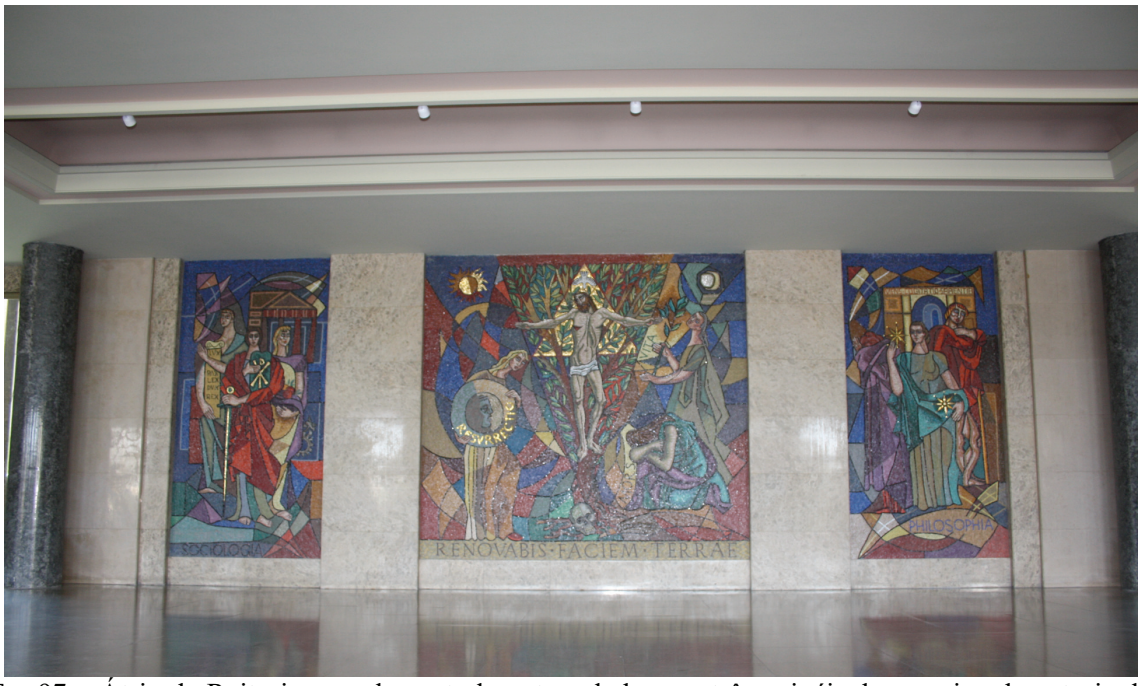


FIG.97 – Átrio da Reitoria, parede central contemplada com três painéis de mosaico da autoria de António Lino. O painel central encontra-se assinado "António Lino 61"
FONTE: Fotografia da Autora, Abril de 2010.



FIG.98 – Átrio da Reitoria, parede lateral direita contemplada com dois painéis de mosaico da autoria de António Lino.
FONTE: Fotografia da Autora, Abril de 2010.



FIGS.99, 100 e 101 – Painéis de mosaico no átrio da Reitoria, de António Lino: "O conhecimento dos Céus: Astronomia", "O conhecimento da Terra: Geografia" e "O conhecimento da Matéria: Física-Química".
FONTE: Fotografias de Leonel Ângelo (Reitoria).



FIGS.102 e 103– Painéis de mosaico no átrio da Reitoria, de António Lino: "O conhecimento da Vida: Biologia", "O conhecimento do Homem: Antropologia".
FONTE: Fotografias de Leonel Ângelo (Reitoria).



FIGS.104, 105 e 106 – Painéis de mosaico no átrio da Reitoria, de António Lino: "O conhecimento da Sociedade: Sociologia", "O conhecimento de Deus: Teologia" e A unidade do conhecimento: Filosofia".
FONTE: Fotografias de Leonel Ângelo (Reitoria).



FIGS.107 e 108 – Vitrais colocados no átrio de entrada da Reitoria, da autoria de Lino António.
FONTE: Fotografia da Autora, Abril de 2010.

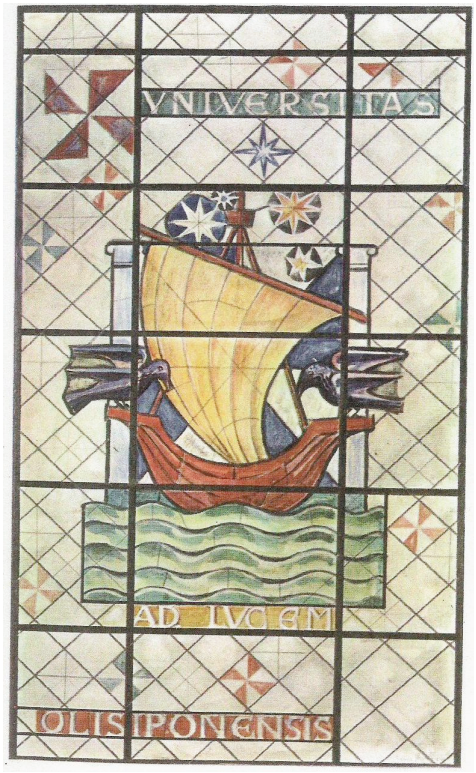


FIG.109 – Estudo para um dos vitrais do átrio de entrada, da autoria de Lino António.
FONTE: MOP/CANIU, *O Novo Edifício da Reitoria da Universidade de Lisboa*, 1961.



FIGS.110 e 111 – Vitrais da autoria de Lino António, simbolizando a Insígnia da Universidade e representando o Escudo nacional suportado por dois anjos, respectivamente.
FONTE: Fotografia da Autora, Abril de 2010.



FIG.112 – Tapeçaria mural do Gabinete do Reitor, executada pela Manufactura de Tapeçarias de Portalegre sobre cartão do pintor Rogério Ribeiro, intitulada "No limiar da Idade Atómica". Assinada no canto inferior direito: "Rogério Ribeiro 1960".
FONTE: Fotografia da Autora, Junho de 2010.



FIG.113 – Maqueta para o painel cerâmico do vestíbulo da Aula Magna; assinado "Querubim", propriedade do artista Querubim Lapa.
FONTE: Fotografia da Autora, Novembro de 2009.



FIG.114 – Painel cerâmico do vestíbulo da Aula Magna, da autoria do ceramista Querubim Lapa, representando a temática "Glorificação do Trabalho Intelectual". Assinado "Querubim 1961".
FONTE: Fotografia de Leonel Ângelo (Reitoria).



FIG.115 – Porta da Aula Magna executada nas oficinas da Escola de Artes Decorativas António Arroio, sob supervisão de Lino António – face exterior. Contém a inscrição "Executado nas oficinas da Escola de Artes Decorativas António Arooio".
FONTE: Fotografia da Autora, Abril de 2010.



FIG.116 – Porta da Aula Magna executada nas oficinas da Escola de Artes Decorativas António Arroio, sob supervisão de Lino António – face interior.
FONTE: Fotografia da Autora, Abril de 2010.



FIG.117 – Selos da Autoridade do Rei D. Dinis, vulgo "Cavalinho", desenhados por Jaime Martins Barata; emitidos a partir de 1953, em quinze valores, para substituição da "Caravela". Este desenho foi aplicado na porta da Aula Magna, dirigida por Lino António.
FONTE: Colecção particular de Carlos A. G. Pascoal.



FIG.118 – Escadaria interior da Reitoria, cuja guarda detém motivos decorativos em bronze da autoria do escultor José Farinha.
FONTE: Fotografia da Autora, Abril de 2010.



FIG.119 – Pormenor da decoração em bronze da guarda da escadaria interior da Reitoria, ostentando corvos, embarcações e a data de trasladação do corpo de S. Vicente.
FONTE: Fotografia da Autora, Abril de 2010.



FIG.120 – Pormenor da decoração de José Farinha no Salão Nobre da Reitoria.
FONTE: Fotografia da Autora, Abril de 2010.



FIG.121 – Painel pintado a fresco por Daciano da Costa, representando "o deslumbramento do homem pela luz que desvenda os mistérios do Universo", sob a divisa da Universidade de Lisboa, *Ad Lucem*.
FONTE: Fotografia da Autora, Abril de 2010.



FIG.122 – Painel pintado a fresco por Daciano da Costa, representando "a sucessão de gerações no mesmo anseio de luz que a tradição comunica e a juventude prossegue", sob a divisa da Universidade de Lisboa, *Ad Lucem*. Assinado no canto inferior direito: "Daciano Costa 1961/Ajudante Francisco Vasconcelos".
FONTE: Fotografia da Autora, Abril de 2010.

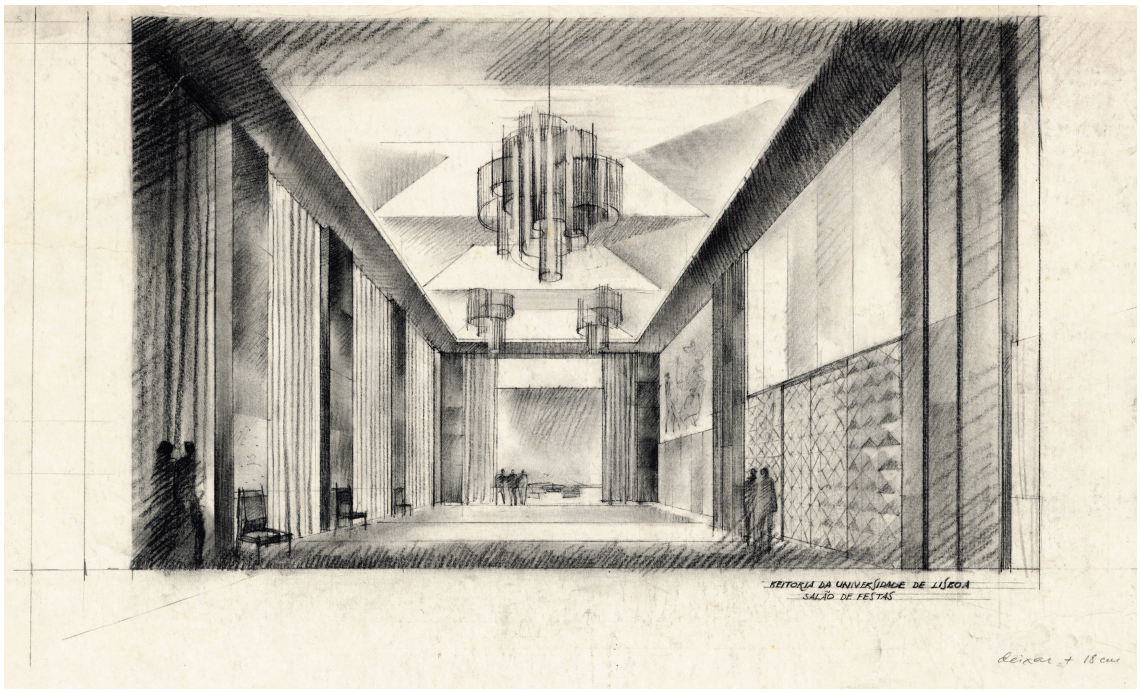


FIG.123 – Daciano da Costa, Perspectiva do Salão de Recepção e Festas da Reitoria da Universidade de Lisboa, sem data. Para além do mobiliário e do desenho de interiores, vislumbra-se um painel pintado.
FONTE: Espólio Daciano da Costa: DMC 00392, IHRU.



FIG.124 – Gabinete do Reitor, concebido por Daciano da Costa em termos de arquitectura de interiores – aponte-se o trabalho da madeira na parede – e de desenho de mobiliário diverso, desde a secretária aos cadeirões e à arca. Fotografia de Horácio Novais, sem data.
FONTE: Álbum nº 4 "Reitoria", Ministério da Educação, Núcleo do Arquivo Técnico das Construções Escolares.







FIGS.125 a 127 – "África", "Índia" e "Macau", três painéis de azulejos da autoria de Hein Semke, originalmente criados para o Hotel Ritz, em 1957. Reprovada a sua aplicação, o artista ofertou-os em 1985 à Reitoria, estando colocados no piso superior em torno do Salão Nobre.
FONTE: Fotografias da Autora, Junho de 2010.



FIGS.128 e 129 – Medalha comemorativa da inauguração da Faculdade de Direito, escultor Álvaro de Brée, 1957. Fotografias de Horácio Novais, sem data.
FONTE: Álbum nº 5 "Faculdade de Direito", Ministério da Educação, Núcleo do Arquivo Técnico das Construções Escolares.



FIGS.130 e 131 – Medalha comemorativa da inauguração da Faculdade de Letras, escultor Euclides Vaz, 1958. Fotografias de Horácio Novais, sem data.
FONTE: Álbum nº 7 "Faculdade de Letras", Ministério da Educação, Núcleo do Arquivo Técnico das Construções Escolares.



FIGS.132 e 133 – Medalha comemorativa da inauguração da Reitoria, escultor Álvaro de Brée, 1961. Fotografias de Horácio Novais, sem data.
FONTE: Álbum nº 4 "Reitoria", Ministério da Educação, Núcleo do Arquivo Técnico das Construções Escolares.

APÊNDICE DOCUMENTAL

Documento nº 1

ME-NATCE. MOP/CANIU, CANEU, Processo nº 100 "Arquitecto Porfírio Pardal Monteiro", Pasta 1.
Relatório sobre a evolução do estado actual dos trabalhos relativos aos edifícios universitários, 29 de Janeiro de 1942

Relatório sobre a evolução do estado actual dos trabalhos relativos aos edifícios universitários

Em 29 de Novembro de 1934 reuniu pela primeira vez a Comissão Técnica para os Novos Edifícios da Reitoria, Faculdade de Letras e Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, nomeada por portaria ministerial de 1/11/934, publicada no Diário do Governo de 22 do mesmo mês.

A comissão encetou, naquela data, os seus trabalhos e em 11 de Janeiro de 1935, tinha elaborado o programa-base relativo aos três edifícios, cujo estudo lhe era atribuído.

O decreto nº 24.865 de 8/1/935, coordenou os trabalhos desta Comissão com os da Comissão Técnica dos Hospitais Escolares e encorporou, administrativamente, as duas Comissões dentro da Comissão Administrativa dos Novos Edifícios Universitários.

Assim, em 25/1/935, era remetido aquele programa, para apreciação superior, ao Exmº. Snr. Presidente desta última Comissão.

De harmonia com as indicações sucessivamente recebidas de S. Exª. O Ministro e do Exmº. Snr. Presidente da Comissão Administrativa dos Novos Edifícios Universitários, no programa inicial foram sendo introduzidas várias alterações; umas dizendo respeito ao Edifício da Reitoria (como eliminação da residência do Reitor, redução da área da aula magna e da biblioteca) e outras aos edifícios das Faculdades (eliminação das ante-câmaras junto das aulas, redução do número de gabinetes dos professores, da área dos anfiteatros, etc.).

Algumas destas alterações envolveram consultas às Faculdades interessadas.

Em 29/7/935, era o programa-base definitivo submetido à apreciação de S. Exª. o Ministro, que, em 3/8/935, se dignou sobre ele lançar o seguinte despacho:

> Com a reserva posta relativamente às instalações culturais para estudantes, aprovo em princípio o programa proficientemente elaborado pela Comissão Técnica dos Novos Edifícios para a Reitoria e Faculdades de Letras e de Direito, da Universidade de Lisboa.----------
> Determino, portanto, se proceda urgentemente à elaboração dos respectivos ante-projectos e estimativas de custo.----------

A Comissão tratou, de início, do estudo de localização dos edifícios.

Em 24/8/935, reconhecida a necessidade de fixar a escolha dos terrenos necessários para estar construções, a Comissão Administrativa submetia à aprovação de S. Exª. o Ministro, o parecer emitido pelas Comissões Técnicas dos Hospitais e dos Edifícios Universitários.

Em 7/4/936, insistia a Comissão pela resolução definitiva do assunto, tendo então S. Exª. o Ministro determinado o seguinte, conforme seu despacho de 11 do mesmo mês.

> A Reitoria, Faculdade e Hospital Escolar, deverão constituir um agrupamento no mesmo local. ----------
> Após o exame directo que fiz do terreno, determino que para tal seja escolhido o terreno do Campo Grande, que reúne todas as condições.--------
> Nele existe já iniciada a Escola de Farmácia, cujo terreno será encorporado no comprado para o Hospital e com o que venha a ser comprado, o mesmo sucedendo no que é ocupado pelo edifício onde funciona uma secção do Liceu Camões, o que será regulado na devida oportunidade. ----------
> Há que começar por adquirir mais terrenos e indicar o que sendo particularmente reservar.----------

> Sobre urbanização deve ser estabelecido o necessário contacto com a Câmara Municipal de Lisboa.----------
> Outras construções escolares poderão vir a ser feitas no local, podendo prever-se desde já a Escola de Belas Artes.----------
> Um plano geral com a implantação de todos os edifícios previstos deve ser elaborado.----------

A Comissão Administrativa dos Novos Edifícios Universitários estava habilitada com os meios necessários para iniciar a aquisição dos terrenos complementares indispensáveis aos Hospitais Escolares, uma vez que, pelo despacho anterior, tinha sido definida a sua localização; mas não dispunha de qualquer dotação que lhe permitisse fazer face à compra dos terrenos destinados aos restantes edifícios referidos neste despacho.

Assim, em 29/7/936, no seu ofício nº 190, solicitou o Exmº Snr. Presidente da Comissão Administrativa uma primeira dotação de Esc:-2.500.00$00, para este fim.

Sobre este ofício incidiu, em 19/8/936, um despacho de S. Exª. o Ministro das Obras Públicas e Comunicações, despachos que são respectivamente nos termos seguintes:

> À Comissão Administrativa dos Novos Edifícios Universitários. Para conhecimento.----------
> Trata-se do assunto referido no ofício dessa Comissão nº 483/P I de 27/4/37. Fica essa Comissão autorizada nos mesmos termos do Despacho de 20/8/36, a empregar na compra dos terrenos até ao de 4.750 contos. Dou instruções à Oitava Repartição de Contabilidade para preparar o Decreto concedendo o reforço de 5.100 contos.----------
> Quanto à proposta nº 3, vou transmitir o assunto a S. Exª. o Ministr da Educação Nacional.----------

De acordo com o que havia sido determinado a Comissão estabeleceu contacto com a Câmara Municipal de Lisboa, procurando que lhe fossem fornecidos todos os elementos de que esta dispunha e procedendo aos levantamentos complementares indispensáveis, pois que os elementos ai existentes eram insuficientes.

Fez-se o estudo de urbanização da zona consignada aos Edifícios Universitários e o estudo dos arruamentos previstos, bem como a sua implantação e piquetagens, organizaram-se maquetes do terreno, e levantaram-se e compilaram-se as plantas parcelares necessárias às expropriações, as quais foram completamente realizadas de acordo com o plano previamente fixado, e nos termos e prazo, estabelecidos pelo Decreto nº 27.262, de 24/11/936, que as regulou.

Simultaneamente a Comissão Técnica com a colaboração do Arquitecto Porfírio Pardal Monteiro, que fora escolhido para este trabalho, organizava os estudos dos Edifícios e, em 11/8/938, apresentava a S. Exª. o Ministro, com o seu ofício nº 224, estes estudos com uma indicação da área da construção que lhes correspondiam.

Iniciado, entretanto, pela actual Câmara Municipal de Lisboa um estudo geral de urbanização das várias zonas da cidade, o plano anteriormente estudado pela Comissão, em colaboração com os serviços da Câmara anterior, e que servira de base às expropriações, teve que ser posto de parte e substituído por novo plano a que já era feita referência no ofício nº 224, já referido.

Os estudos de edifícios mereceram de S. Exª o Ministro o seguinte despacho, datado de 14//938:

> Os estudos apresentados devem ser remodelados com o duplo objectivo de se obter uma composição mais lógica e agradável e uma estimativa menos elevada no conjunto e na unidade.----------
> A capacidade do Arquitecto e a extensão das instalações, permitem prever que é possível elaborar um ante-projecto que conduza a uma despeza com a construção que não vá alem de 15.000 contos.----------
> E se assim for, estará criada a primeira condição fundamental para se preparar a possibilidade de realização de uma obra que por muitas razões merece o patrocínio do Governo.----------

Foi assim organizado novo estudo dos edifícios com o duplo objectivo de obter um partido diferente e de conseguir uma redução de área que trouxesse o custo da construção para dentro da cifra indicada.

A área total de construção foi reduzida a 30.000 metros quadrados, área que, para os preços da ocasião, se coadunava com a cifra indicada.

Presente este estudo a S. Exª o Ministro em 19/5/939, obteve o despacho seguinte, datado de 30/5/939:

> Acho bem o partido de distribuição que adoptaram, salvo as ligeiras observações que verbalmente fiz em relação aos pontos que vão anotados nas plantas. Pode proceder-se à elaboração dos ante-projectos na base de 30.000 m.q. área a que não deverá ser excedida. É possível que a projectada reorganização do Ensino Superior venha trazer alterações mais ou menos profundas ao programa que tem servido para os estudos feitos mas, assim mesmo, considero útil avançar-se no ante-projecto. É claro que não convirá levar muito longe os estudos do ante-projecto antes de o Governo tomar posição ao problema.----------

As observações de S. Exª o Ministro deram lugar a que a Comissão procedesse à remodelação dos estudos, antes de proceder à organização do ante-projecto dos edifícios.

E tendo anteriormente já sido obtido da Câmara Municipal de Lisboa o novo arranjo de urbanização localizando o talhão de terreno consignado aos edifícios, em 30/1/940, a Comissão apresentou os novos estudos acompanhados de uma indicação permitindo ajuizar dos encargos de urbanização e aquisição de terreno, a acrescer ao custo da construção dos edifícios.

Ponderada a circunstância de ainda não ter sido publicado o estatuto universitário, S. Exª o Ministro resolveu consultar o Ministério da Educação Nacional, o qual em 25/8/940, deu a informação seguinte:

> Em referência ao ante-projecto de edifícios universitários de Lisboa que S. Exª. o Ministro das Obras Públicas e Comunicações quiz confiar-me e submeter à minha apreciação, abrangendo as instalações para Reitoria e Faculdade de Letras e Direito, tenho a honra de informar que o ante-projecto satisfaz as necessidades dos serviços e as exigências da pedagogia.----------
> ----------
>
> Simplesmente, pelo que respeita à Faculdade de Letras, devo acrescentar que o projectado estatuto universitário, já concluído, prevê a sua substituição por outra Faculdade, resultante da coordenação de parte dos seus estudos com os de outros estabelecimentos de ensino.----------
>
> Devo, porém, esclarecer que, se o estatuto vier a merecer aprovação, a nova Faculdade ocuparia certamente edifício de volume correspondente ao atribuído ao da Faculdade de Letras, pelo que nenhum inconveniente vejo na aprovação, desde já, do ante-projecto e no prosseguimento dos trabalhos preparatórios do projecto definitivo para a reitoria e para a Faculdade de Direito.----------

E em 5/9/940 despachava sobre o edifício indicado:

> Promova-se a elaboração do projecto definitivo dos edifícios para a Reitoria e Faculdade de Direito com base nos estudos apresentados.---------

Como base para a organização do projecto definitivo e esclarecimento das plantas anteriormente apresentadas, foi pela Comissão mandado organizar um estudo de fachadas e cortes dos edifícios, estudo que com as plantas indicadas e com uma estimativa de custo organizada pela Comissão, constituía o ante-projecto dos edifícios.

Não obstante a área da construção se manter – dentro da cifra de 30.000 m2. -, o encargo da construção, mercê da subida de preços resultante da actual situação, elevar-se bastante acima da verba de 15.000 cotos fixada por S. Exª o Ministro. E assim a Comissão entente, depois de concluído o ante-projecto e organizada a estimativa, que devia ponderar essa circunstância, antes de entrar na elaboração do projecto definitivo, trabalho dispendioso que devia ser feito sobre uma base segura.

Sobre o seu ofício de 29/1/941, acompanhando o ante-projecto organizado, dignou-se S. Exª. o Ministro despachar, em 30/4/941:

> Pode prosseguir-se na elaboração dos projectos definitivos dos Edifícios da Reitoria e da Faculdade de Direito, na base dos custos máximos seguintes, já afectados do actual encarecimento dos materiais:
> Reitoria:----------6.000 contos
> Faculdade de Direito:----------5.500 contos
> Faculdade de Letras:----------5.500 contos
> 17.000 contos
> É possível talvez que os autores do projecto devam encarar fortes reduções e substituição do betão armado por outros materiais, com emprego mais modesto de grandes vãos e a eliminação das coberturas em terraço de betão armado, mas entende-se que essa orientação, já aconselhável em circunstâncias normais, mais e mais se impõe na presente conjuntura.----------

Implicavam estas determinações uma completa remodelação de todo o trabalho feito, por forma a não só conseguir uma importante redução de área, mas também adoptar a construção aos materiais e sistemas construtivos agora previstos. E tal remodelação foi iniciada logo após o despacho referido.

Empenhou-se a Comissão em dar cumprimento a este despacho e, sacrificando, aliás de acordo com a Comissão Técnica, algumas das exigências do programa (nomeadamente capacidade de aula magna, salas de licenciatura, etc.) encarou directamente o estudo das plantas, no sentido de conseguir a indispensável redução de área.

Após repetidas tentativas, conseguiu-se reduzir, de 30.000, para cerca de 26.500 m2, a área de construção.

Entendeu a Comissão que abaixo desta cifra se tornava impossível ir, sem evidente prejuízo para o regular funcionamento dos serviços a instalar. E assim, tomando por base as plantas estudadas correspondendo a esta área, deu instruções ao Arquitecto para a remodelação de outro ante-projecto, tendo em vista as disposições construtivas indicadas, as quais implicavam um novo partido arquitectónico.

O ante-projecto referido foi concluído e está-se actualmente procedendo ao desenvolvimento do projecto definitivo.

Dada a correlação existente entre os dois edifícios da Reitoria e da Faculdade de Direito, não é possível detalhar as plantas deste último edifício, sem que estejam definitivamente assentes as do primeiro.

É assim o desenvolvimento das plantas do Edifício da Reitoria que actualmente está sendo executado.

Simultaneamente com os trabalhos indicados, dentro do novo plano geral de urbanização, foi sendo feito o estudo das avenidas e arruamentos interessando, não só aos Edifícios universitários, como no Hospital Escolar e Instalações Culturais para Estudantes.

-:-:-:-:-:-:-:-:-:-:-:-

Assim, em resumo, o estado actual do problema é o seguinte:

-Tendo inicialmente sido considerados os Edifícios para a reitoria da Universidade, Faculdade de Letras e Faculdade de Direito, por motivo de não ter ainda sido publicado o Estatuto Universitário, depois de consultado o Ministério da Educação Nacional, foi superiormente determinado, que se concluísse desde já apenas os projectos dos Edifícios da Reitoria e Faculdade de Direito, deixando em ante-projecto o Edifício da Faculdade de Letras.

-O projecto daqueles dois edifícios está em execução devendo estar concluído, salvo motivo de força maior, dentro do prazo de 4 meses.

-Foi adquirido pela dotação dos Hospitais Escolares o terreno necessário à construção dos Edifícios, deixando-se para mais tarde, de acordo com o que foi superiormente determinado, a compensação dessa despeza aos Hospitais Escolares, por força das verbas que venham a ser consignadas aos Edifícios Universitários.

-Está feito o reconhecimento geológico do terreno e assim preparado o trabalho para, uma vez concluído o projecto definitivo dos dois edifícios referidos, poder ser levada a efeito a sua construção, se o Governo entendeu oportuno consignar dotação para tal fim.

-Deve-se ponderar que, em consequência da alteração do plano geral de urbanização, em estudo pela Câmara Municipal de Lisboa, será necessário proceder a trocas de terrenos, tanto para os Edifícios Universitários, como para o Hospital Escolar de Lisboa.

-:-:-:-:-:-:-:-:-:-:-:-

Importâncias dispendidas:

Por força das verbas directamente consignadas no Orçamento Geral do Estado à Comissão Administrativa dos Novos Edifícios Universitários, nenhumas importâncias foram dispendidas, pois todas as verbas inscritas para este fim tem sido sempre aplicadas em Estudos, Projectos e Construções, interessando exclusivamente aos Hospitais Escolares.

Foi no entanto dispendida, em aquisição de terrenos e prédios, especialmente destinados a Edifícios Universitários e a Outros e Edifícios Públicos a considerar de futuro. De harmonia com o plano de urbanização então estabelecido, a importância de Esc:-4.474.744$60, a que se referem os despachos atraz descritos.

Todos os estudos e trabalhos relativos a urbanização como levantamentos topográficos, estudos de arruamentos e sua piquetagem, bem assim como os estudos e projectos relativos propriamente aos Edifícios Universitários, incluindo a remuneração do Arquitecto. E ainda a gratificação paga a um dos vogais da Comissão Administrativa, especialmente dedicado a Edifícios Universitários (Engenheiro Administrador-delegado) têm sido custeados, tal como também o estudo geológico do terreno, pela verba de estudos atribuída no orçamento do Ministério das Obras Públicas e Comunicações à Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais.

Até 31 de Dezembro de 1941 as importâncias dispendidas são as seguintes:

1935.....36.768$10
1936.....40.000$00
1937.....60.000$00
1938.....58.640$00
1939.....70.000$00
1940.....92.272$20
1941.....50.000$00

Lisboa, 29 de Janeiro de 1942

Pela Comissão Administrativa dos Novos Edifícios Universitários.

O Vice-Presidente
Fernando Galvão Jácome de Castro
O Engenheiro Administrador-Delegado
Eduardo Evangelista do Carvalhal
O Vogal-Secretário
Domingos António Martins A

Documento nº 2

ME-NATCE. MOP/CANIU, CANEU, Processo nº 100 "Arquitecto Porfírio Pardal Monteiro", Pasta 1.
Ofício de Carneiro Pacheco para o Presidente da CANEU, 15 de Agosto de 1935.

Exº Senhor Presidente da comissão Administrativa dos Novos Edifícios Universitários

Em seguimento do despacho dado por Sua Exª o Ministro das Obras Públicas e Comunicações, em 7 de Janeiro de 1935, sobre a proposta desta Comissão de 18 de Dezembro de 1934, venho rogar a V. Exª para ser desde já contratado o Arquitecto Porfírio Pardal Monteiro para prestar os seus serviços profissionais no estudo do projecto e execução dos trabalhos relativos aos Edifícios a cargo desta Comissão.

Os elementos a fornecer pelo Arquitecto Pardal Monteiro serão:

Planta geral dos Edifícios.

Plantas dos andares relativas a cada Edifício; alçados de todos os corpos dos vários Edifícios; cortes diversos; detalhes dos elementos arquitectónicos previstos no projecto ou necessários para a execução e compreensão do conjunto arquitectónico projectado; desenhos de mobiliários; desenhos e instruções para a decoração dos diversos locais; notas descritivas sobre a iluminação, aquecimento, ventilação, distribuição de esgotos; tópicos para o caderno de encargos; indicação e escolha dos materiais, aparelhos, acessórios ou productos de cuja aplicação ou emprego possa resultar uma melhor solução arquitectónica.

Lisboa, 15 de Agosto de 1935.

A Bem da Nação
O Presidente da Comissão Técnica dos Edifícios para a Reitoria da Universidade e Faculdades de Letras e Direito

Carneiro Pacheco

Documento nº 3

ME-NATCE. MOP/CANIU, CANEU, Processo nº 100 "Arquitecto Porfírio Pardal Monteiro", Pasta 2.
Porfírio Pardal Monteiro, *Algumas notas acerca dos programas, estudos e projectos para os Edifícios Universitários de Lisboa*, Dezembro de 1952.

Pardal Monteiro
Arquitecto

Ministério das Obras Públicas

Algumas notas acerca dos programas, estudos e projectos para os
EDIFÍCIOS UNIVERSITÁRIOS DE LISBOA

1952

I – PROGRAMAS

1 – Em 1935 foram elaborados os primeiros programas para alguns dos edifícios universitários de Lisboa, a erguer nos terrenos situados entre o Campo Grande e Palma.

Estes programas diziam respeito à REITORIA DA UNIVERSIDADE; à FACULDADE DE LETRAS; à FACULDADE DE DIREITO e às INSTALAÇÕES CULTURAIS PARA ESTUDANTES.

2 – Antes de se proceder a quaisquer estudos de projecto foram aqueles programas, ainda em 1935, revistos sofrendo logo algumas reduções.

3 – Posteriormente, novas revisões e reduções se verificaram durante os estudos dos ante-projectos e do projecto.

4 – Já depois de elaborados os projectos para a REITORIA e para a FACULDADE DE DIREITO, nova revisão dos programas foi feita (1946) de que resulta sensível modificação da composição das Faculdades de DIREITO e de LETRAS.

II – ESTUDOS

1 – Quando fui incumbido de elaborar os projectos para os novos Edifícios Universitários de Lisboa não havia qualquer plano de urbanização definido para a zona entre a Palma e o Campo Grande. Apenas existiam uns vagos esboços de prolongamento da Avenida António Augusto de Aguiar, da Avenida dos Estados Unidos da América e um tímido de penetração do eventual prolongamento da então chamada Avenida Alferes Malheiro. A malha interior não estava estudada pelo que não era fácil definir o local e a configuração dos terrenos destinados aos edifícios pelo que, depois de ter percorrido a região na companhia do falecido Ministro Duarte Pacheco, este me incumbiu de fazer um estudo sumário da urbanização que permitisse situar, pouco mais ou menos, o conjunto da Reitoria e Faculdades.

2 – Só muito tempo depois de ter entregue o meu estudo à Comissão Técnica dos Novos Edifícios Universitários vim a ter conhecimento do plano da urbanização definido pelos serviços competentes e de qual o terreno destinado à implantação dos Edifícios Universitários.

3 – Com base nos programas respectivos (os 2os de 1935) fiz os primeiros estudos esquemáticos do conjunto para a Reitoria e Faculdades de Direito e de Letras.

4 – Tendo entretanto surgido dúvidas acerca do programa da Faculdade de Letras foi, a pedido da Comissão Técnica, elaborado o estudo para o edifício da Reitoria, cujo programa não oferecia dúvidas.

Verificado o volume de construção que este edifício exigia foi sugerida a redução das áreas previstas no programa e a alteração de algumas determinações no mesmo contidas.

5 – Tempos depois foi organizado o estudo do conjunto das plantas dos três edifícios, os quais provocaram das instâncias superiores a sugestão, por parte da Comissão Técnica, de novas reduções que implicaram novos estudos tanto para a Reitoria como para as duas Faculdades.
6 – Submetidos esses estudos à apreciação de S. Exª. o Ministro, este fixou então a verba de 15.000 contos para a construção, o que, por sua vez, obrigou a nova revisão dos programas e consequentemente, à elaboração de novos estudos.
7 – Em Março de 1939 apresentei esses estudos, os quais, com excepção de alguns pormenores, foram aprovados por S. Exª. o Ministro.
8 – Entretanto algum tempo depois, já em plena guerra, a Comissão Técnica sugerindo novas reduções de vária natureza pedia, com insistência, o novo ante-projecto para os edifícios da Reitoria e da Faculdade de Direito (Letras, continuava em suspenso).
9 – Em Maio de 1941 foi por S. Exª. o Ministro aprovado o novo ante-projecto e elevada a verba para 17.000 contos, mas determinava que se elaborasse o projecto definitivo com a condição de "se encararem fortes reduções e de se substituir o betão armado por outros materiais, embora recorrendo a uma utilização mais modesta de grandes vãos e à eliminação de coberturas em terraço..."

Estas determinações tinham como consequência o abandono puro e simples do partido adoptado e aprovado, cujas estruturas, proporções e volumes eram incompatíveis coma satisfação do que nelas se continha.

Mais uma vez o resultado de tantas canseiras, de tantos anos de trabalhos sucessivamente recomeçados e revistos exigia que se voltasse atrás e se organizasse novo estudo de ante-projecto até encontrar a nova possibilidade de conciliação com os programas e as novas condições impostas, sem o que era impossível preparar o projecto definitivo.
10 – Em Novembro de 1941 recebia a Comissão Técnica esse novo ante-projecto, mais concordante com as condições técnicas estabelecidas superiormente mas muito menos conciliável com o espírito dos programas e a expressividade dos próprios edifícios.
11 – Aprovado este ante-projecto foi, finalmente, elaborado o projecto definitivo dos dois edifícios (Reitoria e Direito) o qual não podia deixar de reflectir as consequências de tantas e tão variadas restrições, contra cujos efeitos lutei estudando afincadamente o problema, procurando bem servir, sem no entanto ter atingido resultado que me desse satisfação.

III - PROJECTOS

1 – Tanto o projecto da Reitoria como o da Faculdade de Direito foram elaborados em pleno período da guerra, quando era grande a carência de materiais, sobretudo o ferro, o que obrigou a sacrifícios importantes da composição para evitar o emprego de betão armado em todas as partes onde fosse possível. O simples exame das plantas faz ressaltar o exagero das espessuras das paredes, a forma inadequada de certas partes à sua função, a má distribuição de alguns elementos resultantes das sugestões superiores e pela necessidade imposta de reduzir a superfície de construção, enfim, defeitos que felizmente não se tornaram irremediáveis por não se terem construído os edifícios.

Além de algumas condições pouco satisfatórias no edifício da Reitoria, quanto à Aula Magna e seus anexos, à Sala dos Doutoramentos, à Biblioteca da Universidade, etc., outras, importantes, se não puderem evitar no projecto da Faculdade de Direito principalmente respeitantes à distribuição de aulas, dos mostruários, do arranjo da sala de Doutoramento, e principalmente aos acanhados locais de estacionamento dos alunos, iluminação e ventilação de circulações, etc.

IV – NOVOS PROGRAMAS

O estudo comparativo do novo programa elaborado em 1946 com aquele que, em teroria, serviu de base à elaboração do projecto definitivo da Reitoria e da Faculdade de Direito apenas apresenta muito sensíveis diferenças quanto a esta Faculdade.

Pelo que diz respeito à Faculdade de Letras a diferença é notável pelo facto de neste novo programa se incluir no conjunto das instalações daquela Faculdade as do Instituto de Orientação Profissional.

Do estudo comparativo resulta que nenhuma das Faculdades deve caber, sequer, no contorno da massa prevista para esses edifícios segundo estudos e projectos que se elaboraram.

Melhor juízo se forma se tomarmos como referência o quadro a seguir organizado.

QUADRO COMPARATIVO

A – para a FACULDADE DE LETRAS

Anterior programa	Novo programa
6 aulas para 30 alunos	6 aulas para 50 alunos
4 " " 50 "	4 " " 80 "
4 " " 100 "	4 " " 120 (sendo 2 anfiteatros)
4 salas de Mostruário	5 salas de Mostruário
1 sala do Conselho para 15 prof.	1 sala do Conselho pª 20 prof.
16 gabinetes, onde for mais cómoda a arrumação	16 gabinetes junto das aulas respectivas.
Vestiário para 75 alunas	Vestiário para 100 alunas
	1 sala para alunos (quantos?)
	1 " para a Associação Académica
	1 Gabinete
	Instalações para o Instituto de Orientação profissional para o qual serão precisos mais cerca de 1,500 m2.

B – para a FACULDADE DE DIREITO

Anterior programa	Novo programa
5 aulas para 50 alunos	2 aulas para 50 alunos
12 " " 100 "	8 " " 80 "
1 anfiteatro para 100 alunos	4 anfiteatros para 150 alunos
2 " " 150 "	2 " " 200 "
2 salas para Mostruário	4 salas para Mostruário
Vestiário para 50 alunas	Vestiário para 100 alunas
	1 sala para alunos (quantos?)
	1 " para a Associação Académica
	1 gabinete " "

RESUMO

REITORIA – Embora os programas não apresentem sensível diferença, ambos reincidem no excesso de preocupação da pretendida semelhança com o que se passa na Universidade de Coimbra onde as instalações foram sendo ordenadas e modificadas com o decorrer dos anos.

Há quanto a mim, espaços demasiado em certos casos e escassez noutros. Haveria que rever completamente o partido deste edifício cuja reabilitação reputo cara, dadas as circunstâncias que condicionaram a elaboração do projecto.

FACULDADE DE DIREITO – O novo programa obriga a grande aumento da superfície de construção.

Valeria a pena rever o partido de que resultaram, em consequência das compressões, zonas mal distribuídas, circulações deficientemente iluminadas e serviços muito dispersos.

FACULDADE DE LETRAS – Não há termo de comparação em face do projecto porquanto não chegou a ser elaborado.

Pelo que respeita aos programas é grande o aumento da superfície de construção.

Lisboa, Dezembro de 1952
O Arquitecto.
Pardal Monteiro

Documento nº 4

ME-NATCE. MOP/CANIU, CANEU, Processo nº 100 "Arquitecto Porfírio Pardal Monteiro", Pasta 3.
Cópia do despacho de Oliveira Salazar, 9 de Janeiro de 1947.

CÓPIA

Conheço muito pouco do que se tem feito a este propósito para poder aprovar seja o que for ou dar mesmo uma simples opinião. Partiu-se de um facto indiscutível – a péssima, insuficiente instalação dos serviços da reitoria da Universidade de Lisboa e das Faculdades de Direito e de Letras. Mas o primeiro ponto que deveria ser discutido era o relativo à existência da segunda daquelas Faculdades. O Pais não oferece segundo creio, ao momento actual base suficiente para duas Faculdades de Letras. A crise de professores em ambas é disso prova.

Deveria portanto começar-se por definir a politica governamental relativamente a esta questão. E se duas Faculdades de Letras são demais para o nosso País, não podemos avançar na aprovação de um plano que inclui uma Faculdade dessas em Lisboa.

Aparte este problema parece-me que se deveria chamar-se a atenção para os exageros do programa sobretudo no respeitante às Faculdades.

O programa parece ter sido moldado n tipo da Cidade Universitária de Madrid. Tudo o que nele se inclui tem justificação teórica mas está longe de ser exigido pela prática actual e futura do ensino e da investigação científica.

A multiplicidade de aulas, por exemplo, não está em harmonia com as necessidades que excede em muito e filia-se ou parece filiar-se numa preocupação de comodidade professoral, sem íntima relação com as necessidades do ensino. Sem dúvida se deve ter presente, ao projectar instalações destas que elas se constroem por dezenas de anos e hão-de prever o desenvolvimento da frequência. Mas no plano há muito mais do que isto.

Nestas circunstâncias não sei o que oficialmente e em nome do Governo deva dizer, e limito-me a chamar a atenção do Ministério para os aspectos acima focados.
9/1/947
a) Salazar.

Documento nº 5

ME-NATCE. MOP/CANIU, CANEU, Processo nº 100 "Arquitecto Porfírio Pardal Monteiro", Pasta 2.
Porfírio Pardal Monteiro, *Memória Descritiva do Anteprojecto para o Edifício da Reitoria da Universidade de Lisboa*, [1954].

Pardal Monteiro
Arquitecto

MEMÓRIA DESCRITIVA DO ANTEPROJECTO PARA O
EDIFÍCIO DA REITORIA DA UNIVERSIDADE DE LISBOA

Até à sua redacção definitiva, o programa da REITORIA DA UNIVERSIDADE CLÁSSICA de LISBOA sofreu diversas alterações. No entanto, manteve-se a intenção definida no primeiro programa nos seguintes termos:

> "Este edifício destina-se aos Serviços Gerais de Administração e Direcção da Universidade de Lisboa e, simultaneamente, às instalações de representação universitária na sua expressão mais elevada, tendo-se em conta a circunstância da localização desta Universidade na Capital do Império, que lhe impõe a função especial de representar com a possível unidade a cultura nacional".

CAPÍTULO I – DOS ANTECEDENTES

Nem sempre os diversos programas para o edifício da Reitoria consideraram os mesmos dados, nem para as diversas partes se mantiveram, rigorosamente, as mesmas premissas.

Inicialmente, previa-se que a Reitoria deveria comportar, para a sua função representativa, uma Aula Magna servindo de Salão de Festas e Recepções Universitárias e um amplo anfiteatro para as grandes conferências. Comportaria ainda a Reitoria uma vasta Livraria Geral ou Biblioteca Central Universitária de grande desenvolvimento. Em sucessivas revisões deste programa, a Aula Magna e o Anfiteatro passaram a constituir uma única peça, e a Livraria ou Biblioteca Universitária acabou por ser pura e simplesmente eliminada, dada a proximidade das novas instalações da Biblioteca Nacional, cujo projecto está a ser elaborado simultaneamente com o dos edifícios universitários.

Elaborado um primeiro esquema gráfico da arrumação dos serviços da Reitoria, o exame que sobre ele incidiu levou à redacção de um novo programa, no qual se considerou de novo a necessidade da existência de uma Sala de Recepções e Festas Universitárias independente da Aula Magna, bem como a concentração, no edifício da Reitoria, de determinados serviços e órgãos comuns às diversas Faculdades com o objectivo de evitar a sua repetição em cada um dos respectivos edifícios.

Os esboços de plantas para a Reitoria, oportunamente preparados em conformidade com esse programa, levaram também ao reconhecimento da conveniência de condensar determinadas partes partes do mesmo, de modo a tornar mais simples, mais económica e mais susceptível de ser tratada como necessária grandeza toda a composição do edifício principal do novo conjunto universitário. Esses esboços, apresentados em 11 de Maio de 1953 a Sua Excelência o Ministro das Obras Públicas, foram acompanhados de uma nota descritiva que mereceu a aprovação de Sua Excelência, na qual se destacavam as razões do partido conveniente para o edifício da Reitoria, do que veio a resultar o programa definitivo. Deste modo, o programa da Reitoria passou a abranger, em síntese, as instalações do Reitorado, os Serviços Administrativos de Secretaria e contabilidade, a Aula Magna disposta em anfiteatro e destinada aos Actos Solenes, a Sala de Recepções e Festas, e ao mesmo tempo todas as instalações de refeitórios e cantinas destinados aos alunos das diversas Faculdades.

Na redacção deste programa definitivo intervieram, além do reitor da Universidade de Lisboa, os Senhores Ministros das Obras Públicas, da Educação Nacional e dos Negócios Estrangeiros.

O ante-projecto que agora se apresenta corresponde, portanto, ao programa oficialmente adoptado.

CAPÍTULO II – DO PROGRAMA

1 – "Aula Magna": Grande anfiteatro para cerca de 800 lugares, destinado aos actos grandes e doutoramentos. Doutorais para os professores, tribunas para convidados, lugares para o público. (Acessos do interior para o Cortejo Académico e alguns convidados e do exterior para o público).

2 – Amplo Átrio de entrada principal, servindo, simultaneamente, de Hall das inscrições. 300 a 350

3 – Grande Salão de Festas e Recepções Universitárias 400 a 500

4 – Vestiários e Lavabos para o Público

5 – Sala do Senado Universitário 100

6 – Sala de Estar dos Professores 60

7 – Vestiário dos Professores

8 – Lavabos de Professores

9 – Gabinete do Reitor

10 – Sala de Espera do Reitor

11 – Vestiário e Lavabos do Reitor

12 – Gabinete do Secretário

13 – Vestiário e Lavabos do Secretário

14 – Secretaria ou Expediente Geral, compreendendo:

a) – Sala de Registo de Correspondência 40

b) – Sala de Matrículas e inscrições 200

(15 a 20 funcionários e numeroso e variado mobiliário: ficheiros, armários para 600 livros exames, mesas grandes, etc.;

Balcão para atender os alunos, com guichés para 5 funcionários em contacto com o Átrio para serviço das inscrições).

c) – Sala de Espera podendo ser em local aberto 20

d) – Arquivo para documentação em uso (60.000 documentos) 100

15 – Contabilidade, compreendendo:

a) – Sala para 15 a 20 funcionários 100 a 120

b) – Pequena sala para trabalhos isolados 30

c) – Gabinete para atender fornecedores 8

16 – Tesouraria (local c.2 guichés para o serviço de Matrículas) 10

17 – Arquivo Geral, compreendendo:

a) – Sala para arrumação de 15 a 20 mil caixas com 0,40x0,30x0,15 (3.000 metros de prateleiras) Possibilidade de expansão. Superfície mínima. 500

b) – Gabinete do Arquivista 25

c) – Depósito das Publicações Universitárias 70

18 – Vestiários e Lavabos para o pessoal administrativo (30 homens e 15 senhoras)

19 – Vestiário e Lavabos para o pessoal menor (6 homens)

20 – Refeitórios Gerais, compreendendo:

a) – Refeitório dos alunos 200

b) – Refeitório dos Professores 70

c) – Refeitório do Pessoal administrativo 40

d) – Refeitório do Pessoal menor 30

e) – Instalações sanitárias independentes para alunos e alunas e para os professores de ambos os sexos

f) – Sala de Estar dos Professores 70

g) – Cozinha geral 150

h) – Reservas e depósitos 100

i) – Instalações sanitárias e vestiário do pessoal de Cozinhas
21 – Habitação de um guarda 150
22 – Central de aquecimento
23 – Quadro geral
24 - Telefones

CAPÍTULO III – DO PARTIDO GERAL

Conforme já foi dito nas memorias que antecederam este ante-projecto e nas que correspondem aos dos edifícios das Faculdade de Direito e de Letras, o Palácio da Reitoria constitui o fulcro de toda a composição do grandioso conjunto dos novos edifícios universitários de Lisboa.

Situado no eixo longitudinal da grande composição, ao topo da Praça da Universidade, tendo a Norte a Faculdade de Letras e a Sul a Faculdade de Direito, o edifício da reitoria estabelece o padrão e a escala para a composição de todo o conjunto. Certas subordinações que os edifícios das Faculdades de Direito e de Letras acusam no arranjo da sua composição e a que se faz referência nas respectivas Memórias Descritivas, precisamente, resultam da necessidade de unir, pela correspondência de elementos de ordem plástica, todo o conjunto, de modo a assegurar a sua completa unidade. Nenhum dos edifícios poderia viver isolado, porquanto cada um deles apenas constitue uma parte de um todo.

Embora ocupando uma área muito menor do que qualquer das Faculdades, o edifício da Reitoria pelo seu contorno e natureza não pode deixar de acusar maior importância arquitectónica e maior tendência de monumentalidade que qualquer dos outros.

Foi principalmente esta preocupação de conseguir caracterizar cada uma das partes com a expressão e a escala que lhes devem corresponder num conjunto de tal responsabilidade que levou ao partido que o edifício acusa e que é, no fundo, da maior simplicidade.

No eixo da composição desenvolve-se o Grande Átrio, precedido de um pórtico monumental. Seguindo o mesmo eixo, dispuzeram-se os acessos à Sala dos Passos Perdidos e, desta, à Aula Magna. O corpo situado à esquerda quando se olha para o edifício comporta todos os serviços administrativa da Reitoria, ao passo que no corpo da direita se desenvolvem as instalações dos refeitórios para professores e estudantes, constituindo cada um dos grupos uma massa de composição independente e com possibilidades de vida própria, dado o modo como foi encarada a solução dos respectivos acessos.

Num andar superior se situaram: o Salão de Recepções e Festas, no corpo central; as instalações do Reitor à esquerda, sobre os Serviços Administrativos, e, à direita, as instalações para o Senado Universitário.

Num andar inferior aproveitam-se os espaços para as instalações dos arquivos universitários, das cozinhas, da residência do guarda, as centrais de aquecimento, etc.

A posição relativa de algumas das peças principais, como o Átrio, a Sala de Recepções e Festas, a Aula Magna, resulta da preocupação de dar inteira satisfação a um desejo desde sempre manifestado pelas entidades que até hoje têm intervindo na organização dos programas da Reitoria: o de, dentro das possibilidades e das conveniências actuais, tornar possível a prática de uma velha tradição universitária que tem a sua origem em Coimbra, a qual consiste em proporcionar ocasião, com a devida solenidade, do desfile do cortejo universitário e o seu acesso directo à Aula Magna, ou seja à Sala dos Actos Grande da Universidade. Já no esquema anteriormente apresentado a Sua Excelência o Ministro das Obras Públicas, se tinha definido o modo de conseguir a satisfação deste dado o programa solução que mereceu a aprovação de Sua Excelência. Assim, o cortejo universitário organiza-se no andar nobre, no Salão de Festas e nas dependências anexas, como sejam as Salas dos Professores e do Senado Universitário e o gabinete do Reitor; desfila pela parte central da Sala de festas, descendo o grande lance da escadaria nobre, atravessa a Sala dos Passos Perdidos e entra na Aula Magna, distribuindo-se os doutorais pelas bancadas situadas à direita e à esquerda, e os convidados de honra pelos lugares que na planta se assinalam para este efeito, no primeiro grupo de bancadas, ficando apenas no Grande Cátedra ou "Tribunal", as personalidades que devem ocupar a mesa de honra. O público entra na Aula Magna pela parte posterior, podendo as entradas no edifício ser feitas, neste caso, pelo Vestíbulo e

escadarias próprias, completamente independentes das que se desenvolvem a partir da entrada principal. Deste modo, as pessoas que assistam às grandes cerimónias universitárias, podem observar, nas melhores condições de visibilidade, a entrada do cortejo académico na Aula Magna.

A distribuição destes elementos importantes do conjunto esta feita de modo que, quer os estudantes, quer os convidados, possam ter acesso tanto pela entrada principal, como pela entrada posterior. No primeiro caso, os que assistam à passagem do cortejo nos Passos Perdidos circulam pelas grandes galerias que contornam a Aula Magna, e entram nesta pela parte posterior. Quando haja conveniência em que o público que assista às cerimónias não ocupe nem o Átrio nem a Sala dos Passos Perdidos, estão previstas as condições de acesso favoráveis a essa intenção como anteriormente se descrevem. Deste modo, com grande vantagem para a valorização estética do edifício, a parte posterior comporta um amplo Átrio, de menores dimensões, no entanto, que o principal, e um desenvolvido pórtico que contribui para a monumentalidade do conjunto. De resto, a circunstância de a parte posterior do edifício dar para uma rua importante justifica a necessidade de valorizar a respectiva fachada.

Nos programas iniciais pedia-se uma grande sala destinada às inscrições dos estudantes. Esta sala, dada a enorme afluência dos alunos das diversas Faculdades que apenas por intermédio da Reitoria podem requerer as suas matrículas, teria de ser forçosamente uma sala de grandes dimensões que apenas seria utilizada nos períodos da inscrição universitária. Durante quase todo o ano, constituiria um peso morto, praticamente sem destino útil. Por se ter verificado esta realidade, foi aceite a sugestão de que o próprio Átrio Principal da Reitoria deveria, nos dias de grande afluência, servir como Hall das Matrículas e Inscrições.

Em vista desta orientação, os serviços de secretaria foram dispostos de modo a ter contacto directo com o Átrio, o que permitirá não só caracterizar como organismo vivo esta dependência, como, ainda, encarar a sua composição de modo a torná-la adequada à sua dupla finalidade.

A inclusão no edifício da Reitoria das instalações destinadas a refeitórios, evitando a dispersão destes pelas diversas Faculdades, constitui, sem dúvida, uma dificuldade séria para o problema. Contudo, as dependências que agora foram previstas para este fim em virtude de sugestões superiores, poderão vir a ser mais tarde ocupadas por serviços de carácter cultural, quando forem construídas as edificações destinadas exclusivamente às instalações privativas dos estudantes, para as quais os Refeitórios devem passar. A conservação das Cozinhas é de aconselhar para servirem por ocasião dos banquetes e Festas universitárias que se dêm na Reitoria.

Ainda com o objectivo de simplificar e de evitar duplicação de instalações e das consequentes despesas, distribuíram-se certos serviços de modo a servirem simultaneamente para uso permanente e para uso eventual, como, por exemplo, os vestiários e as instalações sanitárias gerais que, durante o ano lectivo, servem para uso do pessoal administrativo permanente e dos estudantes que frequentem os refeitórios, e nos dias das grandes cerimónias servem para ser utilizados pelo público que a elas assistirem.

Mais uma vez procurei libertar-me de fórmulas e de ideias preconcebidas, tentando criar um organismo tão rigorosamente quanto possível adequado à sua finalidade, criando a composição de dentro para fora com a preocupação dominante de encontrar solução razoável conveniente para cada uma das partes e constituir com elas um todo harmonioso, simples, claro, de fácil leitura e compreensão. O volume e a expressão plástica do edifício nos seus pormenores não seriam mais que a consequência natural desta preocupação de dispor convenientemente aquilo que é fundamental, procurando dar ao conjunto a dignidade e o carácter adequados à sua finalidade e ao seu valor representativo no conjunto do Património Nacional.

CAPÍTULO IV – DA DISTRIBUIÇÃO

Definido o programa e tentada a sua interpretação por meio dos esquemas correspondentes, criou-se, por assim dizer, a disciplina que havia de permitir uma arrumação susceptível de responder a todas as premissas do programa dentro das possibilidades próprias da composição arquitectónica. Esta distribuição fez-se por três pavimentos de importância variável, conforme se acusa nas respectivas plantas: um andar térreo, que abrange o maior número de dependências; um andar superior, de menor superfície, mas comportando a parte mais nobre do conjunto e um andar

inferior para os serviços acessórios, também de superfície reduzida. Cada um destes andares comporta as dependências que a seguir se indicam:

1 – Andar térreo:

Um Grande Átrio que serve, simultaneamente, de Hall das inscrições. À esquerda deste átrio, a Tesouraria e os Serviços de Secretaria em contacto com o público. O corpo da esquerda da fachada principal é ocupado pela Secretaria e Sala de Registo de Correspondência. No corpo lateral sul estão dispostas a Contabilidade e Sala Reservada deste mesmo serviço, bem como uma pequena sala para receber os fornecedores. Duas entradas secundárias servem esta zona administrativa, uma junto da Secretaria para o Reitor e funcionários da Reitoria, e outra, na parte posterior, para o público que normalmente deva ter acesso a estes serviços sem ser necessário servir-se do átrio principal.

Um vestiário e dois grupos de instalações sanitárias (para homens e senhoras) completam esta ala sul do edifício.

À direita do Átrio e precedida de uma ampla antecâmara, fica situada a Sala de Estar dos Professores que, por sua vez, precede o respectivo Refeitório privativo. Dois grupos de instalações sanitárias e vestiário acompanham este conjunto. Um elevador conduz ao andar superior, ligando directamente à Sala dos Professores, ao Senado Universitário e à Sala de Recepções e Festas.

No corpo lateral norte está situado o Grande Refeitório dos Alunos, os quais dispõem de um vestiário no geral e instalações sanitárias independentes para os dois sexos. Entre o Refeitório dos Alunos e o dos Professores uma sala para servilo de Copa, liga por escadaria e monta-pratos ao andar inferior, onde estão instaladas as Cozinhas. Duas entradas servem também a ala norte, uma para o serviço do pessoal dos Refeitórios e acesso à Habitação do Guarda e outra para o acesso dos alunos aos refeitórios.

No centro do edifício, duas amplas passagens ligam o Átrio à Sala dos Passos Perdidos, e uma escadaria, que será tratada com a grandiosidade adequada ao seu destino, conduz ao Salão de Festas no andar superior.

Dois pequenos Claustros contribuem para a distribuição da luz ao Átrio, às galerias de circulação, à Sala dos Passos Perdidos e ao Refeitório dos Alunos.

A Sala dos Passos Perdidos é por assim dizer, o local de distribuição das circulações para a Aula Magna e as outras partes principais do edifício. Nos topos Norte e Sul desta sala estão situados os Vestiários a que já se fez referência e cuja localização permite que sirvam, como já foi indicado, por assim dizer permanentemente, evitando-se a duplicação.

A Aula Magna comporta três zonas distintas no que respeita à distribuição dos lugares. No topo, a grande "Cátedra" cujo fundo fecha por meio de portas de correr de expressão monumental e cortinados de tapeçaria que constituem o fundo do próprio local; imediatamente a seguir à cátedra estão distribuídos, lateralmente, os lugares para os Doutorais e as primeiras bancadas para os convidados de honra; finalmente, em dois grupos de bancadas se distribuem os lugares para o público. Algumas boas tribunas ocupam o fundo da Sala.

Dado o perfil longitudinal da Aula Magna previu-se, em boas condições de localização, a distribuição de grupos de instalações sanitárias, um amplo vestiário e de elevadores e escadas que servem o público e os convidados que tenham acesso ao edifício pela parte posterior desta sala.

2 – Andar Superior:

No corpo correspondente a Átrio situou-se o Grande Salão de Recepções e Festas, susceptível de compartimentação por meio de cortinados ou portas "harmónica".

À esquerda, ou seja a Sul, situou-se o gabinete do Reitor e o do Secretário, com as respectivas instalações anexas, apropriadas e em fácil ligação com os serviços Administrativos.

A Norte, fica situada a Sala dos Professores, em ligação directa com a Sala de Festas, e o Senado Universitário. Pequenos vestiários e grupos de instalações sanitárias acompanham este conjunto.

O conjunto formado pelo Gabinete do Reitor, Sala de Recepção e Festas e sala dos Professores foi distribuído de modo a permitir a preparação do Cortejo Universitário com a dignidade de tal manifestação.

Posteriormente à Aula Magna, um amplo "foyer" serve de desafogo e de local de distribuição e de acesso às galerias de circulação, às tribunas e aos dois grandes grupos de lugares do anfiteatro.

3 – Andar inferior:

É destinado principalmente às diversas instalações de serviços e armazenamento. Assim, no corpo Norte ficam instaladas as Cozinhas dos refeitórios e o respectivo Economato e Depósitos diversos, Refeitório de pessoal administrativo e do pessoal menor, instalações sanitárias deste pessoal, e a Habitação de um guarda.

Nas restantes zonas ocupadas ficam instalados o Arquivo Geral da Universidade, o Arquivo dos Documentos em Uso, o Depósito das publicações Universitárias, o Gabinete do Arquivista, Arrecadação, Central de Aquecimento, e as instalações sanitárias para o pessoal.

CAPÍTULO V – ESCLARECIMENTOS COMPLEMENTARES

O anteprojecto que tenho a honra de submeter à apreciação superior, foi elaborado com base nos elementos de crítica formulados por quem de direito sobre os esquemas e estudos prévios submetidos a apreciação de Sua Excelência o Ministro das Obras Públicas.

O estudo que precedeu este anteprojecto, estudo feito depôs de apreciado o esquema gráfico inicial, foi acompanhado de algumas notas e considerações acerca da organização do programa, notas que a seguir se transcrevem, como esclarecimento:

1 – Os comentários feitos por Suas Excelências os Senhores Ministros da Educação Nacional e dos Negócios Estrangeiros ao programa anteriormente elaborado para os edifícios da REITORIA e das Faculdades de LETRAS e de DIREITO alteraram, muito especialmente, o programa do primeiro destes edifícios.

Por indicação de suas Excelências devem ser suprimidos os grandes anfiteatros anteriormente pedidos para aquelas faculdades, os quais podem ser substituídos por um único que deverá ficar instalado no edifício da REITORIA.

Assim, este grande anfiteatro, uma vez tratado com a necessária grandeza e monumentalidade, serviria simultaneamente não só para algumas das grandes cerimónias universitárias que, pelo seu significado, devam ter lugar na Reitoria, como para aquelas que, embora particularmente respeitantes a qualquer das faculdades, se devem efectuar em sala de grande lotação.

Desta medida, resulta acentuada redução das áreas de construção e, consequentemente, do custo das obras.

2 – Também suas Excelências sugeriram que em vez de se instalarem restaurantes, "bars", cantinas, etc. em cada uma das faculdades se deveriam concentrar estas instalações numa única, situada no edifício da Reitoria, para serviço de todas as faculdades.

Tal como no caso anterior, também desta determinação resulta, além de sensível diminuição das áreas e do custo das obras, a vantagem de nas recepções e banquetes universitários se poderem utilizar as mesmas cozinhas e respectivas instalações acessórias.

3 – Da conveniente conjugação das dependências fundamentais também se poderão conseguir algumas apreciáveis reduções do custo da construção, o que neste caso especial é de excepcional interesse, dado que o carácter arquitectónico do edifício não poderá deixar de corresponder à importância da instituição.

Uma das soluções que podem contribuir para facilitar a satisfação daquele objectivo consiste em compor o grande anfiteatro com a necessária expressão de monumentalidade, constituindo com ele a "Aula Magna", evitando-se a construção de duas grandes dependências caras.

Nestas condições a Aula Magna pode ter as condições de visibilidade e de audição adequadas à sua função e à dignidade dos Actos Grandes e outras cerimónias universitárias, valorizando certas praxes e tradições universitárias nacionais em virtude daquelas condições, pois afigura-se possível dar ao local o arranjo que permita tornar ainda mais grandiosas e solenes aquelas cerimónias.

4 – A necessidade de se dispor de um grande Átrio, aliás pedido em todos os programas, parece não sofrer qualquer discussão. Ao mesmo tempo a circunstância de se concentrarem na Reitoria todos os serviços referentes às inscrições e matrículas dos alunos das diversas faculdades leva a considerar a necessidade de se prever local espaçoso para a concentração dos estudantes nos dias de grande afluência.

A existência simultânea destes dois vastos locais implica necessariamente, o agravamento da área de construção, pelo que a fusão das duas funções, perfeitamente compatível (Átrio e Hall das inscrições), numa única peça não deixaria de representar apreciável redução do custo do edifício.

O Átrio, sem outra finalidade seria uma peça morta durante a maior parte do ano lectivo.

Tanto o esquema como as sugestões e dados referidos na transcrição anterior mereceram a aprovação de Sua Excelência o Ministro das Obras Públicas, passando por esse facto a constituir elemento do Programa.

Quando da apresentação do Anteprojecto para a Faculdade de Direito juntei além dos planos gerais do conjunto dos três edifícios um estudo da expressão geral das fachadas, como esclarecimento da forma e da expressão ao carácter subjectivo dado ao edifício daquela faculdade.

Agora que, em obediência não só aos respectivos programas mas aos esquemas que definiram a disciplina geral da composição, se encontram elaborados os anteprojectos das duas Faculdades e Reitoria, melhor se pode avaliar da unidade que se procurou definir para todo o conjunto e do cuidado em assegurá-la, sem prejuízo da satisfação das particularidades de cada um dos programas.

O Arquitecto
Pardal Monteiro

Documento nº 6

ME-NATCE. MOP/CANIU, CANEU, Processo nº 100 "Arquitecto Porfírio Pardal Monteiro", Pasta 4.
Porfírio Pardal Monteiro, *Memória Descritiva: Projecto para o edifício da Reitoria da Universidade Clássica*, Junho de 1956.

Ministério das Obras Públicas
Comissão Administrativa dos Novos Edifícios Universitários

MEMÓRIA DESCRITIVA
Projecto para o edifício da
REITORIA DA UNIVERSIDADE CLÁSSICA

Arq. Porfírio Pardal Monteiro
1956

Ao apresentar os estudos prévios para o conjunto dos novos edifícios universitários de Lisboa, constituído pela Reitoria, Faculdade de Direito e Faculdade de Letras, focámos as razões que nos levaram a adoptar o seu partido geral.

Na memória do anteprojecto de cada um dos referidos edifícios, procedemos de igual modo, expondo as justificações de tal partido.

Importuna se nos afigura voltar a insistir no mesmo assunto, tomando como pretexto a entrega do projecto para a Reitoria.

Recordamos apenas que, no que respeita ao geral, este edifício constitui a peça central da composição, ou seja a parte principal de um todo que exige atento cuidado na definição da escala dos variados elementos e subordinações que atestem a disciplina e assegurem, nas devidas proporções, a unidade do conjunto.

Pelo que respeita ao particular, confirmamos a preocupação de atingir o nível estético adequado ao destino e à importância deste edifício, no qual se situa a sede da Reitoria da Universidade, preocupação que nos dominou tanto no estudo mais profundo do arranjo e da distribuição, como no da tradução das massas arquitectónicas que, com a possível simplicidade, clareza e dignidade, traduzam o conteúdo do imóvel, segundo as boas regras da composição arquitectural.

DO PROGRAMA

Do conjunto destes três edifícios universitários foi, sem dúvida, o programa da Reitoria o que mais alterações sofreu durante o estudo da sua composição.

Assim, o Anteprojecto, organizado em devido tempo em obediência ao programa então estabelecido, considerava, alem das instalações propriamente destinadas às funções normais da Reitoria, um conjunto de dependências destinadas ao funcionamento dos refeitórios dos professores e dos alunos das diversas Faculdades.

Tal determinação inicial foi, em boa hora, posteriormente corrigida em obediência ao parecer do douto Conselho Superior de Obras Públicas e ao despacho de Sua Excelência o Ministro das Obras Públicas de 27 de Dezembro de 1954.

O estudo de remodelação do Anteprojecto, feito sob as indicações do Exmº. Senhor Reitor da Universidade quanto ao destino a dar à zona que anteriormente abrangia as dependências destinadas aos citados refeitórios, estudos que, conforme resolução superior, foram apreciados e acompanhados pelo digno vogal do Conselho Superior de Obras Públicas, o Exmº. Senhor Professor Engenheiro Antão de Almeida Garrett, foram apresentados, em 23 de Fevereiro de 1955, à Exmª. Comissão Administrativa dos Novos Edifícios Universitários,

Após a correspondente aprovação por Sua Excelência o Ministro das Obras Públicas, foi, então, iniciado o estudo do projecto definitivo, no qual se teve na devida consideração não apenas

o que resultava das citadas alterações, como quanto fora sugerido no douto parecer do Conselho Superior de Obras Públicas.

DO ESTUDO DO PROJECTO

Já o espírito da composição definida no Anteprojecto acusava de modo bem saliente a dificuldade do problema quanto à lógica arrumação dos seus elementos fundamentais, dado o seu destino e as consequentes necessidades intrínsecas de cada um. A coordenação num conjunto que, por todos os motivos, se pretende que resulte grandioso, harmónico e digno, de dependências de grande volume com outras cujas dimensões resultam necessariamente insignificantes em relação àquelas, mereceu maior cuidado para que, sem prejuízo duma distribuição concordante com as necessidades, a composição pudesse resultar valorizada em virtude do partido que as tirasse de tais contrastes.

Julgamos ter conseguido criar, na concepção das nossas plantas e na tradução dos volumes correspondentes, um todo que em nada se sacrifica a meros efeitos decorativos, tendo-se, à custa de tormentoso e persistente estudo, procurando construir o edifício de dentro para fora, dando a cada uma das suas partes as proporções e a expressão adequadas à sua função e à sua importância.

Se o conjunto dos três edifícios universitários já tinha sido concebido no sentido de criar uma obra subordinada à intenção de exprimir, talvez com certo formalismo, uma ideia de espírito clássico, pelo seu equilíbrio e simetria, quisemos, no caso particular da reitoria, acentuar ainda mais essa intenção, dada a especial natureza da instituição.

A posição que conscientemente tomámos desde há muitos anos, na defesa de uma nova expressão plástica da Arquitectura, procurando criar novas formas que se ajustem aos novos processos de construção e a tantas outras circunstâncias que constituem inevitáveis condicionantes de que o Arquitecto de hoje não pode alhear-se, nunca teve outro objectivo que não fosse o de tentar reconduzir a Arquitectura para o verdadeiro espírito clássico que se fora perdendo, em virtude da aplicação sistemática de elementos imitados dos estilos clássicos, paradoxalmente utilizados como simples motivos acessórios e postiços.

O culto de uma ideia que só podia parecer nova aos olhos dos ignorantes, porquanto era velha como a nossa civilização, nasceu precisamente da necessidade de fazer regressar a Arquitectura à sua feição clássica, isto é, à pureza das concepções pela concordância de todos os elementos da composição com a ideia geral e com os meios de realização.

Não fomos nunca um revolucionário que ignorasse ou pretendesse esquecer a obra do passado dominado pela ambição fútil e ridícula de fazer diferente. Pelo contrário. Reconhecíamos que o verdadeiro espírito clássico que ressalta dos grandes estilos históricos fora sistematicamente destruído sobretudo desde o Barroco e conquistara, pela exuberância das formas ornamentais, divorciadas da Arquitectura, o favor de tantos que se deixavam tentar pelo deslumbramento do espectáculo sem indagar da verdade em que se baseasse.

O erro de muitos consiste em ter como clássico não o que é puro e verdadeiro, mas o que imita certas formas próprias dos estilos chamados clássicos adaptadas como mera indumentária de empréstimo para cobrir uma estrutura que a não justifica. Toda a chamada decadência da Arquitectura vem precisamente deste erro em que insistiram, por comodidade ou inconsciência, umas quantas gerações, e que ainda encontra, nos nossos dias, não só apreciadores, como, o que é mais grave, cultivadores responsáveis, que nele buscam um modo fácil já não apenas de ganhar a vida, mas de dar conta dos problemas que não sabem o que não têm ânimo para resolver com o espírito de sacrifício que o sério exercício da profissão exige.

Embora muitas vezes incompreendidos e até injustamente julgados, mas conscientes da distância que separa a nossa capacidade das nossas aspirações de bem cumprir uma missão que temos como sagrada, nunca desanimámos na luta pela dignificação da Arquitectura à custa de trabalho e estudo constantes procurando contribuir para fazê-la regressar à pureza clássica.

No estudo do projecto do edifício da Reitoria, procurámos sintetizar o nosso modo de compreender a finalidade e a essência da Arquitectura.

Sem falsa modéstia confessamos que as deficiências da posição apenas resultam da nossa insuficiências para realizar melhor.

DO PROJECTO

Compreende o projecto da Reitoria da Universidade Clássica os seguintes elementos:

Nº 1 – Planta esquemática da implantação
2 – " do andar Principal (R/C)
3 – " " " Superior (1º Andar)
4 – " " " Inferior (Cave)
5 – " dos sótãos
6 – " das coberturas
7 – Fachada sobre a Praça da Universidade
8 – Fachada sobre a Avenida F. (entrada da Aula Magna)
9 – " lateral Norte (a Sul é igual e inversa)
10 – Corte longitudinal 1 – 2
11 – " " 3 – 4
12 – " " 5 – 6
13 – " Transversal A – B
14 – " " C – D
15 – " " E – F
16 – " " G – H
17 – " " I – J
18 – " " L – M
19 – " Parcial 7 – 8
20 – " " 9 – 10
21 – " Longitud. 11 – 12
22 – " Transvers. N – O
23 – " " P – Q

DA SOLUÇÃO ADOPTADA

Tal como se indicara já nos estudos anteriores, compreende o partido de composição dois andares principais e dois acessórios.

Nos dois andares principais se concentram as dependências mais importantes exigidas no Programa.

Assim, no Andar Principal (andar térreo) estão situados os grandes acessos às partes de maior vulto do edifício, os serviços administrativos e as dependências comuns destinadas a diversos fins.

No Andar Superior (1º. Andar) estão dispostas as instalações do Reitor, as Salas de recepção, o Senado Universitário e a ligação à Aula Magna, a qual, praticamente pelo seu volume e configuração, participe, simultaneamente, deste andar e do anterior.

Na Cave estão instalados os arquivos, a habitação do guarda, as diversas centrais e outras dependências de serviço secundário.

No andar dos Sótãos, apenas figuram os arquivos do Reitor e alguns locais de serviço.

Mais pormenorizadamente, as partes previstas em cada andar são as que a seguir indicam com a nomenclatura que adoptaremos no Orçamento Descritivo como parte do futuro Caderno de Encargos.

ANDAR PRINCIPAL

1 – Escadaria exterior
2 – Átrio
3 – Murete de pátio à inglesa
4 – " " "
5 – Acesso à entrada de serviço
6 – Murete do pátio à inglesa
7 – Acesso à escada da Secretaria
8 – Murete de pátio à inglesa
9 – Acesso ao Vestíbulo posterior Norte
10 – " " " " Sul
11 – Grande Vestíbulo Principal
12 – Galeria do Vestíbulo Principal

13 – Antecâmara – Professores
14 – Ante – Sala – Professores
15 – Sala de reunião dos júris de concursos
16 – Antecâmaras de instalações sanitárias – Professoras
17 – Toilette – Professoras
18 – Retretes – Professoras
19 – Antecâmaras instalações sanitárias – Professores
20 – Lavabos – Professores
21 – Retretes – Professores
22 – Ascensor
23 – Vestiário – Professores
24 – Antecâmara Telefones
25 – Cabines Telefónicas
26 – Passagem
27 – " "
28 – Copa
29 – Entrada de serviço
30 – Antecâmara de sala de Cursos Estrangeiros
31 – Sala de Cursos Estrangeiros
32 – Sala de comissões
33 – Galeria
34 – Vestíbulo Posterior (Norte)
35 – Galeria do Vestiário (Norte)
36 – Vestiário (Norte)
36^{A} – Alçapão da ligação à casa das caldeiras
37 – Gabinete
38 – Antecâmaras das instalações sanitárias – homens
39 – Lavabos – homens
40 – Retretes – homens
41 – Antecâmaras das instalações sanitárias – senhoras
42 – Toilette – senhoras
43 – Retretes – senhoras
44 – Galeria das inscrições
45 – Secretaria
46 – Sala de registo da correspondência
47 – Tesouraria
48 – Contabilidade
49 – Serviços reservados
50 – Galeria
51 – Vestíbulo posterior (Sul)
52 – Fornecedores
53 – Galeria do Vestiário (Sul)
54 – Vestiário (Sul)
55 – Cabines telefónicas
56 – Antecâmara – instalações sanitárias – homens
57 – Lavabos – homens
58 – Retretes – homens
59 – Antecâmara e Vestiário – senhoras
60 – Toilette – senhoras (Sul)
61 – Retretes – senhoras
62 – Galeria sul da Aula Magna
63 – " norte da Aula Magna
64 – Antecâmara do estrado
65 – Átrio da Aula Magna

66 – Vestíbulo da Aula Magna
67 – Vestiário Posterior
68 – Arrecadação
69 – "
70 – Acessos às Bancadas
71 – Antecâmara instalações sanitárias – homens
72 – Lavabos – homens
73 – Retretes – homens
74 – Antecâmara retrete – senhoras
75 – Toilette – senhoras
76 – Retretes – senhoras
77 – Ascensores

DEPENDÊNCIAS PRINCIPAIS

I – Sala dos Passos Perdidos
II – Grande Escadaria de Honra
III – "Foyer" da Sala de Recepções e Festas (1º Andar)
IV – Sala de Recepções e Festas (1º Andar)
V – Aula Magna

ANDAR SUPERIOR

101 – Antecâmara da Sala do Senado
102 – Sala do Senado Universitário
103 – Copa
104 – Antecâmara – instalações sanitárias – homens
105 – Lavabos – homens
106 – Retretes homens
107 – Antecâmara toilette – senhoras
108 – Toilette – senhoras
109 – Retrete – senhoras
110 – Galeria do Senado
111 – Galeria do Reitor
112 – Gabinete do Reitor
113 – Antecâmara do reitor
114 – Vestiário do Reitor
115 – Lavabos do Reitor
116 – Retrete do Reitor
117 – Gabinete do secretário
118 – Sala-de-espera
119 – Lavabos do secretário
120 – Retrete do Secretário
121 – Antecâmara do Reitor
122 – Vestíbulo superior da Aula Magna

ANDAR INFERIOR

01 – Refeitório – pessoal administrativo
02 – Lavabos – pessoal administrativo
03 – Cozinha do pessoal
04 – Despensa
05 – Passagem
06 – Arrecadação
07 – Corredor
08 – Copa
09 – Arrecadação

010 – Vestiário – pessoal menor
011 - Lavabos – pessoal menor
012 – Refeitório " "
013 – Entrada do porteiro
014 – Cozinha " "
016 – Quarto do porteiro
017 – " "
018 – Sala comum "
019 – Arrecadação "
020 – Galeria da Casa das Caldeiras
021 – Casa das Caldeiras
022 – Casa dos Motores dos Ascensores da Aula Magna
023 – Galeria do Arquivo Universitário
024 – Depósito de publicações universitários
025 – Arquivo de documentos
026 – Corredor
027 – Gabinete do Arquivista
028 – Lavabos do Arquivista
029 – Retrete do Arquivista
030 – Quadro geral
031 – Arquivo Geral

SÓTÃOS

S.1 – Arquivo do Reitor
S.2 – Casa do motor do Ascensor da Reitoria
S.3 – Galeria de manobra sobre o estrado da Aula Magna
S.4 – Passagem
S.5 – Bombeiro
S.6 – Cabina de projecção
S.7 – Depósito
S.8 – Vazio do tecto da Aula Magna

ESCADAS

E.1 – Escada de vigilância
E.2 – " de Serviço
E.3 – " do Reitor
E.4 – " do acesso à galeria sobre o estrado da Aula Magna
E.5 – " de acesso à casa dos motores dos Ascensores da Aula Magna
E.6 – Escada de acesso às tribunas de Aula Magna
E.7 – " " " " "
E.8 – " " ao Arquivo do Reitor
E.9 – " " à Cabina de projecção da Aula Magna

PÁTIOS

P.1 – Pátio interior – Sul
P.2 – " " – Norte
P.3 – Pátio à inglesa – Nordeste
P.4 – " " – Norte
P.5 – " " – Sudeste
P.7 – " " – Sul

I - SALA DOS PASSOS PERDIDOS

Situada entre a grande Escadaria de Honra e a Aula Magna.

Serve de local de concentração de alguns convidados que aguardam a formação do Cortejo Universitário e de ligação às Galerias de acesso à Aula Magna, Vestiários, etc.

É ao mesmo tempo o grande patamar de acesso à Escadaria por ocasião das Recepções e Festas Universitárias que não tenham lugar na Aula Magna, mas sim na respectiva Sala-de-Festas.

O seu arranjo decorativo está previsto de modo a contribuir para a dignidade das manifestações universitárias.

II – GRANDE ESCADARIA DE HONRA

Quer do grande Vestíbulo Principal, quer do Vestíbulo da Aula Magna, estão previstos os acessos à Sala dos Passos Perdidos donde parte esta grande escadaria.

Está esta situada no eixo da entrada principal da Sala de festas e Recepções e do estrado de honra da Aula Magna. Esta situação permite dar grandiosidade ao desfile do Cortejo Universitário.

Prevê-se o seu arranjo à custa de materiais nobres, de bom efeito decorativo, procurando-se tirar o melhor partido dos diversos elementos de composição.

III – "FOYER" DA SALA DE RECEPÇÕES E FESTAS

É, particularmente, uma ampla galeria que antecede a Sala referida, e serve ao mesmo tempo de desafogo por ocasião das festas universitárias e de zonas de distribuição para o acesso à Sala-de-Festas, às instalações do Reitor e ao Senado Universitário.

O seu arranjo estará em relação com o das dependências contíguas e com a sua função particular.

IV – SALA DE RECEPÇÕES E FESTAS

Esta vasta sala está concebida de modo a poder ser facilmente reduzida no seu comprimento pela compartimentação indicada na planta.

Amplos e pesados reposteiros de bom tecido podem correr transversalmente de modo a limitar o espaço reservado a qualquer cerimónia em concordância com o número de pessoas que nela devam participar.

Quando toda a sala for ocupada pode ainda formar corpo com o Gabinete do reitor e com a zona do Senado Universitário, o que com o "foyer" anteriormente referido permite formar um conjunto de vasta dimensões, susceptível de permitir a realização de grandes reuniões.

V – AULA MAGNA

Como foi já dito, esta sala está situada a um nível por assim dizer intermédio em relação aos dois andares principais, pois embora participe do Andar Térreo, também faz corpo com o Andar Superior, aparecendo representada nas duas respectivas plantas.

Acessos – Estão distribuídos por forma a se ajustarem ao serviço que lhes corresponde.

Assim, o Cortejo Académico, depois de organizado na Sala-de-Recepções e Festas e de desfilar pelo respectivo "foyer" e ao longo da grande escadaria de honra, uma vez atravessada a Sala dos Passos Perdidos, entra na Aula Magna cruzando a ampla porta que dá para o Estrado de Honra.

Por sua vez, o público ingressa na Aula Magna pela posterior desta, para o que se previram amplos vestíbulos e "foyers", escadarias e elevadores que permitem assegurar em boas condições a distribuição dos assistentes às cerimónias universitárias.

Distribuição – Do modo como se previram os acessos se deduz a preocupação de separar inteiramente o Cortejo Académico do público, solução que se nos afigurou ser a mais apropriada à dignidade e imponência das grandes cerimónias universitárias.

Assim, uma vez alojados os convidados nos lugares que lhes são destinados, todos colocados de frente para o grande estrado de honra, abre-se, a toda a altura do fundo, a grande porta de ligação à Sala dos Passos Perdidos, permitindo que de quase todos os lugares da Aula Magna se possa assistir ao desfile do cortejo académico desde que este sai da Sala-de-Recepções e Festas.

À medida que os catedráticos e outros componentes do cortejo entram na Aula Magna, vão ocupando quer os "doutorais", situados à esquerda e à direita do estrado de honra, quer os lugares da zona que lhes é especialmente reservada imediatamente em frente deste estrado.

Terminado o desfile do cortejo e ocupados os lugares da mesa de honra, correm automaticamente os painéis que constituem a porta de entrada, bem como o grande reposteiro que serve de fundo ao estrado, ficando a Aula Magna fechada por este lado.

Os lugares dos convidados desenvolve-se em anfiteatro e têm os acessos distribuídos de modo a dividir as massas dos assistentes em condições convenientes, tanto para a entrada como, principalmente, para a saída.

Algumas grandes tribunas ao fundo da Sala são reservadas a convidados que se queira especialmente distinguir.

VESTÍBULO PRINCIPAL: SECRETARIA

O Vestíbulo Principal desempenha no conjunto a sua função normal, a partir do qual se faz a distribuição das diversas circulações principais.

Assim, do lado oposto à entrada, desenvolve-se os acessos à Sala dos Passos Perdidos, à Aula Magna, à escadaria de Honra e à Sala-de-Recepções e Festas, bem como às instalações do Reitor e do Senado Universitário. À direita, liga com as Salas destinadas aos Professores, aos cursos estrangeiros, etc. À esquerda comunica com o hall da Secretaria.

Devemos aqui esclarecer que no Anteprojecto tínhamos previsto que a Secretaria comunicasse por um topo com este Vestíbulo, para o qual teria um grupo de "guichets", de modo que, na época das matrículas, dada a grande afluência de estudantes em certos dias, o grande Vestíbulo pudesse servir para a instalação das mesas onde os estudantes preencheriam os documentos a apresentar. Evitava-se deste modo a construção de um grande "hall" destinado exclusivamente às matrículas, de utilidade apenas em limitadíssimo número de dias.

Entendeu o douto Conselho Superior de Obras Públicas que melhor seria criar ao longo da Secretaria, espaço suficiente para o efeito, evitando-se a existe dos "guichets" dando para o Vestíbulo, o que se procurou satisfazer não só nos estudos de correcção a que já nos referimos como, agora, no do projecto.

INSTALAÇÕES PARA PROFESSORES

Na Ala Norte do conjunto distribuíram-se, no rés-do-chão, as diversas dependências destinadas aos professores. Trata-se de salas de reunião, de recepção de mestres estrangeiros, de júris de concursos, etc., podendo também servir para a reunião de comissões e de delegações por ocasião de congressos.

Além da entrada pelo Vestíbulo Principal, têm estas instalações entrada pelo lado Poente desta ala do Edifício.

SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS

Na ala Sul do edifício foram agrupados os principais serviços administrativos abrangendo a Secretaria, a Contabilidade, a Tesouraria, etc.

Estes serviços, dispondo de salas com a capacidade para comportarem o número de funcionários e o mobiliário apropriado, segundo os dados colhidos na actual organização da Reitoria da Universidade Clássica, estão, por sua vez, ligados as instalações do Reitor e do Secretário, bem como às dos Arquivos, agrupadas respectivamente no Andar Superior na Cave.

FACHADAS

Como parte do conjunto arquitectónico de que participam os edifícios das Faculdades de Letras e de Direito, não podia este da Reitoria deixar de apresentar as necessária afinidades de expressão com aqueles.

É, sem dúvida, pelo seu destino, o mais importante dos três, embora em superfície e em volume não chegue a atingir os limites dos outros dois.

No entanto, procurou-se jogar com os elementos da composição, de modo a dar mais importância arquitectónica ao da Reitoria, fazendo dominar as suas massas mais expressivas, sem esquecer a necessidade de estabelecer a indispensável correspondência entre as partes que assegurem a unidade do conjunto projectado.

O emprego de matérias nobres é proporcionalmente mais largo à previsão de obras de arte, sobretudo de escultura, como motivos superiores de valorização estética.

Lisboa, Junho de 1956
Pel'O Arquitecto
Pedro Kopke Pardal Monteiro

Documento nº 7

AN-TT. Junta Nacional da Educação, Actas das Sessões da 1ª Subsecção da 6ª Secção: Livros 100 a 104 (14-5-1954 a 12-10-1962)

LIVRO 100 (14-5-1954 a 14-12-1956, 208ª à 241ª sessão):

Acta da 238ª Sessão, 14 de Setembro de 1956 [f.87(verso)]
Do Vogal Arquitecto Raúl Lino
2) Desfavorável à aprovação da "maquete" para uma tapeçaria destinada à nova Faculdade de Direito, da autoria do Pintor Carlos Botelho. [Lº A-12 Nº 46/1284] Hom. em 22-9-1956.

LIVRO 101 (11-1-1957 a 6-6-1958, 242ª à 259ª sessão):

Acta da 242ª Sessão, 11 de Janeiro de 1957 [f.3(verso) e f. 4]
Do Vogal Professor Armando de Lucena
1) Favorável à aprovação do estudo referente à composição decorativa destinada ao átrio da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, da autoria do pintor José de Almada Negreiros, quanto à parte dos desenhos; quanto às legendas, abstém-se a subsecção de dar parecer sobre o seu conteúdo jurídico ou filosófico que não é sua atribuição mas de outros órgãos competentes especiais, votando, todavia, que sob o ponto de vista decorativo, algumas dessas legendas se afigurem demasiado extensas e compactas para constituírem um complemento decorativo que lhes poderiam caber. [Lº A-13 Nº 49/14] Hom. em 26-1-1957.

Acta da 243ª Sessão, 8 de Fevereiro de 1957 [f.7(verso)]
Do Vogal Escultor Diogo de Macedo
2) Sobre o projecto de uma escultura de António Duarte destinada ao novo edifício da Faculdade de Direito, a Subsecção é de parecer favorável quanto à aprovação da maquete da autoria de Barata Feyo e quanto à maquete de António Duarte indica as alterações a que o autor deve atender antes da sua execução definitiva. [Lº A-13 Nº 49/14] Hom. em 26-2-1957.

Acta da 244ª Sessão, 8 de Março de 1957 [f.8(verso) e f.9(verso)]
Do Vice-Presidente Engenheiro Henrique Gomes da Silva
13) Acerca da apreciação do processo relativo ao revestimento das fachadas do novo edifício da Faculdade de Direito, com azulejos decorativos, a Subsecção é de parecer que, no edifício de uma Faculdade Universitária de exigente dignidade estética, não seja adoptado esse revestimento, porventura pitoresco e artístico, mas de material pobre, porque a categoria arquitectónica da obra requer sobriedade e distinção, que os coloridos e geométricos desenhos do azulejo diminuíram, em prejuízo do bloco monumental, do qual este edifício faz parte. [Lº A-13 Nº 49/95] Hom. em 19-3-1957.

Acta da 245ª Sessão, 17 de Abril de 1957 [f.18]
Do Vogal Escultor Diogo de Macedo
2) Favorável à aprovação da maquete relativa ao estudo da composição decorativa destinada ao átrio da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa e de autoria do Escultor António Duarte [Lº A-13 Nº49/14] Hom. Em 23-4-1957.

Acta da 247ª Sessão, 14 de Julho de 1957 [f.24(verso) e f.25(verso)]
Do Vogal Arquitecto Raul Lino
5º- Favorável, nas condições que indica, à aprovação da maquete para um painel de cerâmica, destinado ao átrio da nova Faculdade de Direito de Lisboa. [Lº A-13 Nº 49/14] Hom. em 23-6-1957.

20º- Desfavorável, à colocação da estátua em Bronze do Rei D. Pedro V, num dos pátios da nova Faculdade de Letras de Lisboa, ou na própria praça da Universidade, sendo, contudo, a Subsecção de parecer que seria mais feliz a colocação de o monumento, não no eixo da praça da Universidade, mas eventualmente no recanto do pátio exterior da referida Faculdade, ficando a sua frente voltada para o centro da praça. [LºA-13 Nº 435/362] Hom. em 25-6-1957.

Acta da 248ª Sessão, 19 de Julho de 1957 [f.30]
Dos Vogais Doutor João Rodrigues da Silva Couto e Escultor Diogo de Macedo
1º Favorável, à aprovação das maquetes de baixo relevos destinados ao novo edifício da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa da autoria de Álvaro de Brée e Leopoldo de Almeida, sendo aprovado do primeiro autor o último dos estudos. [Lº A-13 Nº 46/429] Hom. em 23-7-1957.

LIVRO 102 (11-7-1958 a 12-2-1960, 260º à 278ª sessão)

Acta da 261ª Sessão, 11 de Agosto de 1958 [f.10]
Enviados pelo Vogal Escultor Diogo de Macedo
1) Acerca do processo enviado pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, a fim de ser dado parecer sobre as esculturas a colocar no novo edifício daquela Faculdade, a Subsecção emitiu o seguinte parecer:
Quanto à Estátua do Professor José Leite de Vasconcelos entende que o ilustre sábio deve ficar sentado na sua cátedra e não de pé;
Quanto aos bustos escultóricos indica o de Manuel de Oliveira Ramos e Teófilo Braga este último esculpido por Teixeira Lopes e os quatro restantes podem ser encomendados a quatro artistas distintos;
Quanto aos quatro medalhões propostos devem ser esculpidos por um único artista para melhorara unidade no seu conjunto;
Quanto aos retratos pintados a óleo entendem ser preferível desenhos que podem ser distribuídos por pintores retratistas, inclusivamente algum brasileiro domiciliado em Portugal, ao qual se destinasse o de Manuel Sousa Pinto. [Lº A-14 Nº 46/525].

Acta da 263ª Sessão, 7 de Novembro de 1958 [f.25]
Do Vogal Escultor Diogo de Macedo
1) Favorável à realização definitiva da maquete da Estátua de D. Pedro V, destinada ao exterior do edifício da Faculdade de Letras. [Lº A-13 Nº 435/362] Hom. em 22-11-1958.

LIVRO 103 (11-3-1960 a 14-7-1961, 279ª a parte da 294ª sessão)

Acta da 287ª Sessão, 11 de Novembro de 1960 [f.51(verso) e f.52]
Do Vogal Arquitecto Paulino Montês:
1) Desfavorável à aprovação do processo referente a cinco maquetes dos motivos decorativos destinados ao edifício da cantina da Cidade Universitária de Lisboa [Lº A-16 Nº 46/899]
(...)
4) Desfavorável à aprovação do processo referente à escultura destinada à escadaria principal da Reitoria da Universidade de Lisboa. [Lº A-16 Nº 46/833] Hom. 30-11-1960.

Acta da 288ª Sessão, 16 de Dezembro de 1960 [f.57 e f. 57(verso)]
Do Vogal Professor Armando Figueiredo de Lucena
2) Favorável à aprovação do projecto decorativo com destino ao pórtico de entrada da Reitoria da Universidade de Lisboa da autoria do pintor Almada Negreiros. [Lº A-16 Nº 46/988] Homologado em 2-1-1961.
Do Vogal Arquitecto Paulino Montês
1) Desfavorável à aprovação do processo relativo a duas figuras escultóricas da autoria do escultor Barata Feio destinadas a ladear a porta da Aula Magna da Reitoria da Universidade de Lisboa. [Lº A-16 Nº 46/962] Hom. Em 23-12-1960.

2) Favorável à aprovação do processo relativo a um esboceto de uma tapeçaria destinada ao gabinete do Reitor da Universidade de Lisboa. [Lº A-16 Nº 46/1047] Hom. Em 22-12-1960.

Acta da 289ª Sessão, 13 de Janeiro de 1961 [f.63 e f.63(verso)]
Do Vogal Arquitecto Raul Lino
1) Favorável à aprovação de dois estudos da autoria do pintor Lino António para a porta da Grande Sala da Reitoria da Cidade Universitária de Lisboa. [Lº A-16 Nº 46/1049] Hom. Em 16-1-1961.
Do Vogal Arquitecto Paulino Montês
3) Desfavorável à aprovação do processo referente ao estudo do painel destinado ao vestíbulo da Aula Magna do novo edifício da Reitoria da Universidade de Lisboa. [Lº A-16 Nº 46/987] Hom. Em 16-1-1961.

Acta da 291ª Sessão, 7 de Abril de 1961 [f.80]
Do Vogal Arquitecto Raul Lino
Desfavorável à aprovação da maquete para a decoração do vestíbulo superior da Aula Magna do edifício da Reitoria da Cidade Universitária de Lisboa. [Lº A-17 Nº 46/154].

Acta da 292ª Sessão, 12 de Maio de 1961 [f.89(verso)]
Do Vogal Arquitecto Paulino Montês
3) Favorável à aprovação do estudo de dois vitrais destinados ao vestíbulo do edifício da Reitoria da Universidade de Lisboa, da autoria do pintor Lino António [Lº A-17 Nº 46/357].

LIVRO 104 (31-7-1961 a 12-10-1962, 294ªcontinuação a 311ª sessão)

Acta da 302ª Sessão, 9 de Março de 1962 [F.48(verso)]
Do Vogal Arquitecto Raul Lino
2) favorável à aprovação do processo relativo a um painel da autoria do pintor Almada Negreiros, destinado à Sala da Biblioteca da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa. [Lº A-17 Nº 46/926].

Documento nº 8

AMAD-CACR. Espólio António Duarte, AMAD/REL/XIII-16.
António Duarte, *Memória descritiva de uma maqueta realizada em gesso à escala de 1:4 para um relevo que se destina à Faculdade de Direito da Cidade Universitária de Lisboa,* sem data.

Memória Descritiva de uma maqueta realizada em gesso à escala de 1:4. para um relevo que se destina à Faculdade de Direito da Cidade Universitária de Lisboa

Relevo a realizar em pedra Rosal com as maiores dimensões de três metros por quatro de alto, para ser colocado a aproximadamente sete metros do solo, na fachada lateral de um dos corpos da Faculdade. Os volumes do relevo e a escala das figuras nele representadas foram calculadas em função da altura em que ficará colocado, qualidade da pedra, distancia a que pode ser observado, etc. estas características, composição, e recorte da massa geral do relevo foram estudadas fazendo parte de um todo com outra maqueta de outro autor afim de se conseguir a harmonia decorativa e plástica que se deseja em corpos de edifícios que fazem parte do mesmo conjunto arquitectónico. Nesta maquete, pretende-se simbolizar o Direito Natural, a antiga Lei Escrita, e a Justiça: aspectos do direito, da Lei e da Justiça. O Direito Natural é representado pelo primeiro homem e mulher, Adão e Eva de pé desnudos. O sexo destas figuras, agora à vista facilmente se ocultam com elementos decorativos se isso for considerado. A antiga Lei Escrita é representada por Moisés apontando nas tábuas, a Lei, figura parcialmente desnuda, sentada. A Justiça, igualmente sentada, segura na mão esquerda a balança, símbolo que completa a atitude da mão direita que separa o espaço em partes iguais, simbolizando a "relação de paridade entre os dois termos contrapostos", essência da Justiça.

António Duarte

Documento nº 9

BA-FCG. Espólio Diogo de Macedo, DM 136/102.
Diogo de Macedo, *Projecto duma escultura de António Duarte, destinada ao novo edifício da Faculdade de Direito*, 6 de Fevereiro de 1957.

Projecto duma escultura de António Duarte, destinada ao novo edifício da Faculdade de Direito

PARECER

Sendo este baixo-relevo um documento decorativo da escultura moderna, mas que ao mesmo tempo deve ser simbólico consoante os temas que justificam, é nosso parecer, que merece algumas objecções a que o seu autor atenda, antes da sua execução definitiva.

Dividindo-se a composição em duas partes distintas e em planos diferentes, parece-nos ter primacial importância, mesmo na resolução de espaços, a que representa o Direito Natural, em relação à que apresenta a Justiça e a Lei Escrita, numa composição menos natural. Porque os temas inspiradores são de origem desigual, só a figura da Justiça é declaradamente simbólica.

Conviria, pois, o grupo de Adão e Eva integrar-se no conjunto e apresentar quaisquer emblemas que o expliquem como significativo do Direito Natural, que duas figuras desnudas não são suficientemente explícitas neste caso, para mais mostrando desacordo com as restantes, uma das quais, a Justiça, reclama maior valorização e mesmo cuidados de proporção relativos à figura de Moisés, que nela parece acavalitar-se e poderia desviar-se para evitar essa impressão prestável a comentários equívocos, assim como a total nudez das figuras laterais e que não são elementos separados da ideia fundamental da obra.

Lisboa, 8 de Fevereiro de 1957

O Relator,
Diogo de Macedo

Documento nº 10

BA-FCG. Espólio Diogo de Macedo, DM 136/103.
Diogo de Macedo, *Escultura de António Duarte para a Faculdade de Direito*, 6 de Abril de 1957.

Escultura de António Duarte para a Faculdade de Direito

PARECER

Examinada a própria escultura, cuja fotografia está inclusa neste processo, que foi uma 2ª. maquette executada pelo artista conforme as observações da 6ª. Secção da J.N.E, em que as alterações conservam o aspecto estético e a ideia inicial da concepção, é nosso parecer que esta nova obra merece aprovação, porquanto todos os senões anotados foram corrigidos.

Lisboa, 6 de Abril de 1957.

O Relator,
Diogo de Macedo

Documento nº 11

BA-FCG. Espólio Diogo de Macedo, DM 242/85.
Raul Lino, *O Ministério das Obras Públicas solicita parecer desta Sub-secção sobre a maqueta do pintor Lino António para o fabrico de uma tapeçaria com destino ao gabinete do Director da nova Faculdade de Direito*, 28 de Fevereiro de 1957.

J. N. E.

O Ministério das Obras Públicas solicita parecer desta Sub-secção sobre a maqueta do pintor Lino António para o fabrico de uma tapeçaria com destino ao gabinete do Director da nova Faculdade de Direito.

PARECER

O tema foi bem concebido na sua importância histórica e, sobretudo, no seu valor decorativo.

A distribuição dos agrupamentos é hábil e de bom sentido mural. O enquadramento é agradável, constituindo como que uma armação de panos que limita e guarnece o espaço ao centro, destinado à representação capital. A composição cénica é sugestiva da época evocada, sendo – no entanto – realizada através de um prisma visual grato ao espírito da actualidade. O colorido tem frescura, com justaposições de tom de muita subtileza que denotam gosto apurado, e as notas de cor mais viva cintilam na ambiência vaporosa criada pelas sombras azulinas e transparentes.

Mas o equilíbrio da composição sofre pelo abaixamento ou descaimento geral das figuras à esquerda do observador, que provoca uma quebra da bela placidez monumental que informa o quadro e que, sem isso, seria perfeita.

Também a diferença de escala entre as figuras centrais inferiores e as restantes, aliás justificada, não deixa de causar um certo desconcerto. Parece que não seria difícil, sem prejuízo do que está feito, criar-se uma separação virtual por meio de um ténue arabesco a envolver, ou mais ou menos, os agrupamentos centrais que pela sua escala reduzida nos forçam instintivamente a desejar uma separação mais real.

Estes senões são oferecidos à consideração do Autor da maqueta, não como uma sugestão que se imporia, mas para simples estímulo da consciência do artista, sem querer coarctar o seu alvedrio.

O Arquitecto que projectou o edifício nenhuma observação faz no que respeita a adaptabilidade do proposto adorno no gabinete ao qual se destina, pelo que somos de parecer que a maqueta merece aprovação com louvor.

Lisboa, em 28 de Fevereiro de 1957
O Vogal:

Raul Lino

Documento nº 12

BA-FCG. Espólio Diogo de Macedo, DM 073/58.
Diogo de Macedo, *Baixo-relevo da autoria de Álvaro de Brée para o novo edifício da Faculdade de Letras,* 17 de Julho de 1957.

Baixo-relevo da autoria de Álvaro de Brée para o novo edifício da Faculdade de Letras

PARECER

Tendo visitado o atelier do escultor Álvaro de Brée onde vimos diversas maquettes para o baixo-relevo destinado ao novo edifício da Faculdade de Letras, é nosso parecer que seja aprovado o último desses estudos e cuja reprodução fotográfica acompanha o respectivo processo, porquanto é obra explícita no seu carácter decorativo e de base clássica.

Lisboa, 17 de Julho de 1957

Os Relatores,

João Couto
Diogo de Macedo

Documento nº 13

BA-FCG. Espólio Diogo de Macedo, DM 116/137.
Diogo de Macedo, *Estátua de D. Pedro V para a Faculdade de Letras*, 10 de Agosto de 1957.

Estátua de D. Pedro V para a Faculdade de Letras

PARECER

Visitando o laboratório do escultor Martins Correia onde examinei a maquette duma estátua de D. Pedro V, a colocar no edifício novo da Faculdade de Letras, e observando o espírito romântico e decorativo desta escultura, muito próprio do artista, confirmamos o parecer anterior desta Subsecção, firmado por Raul Lino e homologado superiormente, sendo assim nosso parecer que esta estátua merece aprovação, mas condicionada a que seja colocada num páteo do edifício, não sendo, porém, de modo nenhum considerada esta obra com bastante monumentalidade, para poder ser erguida no centro ou eixo do grande espaço que separa os dois blocos das Faculdades de Direito e de Letras.

Lisboa, 10 de Agosto de 1957

O Relator,
Diogo de Macedo

Documento nº 14

ME-AH. JNE – 1ª Subsecção da 6ª Secção, cx. 229: Chave 49 do Lº-A-12, ano de 1956.
MOP, Processo nº 49/1074, Esboceto do Painel para a Faculdade de Letras.
Raul Lino, *Esboceto para um painel de cerâmica policrómica do artista Jorge Barradas, destinado a um átrio da Faculdade de Letras, em construção*, 7 de Junho de 1956.

J. N. E.

Esboceto para um painel de cerâmica policrómica do artista Jorge Barradas, destinado a um átrio da Faculdade de Letras, em construção.

PARECER

O esboceto vem acompanhado de uma nota explicativa do seu Autor. – Este texto faz lembrar as notas explicativas que é uso acompanharem programas dos concertos. – Para quem aprecia música, a nota é escusada; e quem não sente a música nada adianta com a sua leitura.

No presente caso a nota seria também escusada, porque a obra de Arte fala por si e melhor que todas as explicações verbais. – É uma composição de alto interesse, muito sugestiva e de um colorido atraente. Ideias espirituais generosas opõem-se com manejos (tão nossos conhecidos) que se desenvolvem na sombra. Figuras interessadas assistem, cismadoras, ao que se passa nas regiões do sonho. – Há nas criaturas que representam os estudiosos atitudes de contemplação e de meditação, – virtudes que, por rarearem nos nossos meios universitários, não deixam por isso de ser muito de desejar; e paira sobre todo o conjunto uma atmosfera sonambulesca que exerce sobre o observador uma estranha sedução.

Se na técnica da execução o Autor tiver a felicidade que já lhe conhecemos de outras das suas obras, a Faculdade e o artista Jorge Barradas ficarão de bem merecidos parabéns.

Lisboa, em 7 de Junho de 1956

O Vogal:

Raul Lino

Documento nº 15

BA-FCG. Espólio Diogo de Macedo, DM 242/87.
Raul Lino, *A Comissão Administrativa dos Novos Edifícios Universitários, por indicação de Sua Excelência o Ministro das Obras Públicas, solicita o parecer desta Junta sobre o cartão do artista Manuel Lapa para uma tapeçaria destinada ao gabinete do Reitor da Faculdade de Letras da Cidade Universitária de Lisboa*, 28 de Fevereiro de 1957.

J. N. E.

A Comissão Administrativa dos Novos Edifícios Universitários, por indicação de Sua Excelência o Ministro das Obras Públicas, solicita o parecer desta Junta sobre o cartão do artista Manuel Lapa para uma tapeçaria destinada ao gabinete do Reitor da Faculdade de Letras da Cidade Universitária de Lisboa.

PARECER

A concepção desta tapeçaria inspira-se num passo da crónica do rei D. Dinis, e é sugestiva, pelo seu estilo, da época em que os feitos se passaram. – A composição é calma e digna. A sua ordenação arquitectada coaduna-se com o significativo construtivo do assunto. A interpenetração dos diferentes motivos, sem abuso, é útil para desmaterializar as cenas descritas, introduzindo no conjunto aquela porção de sonho que ajuda a distinguir uma obra de Arte de um simples quadro escolar de divulgação. E a cor geral tem a gravidade que convém, sendo sóbria e isenta de monotonia, e não deixando de seduzir pela sua certa distinção.

Mas a figura do D. Dinis, que preside e deve dominar a composição, precisa de ser mais estudada na sua estatura e na sua fácie. Exige-o a importância da personagem em relação aos factos representados que ocupam três quartas partes da tapeçaria.

Somos de parecer que, atendida esta última observação, a maqueta merece ser aprovada.

Lisboa, em 28 de Fevereiro de 1957

O Vogal:

Raul Lino